



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Lucas Augusto Duarte de Oliveira

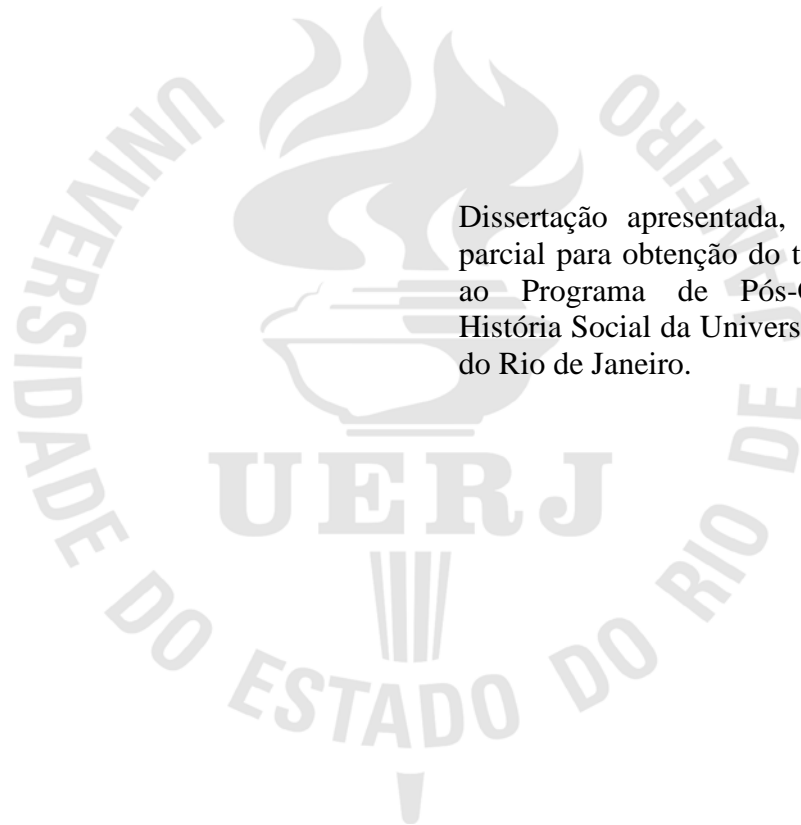
**As barbas do vizinho em chamas: a Argentina nas páginas da revista Veja
(1969-1976)**

São Gonçalo

2018

Lucas Augusto Duarte de Oliveira

As barbas do vizinho em chamas: A Argentina nas páginas da revista Veja (1969-1976)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Letícia Corrêa

Coorientador: Prof. Dr. Hugo Daniel ramos

São Gonçalo

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

O48 Oliveira, Lucas Augusto Duarte de.
As barbas do vizinho em chamas: A Argentina nas páginas da revista Veja (1969-1976) / Lucas Augusto Duarte de Oliveira. – 2018.
127f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Letícia Corrêa.
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Argentina – Política e governo – Teses. 2. Ditadura – Argentina – Teses. 3. Veja (Revista) – Tese. I. Corrêa, Maria Letícia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 32(82)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lucas Augusto Duarte de Oliveira

As barbas do vizinho em chamas: A Argentina nas páginas da revista Veja (1969-1976)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 27 de agosto de 2018.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Maria Letícia Corrêa (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof^a. Dra. Carla Luciana Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a. Dra. Tatiana Silva Poggi de Figueiredo
Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2018

DEDICATÓRIA

A Zulimeyre, minha mãe, com meu amor de elefante

A Nana Brasil, para além dos jogos sinistros que envolvem o ter e o não ter

Ao mar azul de Itapagipe que me ensinou a olhar

AGRADECIMENTOS

Uma imagem fixada em minha memória há muitos anos: as ruas de meu bairro, os recortes de praia que se via, os movimentos incessantes de uma bola, seu quicado permanente. O desenho alucinante de um galo pintado no muro em frente à janela de meu quarto. Através dela vi chegarem as pessoas que mais amo, que mais amei - são nomes tão presentes naquilo que sou que seria enganoso apartá-los daquilo que faço: Zulimeyre, Francesco, Eny, Marino, Almerinda, Alter Layne, Hiroshi, Reinofy, Meirelayne, Rezinho, Isabela, Beatriz, Rita Borges, Natália, Raíssa e Sérgio.

O bairro se chama Monte Serrat, mas seu nome também quer dizer Walldelia, Arlete, dona Bia, Licor, dona Detinha, Andréia, Raphael, João, Pedra Furada, Ponta de Humaitá, Ana Paula, Luiza, Isabela, Aliane.

Outras pessoas me ensinaram a abrir janelas distantes e a saltá-las: Lucia, Lollo, Gustavo, Marta, Martino, Camilla, Jenni, Adriana, Juan, Camélia, Maximme, Sofía, Martín, Marina, Belén, Mariano, Alberto, Raquel, Javi, Male, Marilyn, Julieta, Maria Gracia, Nerea, Macarena.

Cada uma delas, de alguma forma, fez parte do meu percurso que é também o deste trabalho.

Em outras janelas, Iraneidson Costa, Valdemir Zamparoni e Fátima Pires ajudaram a expandir meus horizontes historiográficos. Carlos Zacarias, além do mais, me honrou com sua amizade inspiradora; Tatiana Poggi e Carla Luciana Silva com os atentos comentários feitos na banca de qualificação contribuíram muito com esta pesquisa; Maria Letícia Corrêa foi uma orientadora brilhante e paciente a cuja dedicação eu espero haver podido corresponder; Hugo Daniel Ramos me alentou com uma confiança definitiva na produção desse texto; Diego Paulo, Márcio Lauria, Bertolo, Maria, Camilla Fogaça, Nádia, Danilo, Acácia, Milaysa, todos colegas do PPGHS e seus funcionários facilitaram enormemente minha estadia carioca.

Todo agradecimento corre o risco de ser pouco, mas é preciso fazer um esforço.

Preciso agradecer aos alunos e alunas da EJA no CEF01 do Paranoá por me contarem suas histórias.

A Luiza, que sinalizou, de muito longe, poesias e algumas risadas enquanto eu terminava de escrever. A nossas lentas comunicações – garrafas ao mar.

A Emilio Gunga Marin e Marie Álvarez, comigo na distância, por terem sido tantas vezes meu porto seguro e outras tantas minha embarcação. Pela amizade imprescindível.

A Bruno Pamponet por esse afeto tão parecido à imortalidade sem o qual a minha vida jamais seria a mesma. Sem sua revisão, essa dissertação provavelmente não teria pé nem cabeça.

A Laís Brokens Macêdo pelo companheirismo radiante e duradouro, pela amizade maiúscula.

A tia Eny pelo apoio, pela aposta, pelo cuidado: há passos na areia que os meus acompanham.

A minha mãe: pelo amor imenso, generoso, primordial que será sempre o oceano sobre o qual navego.

Finalmente, à CAPES pelos 12 meses de bolsa que me ajudaram a desenvolver esta dissertação.

Fiz ranger as folhas de jornal
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.

E logo
de cada fronteira distante
subiu um cheiro de pólvora
perseguido-me até em casa.

Nestes últimos vinte anos
nada de novo há
no rugir das tempestades.

Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?

O mar da história
é agitado.

As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.

Vladimir Maiakovski

A última função da referência ao passado é o porvir

Jean Chesneaux

RESUMO

OLIVEIRA, Lucas Augusto Duarte de. *As barbas do vizinho em chamas: a Argentina nas páginas da revista Veja (1969-1976)*. 2018. 127f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

O presente trabalho busca analisar a cobertura internacional da *Veja* entre os anos de 1969 e 1976, especialmente nos momentos em que se dedicou a abordar questões relativas à situação política argentina e latino-americana. A nossa hipótese é a de que a revista, enquanto aparelho privado de hegemonia, tenha se utilizado desse espaço para desenvolver e difundir o seu programa político de forma exemplar à realidade brasileira. Assim, elaborando a imagem de uma América Latina caótica, de uma Argentina imiscuída em um cenário de corrupção e violência, o semanário procurou apontar rumos e sugerir soluções que, de forma ambígua, estiveram relacionadas com sua perspectiva editorial para o Brasil. Nesse contexto, manipulou um vocabulário grassado pelas premissas da Doutrina de Segurança Nacional que fundamentaram boa parte dos golpes militares e as consecutivas ditaduras instauradas no Cone Sul naquela ocasião, colaborando com seu alastramento. A partir dos aportes teóricos de Antonio Gramsci, Noam Chomsky e de trabalhos precursores fundamentais como os de Carla Luciana Silva e Edina Rautenberg, intentamos aprofundar aspectos essenciais da atuação de *Veja* enquanto sujeito interessado no estabelecimento e sustentação de regimes autoritários na região.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Revista *Veja*. Argentina.

RESUMEN

OLIVEIRA, Lucas Augusto Duarte de. *Las barbas del vecino en llamas: Argentina en las páginas de la revista Veja (1969-1976)*. 2018. 127f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

El presente trabajo busca analizar la cobertura internacional de la *Veja* entre los años 1969 y 1976, especialmente en los momentos en que se dedicó a abordar cuestiones relativas a la situación política argentina y latinoamericana. Nuestra hipótesis es que la revista, como aparato privado de hegemonía, se haya utilizado de ese espacio para desarrollar y difundir su programa político de forma ejemplar a la realidad brasileña. Así, elaborando la imagen de una América Latina caótica, de una Argentina inmiscuida en un escenario de corrupción y violencia, el semanario intentó apuntar rumbos y sugerir soluciones que, de forma ambigua, estuvieron relacionadas con su perspectiva editorial para Brasil. En ese contexto, manipuló un vocabulario plagado por las premisas de la Doctrina de Seguridad Nacional que fundamentaron buena parte de los golpes militares y las consecutivas dictaduras instauradas en el Cono Sur en aquella ocasión, colaborando con su expansión. A partir de los aportes teóricos de Antonio Gramsci, Noam Chomsky y de trabajos precursores fundamentales como los de Carla Luciana Silva y Edina Rautenberg, intentamos profundizar aspectos esenciales de la actuación de *Veja* como sujeto interesado en el establecimiento y sustentación de regímenes autoritarios en la región.

Palabras clave: Dictadura Militar. Revista *Veja*. Argentina

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPEB	Biblioteca Pública do Estado da Bahia
CEF 01	Centro de Educação Fundamental 01 do Paranoá
CGT	<i>Confederación General del Trabajo de la República Argentina</i>
CGTA	<i>Confederación General del Trabajo de los Argentinos</i>
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DSN	Ditadura de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FAR	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias</i>
GAN	<i>Grande Acuerdo Nacional</i>
PJ	Partido Justicialista
PRT-ERP	<i>Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo</i>
TDE	Terrorismo de Estado
VPR	Vanguardia Popular Revolucionária

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	HISTÓRIA SEM PARTIDO? REFLEXÕES SOBRE HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE	19
1.1	Revisão e Revisionismo nas Historiografias Brasileira e Argentina	31
2	SEGURANÇA NACIONAL, IDEOLOGIA E DISCURSO: O GRANDE MASSACRE DOS FATOS	47
2.1	Os fins dos meios: apontamentos teóricos sobre ideologia, análise do discurso e o papel dos meios de comunicação	60
3	“UMA ÚNICA VERDADE MELANCÓLICA”: A AMÉRICA LATINA NAS PÁGINAS DE VEJA (1969-1976)	68
3.1	Se um marciano numa tarde de domingo: A explicação da realidade pela revista <i>Veja</i>	70
3.2	Esta América é um caos”: anticomunismo e Segurança Nacional nas páginas da revista <i>Veja</i>	82
3.3	O perigo mora ao lado: a Argentina nas páginas de <i>Veja</i>	96
3.4	Democrática, pero no mucho: América Latina, golpes e democracias na <i>Veja</i> (1974-1976)	104
	CONCLUSÃO	110
	REFERÊNCIAS	116

INTRODUÇÃO

Enquanto escrevia esta dissertação tive a oportunidade de trabalhar como professor na Educação de Jovens e Adultos do Centro de Educação Fundamental 01 do Paranoá. Foi uma experiência, na amplitude da palavra, vivificante. Apesar da extrema precarização a que estão sujeitos os profissionais de educação, das limitações técnicas e da volumosa carga de trabalho, o contato cotidiano com a diversidade do corpo estudantil não podia ter para as reflexões propostas nessa pesquisa um resultado menos que estimulante. Entre os quase duzentos alunos e alunas com que trabalhei nesse tempo, há alguns a quem gostaria de dirigir este texto, principalmente por se haverem tornado o contraponto permanente às minhas indagações enquanto escrevia. Na verdade, a presença em sala de aula revelou-se um desafio exemplar, um exercício permanente de confronto – quase sempre amigável – com formas de compreensão de mundo francamente discordantes. Gostaria de escrever um trabalho onde esses alunos se reconheçam.

Em muitas ocasiões, suas colocações me obrigaram a perceber, ainda quando através de argumentos sinuosos, a profundidade dos vínculos entre o passado e o presente. Em nenhum momento isso me pareceu mais taxativo do que quando, em meio a uma aula introdutória sobre a Revolução Francesa alguém defendeu que, à revelia das evidências que procurava apresentar, o Antigo Regime não havia acabado: seu formato persistiria, se dizia, em governos como os da Coréia do Norte, da Venezuela, de Cuba e, creio não estar enganado, também o da China. Nesse debate, que havia sido precedido por uma sugestão de pesquisa, participei menos do que gostaria. Algumas alunas tomaram a frente e emplacaram uma acalorada tentativa de convencimento a quem, impávido, sustentou até o final sua tese impopular: os ditadores seriam como reis, a burocracia partidária seria o clero, os cidadãos governados como os servos. Pegando atalho numa improvisada acepção da ideia de totalitarismo, colocava-se sob um mesmo teto Fidel Castro e Luis XVI, coroando – com o perdão da palavra – a explanação com uma sugestão imperativa: “vocês têm que sair do curral de Lula”. Tenho a impressão de que a ordem se dirigia também a mim.

Naquele momento me pareceram especialmente latentes algumas das questões que nesta investigação me propus a observar. A primeira tem a ver com a instalação, no senso comum, de determinados parâmetros ideológicos que interferem na experiência vivida, na observação do mundo – passado ou presente – e se expressam sob a forma sutil de “opiniões pessoais”. A justaposição de tempos e realidades históricas tão diversas, nesse caso, se torna

possível a partir de critérios a que se atribui uma definitiva universalidade: a paz, a religião, a ordem e o capitalismo, por exemplo. Dessa forma, é possível encontrar Socialismo em Roma¹ tanto quanto estruturas do Antigo Regime em Caracas. Por outro lado, me pareceu que, embora extemporâneo e, em certa medida, incomparável, seu raciocínio denotava o poder das imagens elaboradas pelos meios de comunicação em sua cobertura internacional: conhecendo razoavelmente bem sua realidade, estou certo de que não foram livros, documentos ou viagens que lhe possibilitaram tamanhas certezas a respeito dos países a que se referia.

A relação de cordial proximidade que estabelecemos desde sempre, ainda quando alguns comentários não fizeram mais que dilacerar certas ingênuas expectativas a respeito da prática docente, me deixa tranquilo quanto à impossibilidade de que esta menção introdutória pareça movida por qualquer sorte de ironia ou desdém. Muito pelo contrário, ela é fruto do sincero reconhecimento da presença constante dessas indagações no processo de escrita. Muito do que aqui está dito procura explicar, com maior ou menor sucesso, a forma como um meio de comunicação de massas, movido por seus interesses empresariais capitalistas, atua na conformação e na naturalização de visões de mundo compartilhadas por sujeitos nem sempre conscientes das muitas estratégias de manipulação das informações. Mais do que às prateleiras das remotas estantes de alguma biblioteca universitária, este texto, procurando contribuir para o esclarecimento desses mecanismos de dominação, esteve dirigido a meus exigentes interlocutores. Mesmo quando, enquanto escrevia, fui assombrado pela possibilidade de que esta seja mais uma das ilusões que a realidade implacável virá demolir. Torço para que não.

O objeto desta dissertação é a cobertura internacional da revista *Veja* entre 1969 e 1976, especialmente nos momentos em que foram veiculadas matérias relacionadas à realidade latino-americana, em geral, e argentina, em particular. Mais do que recuperar a história institucional de um semanário específico, a *Veja*, a intenção foi quase sempre a de inserir seu estudo, sua interpretação, num quadro mais amplo que tornasse possível uma aproximação a certos parâmetros de atuação da grande imprensa, entendendo-a como um ator fundamental no estabelecimento e na manutenção de um regime empresarial-militar no Brasil ao longo de mais de duas décadas, entre 1964 e 1985. Nesse sentido, esse trabalho é também uma tentativa de recuperar reflexões acerca dos elementos que interagem na construção do chamado “apoio social aos regimes totalitários”.

¹ DURANT, Will. Como o socialismo imperial arrasou o Império Romano e levou ao feudalismo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 jun. 2018. Opinião. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/como-o-socialismo-imperial-arrasou-o-imperio-romano-e-levou-ao-feudalismo-dtymy7fui0x9f4zbtotij70hb>>. Acesso em: 24 jun.2018.

A escolha da revista como objeto da investigação tem relação com minha trajetória ao longo da graduação em projetos de iniciação científica orientados com muita paciência pelo professor Iraneidson Costa. Ali pude me aproximar de boa parte da bibliografia já existente sobre *Veja*, estabelecendo os primeiros contatos com o conteúdo de suas publicações. Tratando de investigar a forma como a revista acompanhou a atuação política de setores radicalizados da Igreja Católica latino-americana nas décadas de 60 e 70, me deparei com alguns de seus métodos, com a ambiguidade de seus discursos e, sobretudo, com o caráter pedagógico que caracterizou desde a origem sua cobertura internacional, especialmente no que diz respeito à América Latina. Nesse cenário, chamava a atenção a centralidade relegada à Argentina pelo semanário, sob uma perspectiva que atribuía forte interlocução entre os acontecimentos nos dois países.

A revista foi lançada pela editora Abril em 1968. O poderoso volume de capital investido em sua elaboração desde o início possibilitou a reunião de quadros consagrados ou promissores do jornalismo nacional dispostos a fazer com que *Veja* ocupasse o lugar de “grande revista nacional de informação de todos os brasileiros”. Nesse sentido, os temas internacionais desempenhavam um papel estratégico. Inserido num contexto de modificações do padrão jornalístico mundial², o semanário, que agrupava “a maior equipe redacional já reunida por uma revista brasileira”, procurava “explicar” o mundo a seus leitores. Para um dos seus fundadores, sua aparição era devedora “das classes governantes, produtoras, intelectuais que reclamaram da Abril este lançamento”³. Adiante, explorando o rol ocupado pelo semanário naquele período, buscaremos questionar os significados de seu surgimento, a forma como este foi compreendido pelos seus editores e o caráter de amplitude e objetividade com o qual buscava se apresentar.

Em *Nicarágua tan violentamente dulce*, Julio Cortázar (1984)⁴ reparava na força de um proselitismo anticomunista difundido nos meios de comunicação tão cheio de falsificações e lugares comuns e, no entanto, “tão capaz de penetrar nossas consciências”. Dizia: por muito que velemos, terminamos sucumbindo à intoxicação⁵. Uma das hipóteses abordadas no presente trabalho é a de que em consonância com as premissas difundidas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a *Veja* alimentou uma série de estereótipos sobre uma América Latina caótica, “em chamas”, utilitária a seus clamores pelo estável desenvolvimento da ordem liberal.

² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

³ CARTA do Editor. *Veja*. Ed. 01 – 11/09/1968. p. 20-21.

⁴ CORTÁZAR, Julio. *Nicaragua: tan violentamente dulce*. 4 ed. Buenos Aires, Muchnik Editores, 1984.

⁵ *Ibidem*, contracapa.

Os regimes de Segurança Nacional implantados no Cone Sul ao longo da segunda metade do século XX foram marcados pelo uso sistemático de práticas repressivas da maior intensidade, associadas a um esforço constante pela elaboração de um consenso a respeito do projeto político que instituía. De acordo com Gelsom Rozentino de Almeida (2015), essa balança é uma constante na organização do Estado Moderno: “consenso e coerção fazem um jogo, em que um elemento aumenta à custa do outro, em certas conjunturas, mas, em nenhum momento, qualquer dos dois desaparece”⁶. Nesses termos, o estudo dos meios de comunicação ganha importância, na medida em que possibilita evidenciar a associação de certos setores da sociedade civil – e não toda ela – com aquelas ditaduras, além de trazer à luz algumas nuances de sua atuação enquanto empresas, sujeitos interessados.

No trabalho realizado com as fontes, foi possível perceber que muitos dos noticiários difundidos nas páginas de *Veja* estiveram relacionados com as premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁷ para reestruturação das sociedades onde foi imposta. Embora tenha demonstrado contrariedade diante de alguns atos desses regimes, a revista reproduziu mais de uma vez seus fundamentos teóricos: em suas páginas eram recorrentes as referências à desumana atuação dos “terroristas”, aos perigos da “subversão” e a elaboração de uma imagem do Estado como ser vivo lutando pelos interesses nacionais. Este é um aspecto comum na visão exposta pelo periódico tanto nas análises sobre a situação brasileira quanto na observação da conjuntura de outros países.

Dessa forma, pareceu interessante compreender o modo como a revista, durante o período pesquisado, atuou no sentido de influenciar a percepção dos leitores acerca do cenário político regional, ressaltando o caráter conflitivo e indesejado da mobilização popular, alimentando a “cultura do medo”⁸ e sustentando a sensação de perigo iminente. Acreditamos que a elaboração da imagem de uma “Argentina no caos” foi utilizada pela revista como um espelho distorcido da realidade brasileira, à medida em que, a partir dela, tratava de apontar rumos a seguir e a evitar. Parece-nos plausível a suposição de que “as chamadas” apontadas por *Veja*, no caso a que nos dedicamos, ocupariam, num primeiro plano, esse lugar sinônimo de desordem a ser contida, de ameaça que se dissemina. Nos limites daquele contexto, isso podia

⁶ ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *Poder, Ideologia e Coerção: revisitando conceitos*. In: Simpósio Nacional de História, 18, 2015, Florianópolis. Anais do XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433634615_ARQUIVO_Poderideologiacoesgelsom.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2017.

⁷ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil militar*. Porto Alegre, UFRGS, 2005 (História, Tese de doutorado), p.20.

⁸ *Ibidem*, p.82.

significar um apoio à atuação de agentes “extintores” – palavra ambígua – informados pelas DSN.

Alguns dos aspectos da atuação pedagógica da revista tornam-se evidentes e a reprodução repetitiva do discurso antipopular não parece deixar dúvidas sobre o caráter partidário do periódico. A impressão presente em suas páginas é a de que a os governos de base popular representavam interesses estrangeiros, alinhados a Moscou e que a opção por saídas à esquerda não seria mais do que aquele “cair no fogo”.

A análise das matérias de *Veja* que sofreram censura permite-nos considerar ainda outra possibilidade interessante. Ao longo de todo o período ditatorial, apenas três matérias referentes ao país vizinho sofreram algum tipo de censura⁹. Numa delas, fato a destacar, a frase vetada pelo censor exprimia a crítica de um general do Primeiro Exército argentino ao governo de Isabel Perón afirmando que “com sua incapacidade e corrupção alimenta constantemente o fenômeno subversivo”¹⁰. Parece-nos sensato aventar a hipótese de que o semanário tenha se utilizado dessa margem de expressão relativamente maior para expor com mais clareza o seu projeto de sociedade, inculcando no seu relato sobre a Argentina algumas paisagens brasileiras. Assim, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)¹¹ e *Montoneros*¹² confundem-se facilmente nas páginas da revista¹³, do mesmo modo como “a busca saídas”¹⁴ pelos militares no Cone Sul, é tratada de modo a sugerir caminhos também para a política nacional. Assim, para além de interpretar de maneira exemplar os eventos em curso no país vizinho, a revista pode ter utilizado suas interpretações naquela direção como forma de abordar de forma sombreada a realidade brasileira.

A dissertação está dividida em três capítulos onde as discussões apresentadas até aqui aparecem de forma mais estendida e aprofundada. Em sua construção, nos esforçamos por vincular o conteúdo de cada uma das partes, procurando compor uma estrutura que auxilie na compreensão do argumento.

No primeiro capítulo, enunciamos algumas questões teóricas a respeito do estudo da história, as imbricadas relações entre passado e presente e acompanhamos os debates historiográficos contemporâneos a respeito das ditaduras que tiveram lugar no Cone Sul ao longo da segunda metade do século XX. De modo geral, tentamos discutir com certa

⁹ ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009, p. 236.

¹⁰ ALMEIDA, *Loc. cit.*

¹¹ Organização armada de oposição ao regime militar fundada em 1966.

¹² Uma das maiores organizações político-militares do continente, teve importante atuação na Argentina ao longo da década de 70. Vinculada à esquerda peronista.

¹³ ELE ASSALTA em nome do terror. *Veja*. ed. 37 – 21/05/1969. p. 18.

¹⁴ OS MILITARES em busca de saídas. *Veja*. ed. 468 – 24/08/1977. p. 28.

tendência historiográfica predominante nas últimas décadas que tende a identificar quase exclusivamente na sociedade civil as razões para o sucesso dos processos golpistas, através de uma chave interpretativa centrada no “consenso social” sobre as ditaduras. Parte desses trabalhos emerge da crítica a obras dedicadas a compreender os elementos globais e o processo histórico no qual se inseriram aquelas tristes páginas da história recente latino-americana.

É justamente tratando de recuperar os esforços de leitura integrada desses acontecimentos que, no capítulo dois, abordamos alguns conceitos importantes para nossa pesquisa, como o de Ditadura de Segurança Nacional, e exercitamos algumas reflexões sobre o papel dos meios de comunicação na sociedade capitalista. Tudo isso, tendo em conta a especificidade de cada realidade nacional mencionada e procurando elaborar um quadro mais ou menos coerente a respeito do contexto a que nos dedicamos.

No terceiro capítulo, analisamos mais detidamente as matérias publicadas pela revista a respeito da Argentina e do continente latino-americano ao longo do período estudado. Como impresso em uma das muitas páginas de *Veja* que investigamos para este trabalho, “Às vezes, quem sabe sempre, seria o caso de dar ouvidos à imprensa”¹⁵. Certamente não para reproduzir a ideologia que ali se fabrica ou reproduz, mas certamente para entendê-la, questioná-la e, a partir disso, aprofundar reflexões sobre sua atuação na sociedade capitalista.

Nesse sentido, para a análise das publicações de *Veja*, foram extremamente úteis ferramentas teóricas e metodológicas legadas por autores como Antonio Gramsci, Noam Chomsky e Perseu Abramo – para mencionar, talvez, os mais recorrentes. Acompanhando algumas das reflexões elaboradas por esses autores, procuramos indagar os sentidos e as estratégias empregadas pelo semanário na manipulação dos acontecimentos e na produção de seu noticiário. Assim, nossas leituras procuraram indagar, sob diferentes óticas, pelo os métodos utilizados pelos editores de *Veja* para transmitir o que desejavam.

Para uma aproximação menos ingênua a essas questões, tratamos de atentar para o papel dos meios de comunicação massivos numa sociedade de classes. Em seus *Cadernos do Cárcere*, Gramsci fez apontamentos interessantes a respeito da forma que está composta a estrutura ideológica de uma classe dominante, ou seja, o modo como esta se organiza materialmente para “manter, defender e desenvolver”¹⁶ sua frente teórica e ideológica. Nesse sentido, afirmava que “a parte mais considerável e mais dinâmica dessa frente é o setor

¹⁵ CARTA ao leitor. *Veja*. ed. 346. 23/04/1975, p. 13.

¹⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 4 v. V. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Civilização Brasileira, 2006. p.78.

editorial em geral: editoras (que têm um programa implícito e explícito e se apoiam numa determinada corrente), jornais políticos, revistas de todo tipo, científicas, literárias, filológicas, de divulgação, etc., periódicos diversos até os boletins paroquiais”¹⁷. Assim, à medida que ofereciam ao público informações - orientadas pelos seus programas explícitos e implícitos - e explicações a respeito dos acontecimentos abordados, os jornais se constituiriam em verdadeiras “escolas de adultos”¹⁸.

É interessante reparar nas abertas menções feitas por *Veja* sobre esse papel que esperava cumprir. Em dezembro de 1975, enquanto registrava uma “*elevação da temperatura política na Argentina*” – as barbas do vizinho em chamas? – o editor abria espaço para indicar seu entendimento a respeito da atividade periodística: “jornalismo é isto, como que uma febre de informar corretamente, dignamente, rapidamente. *Quando penso “informar”, penso formar*, elevar o nível de conhecimento do leitor, agir a favor da verdade – o maior bem a ser preservado –, iluminar os fatos com senso crítico e de responsabilidade”¹⁹.

Há muito para discutir nesse fragmento. Em linhas gerais, boa parte do que apresentamos no terceiro capítulo a respeito da autoconstrução de *Veja* como um veículo de comunicação sempre em busca “febril” pela verdade se expressa nesse editorial. Dizemos lá, mas digamos também aqui: a aparência de objetividade que a revista tenta elaborar sobre si cumpre, a um só tempo, a função de torná-la *produto* mais confiável, ou seja, mais consumível e de ocultar seus interesses enquanto empresa e enquanto aparelho privado de hegemonia²⁰. Por isso, os leitores são abordados por *Veja* como “elementos ideológicos, ‘transformáveis’ filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação”²¹ a quem é preciso/possível *formar*, mas também como “elementos ‘econômicos’, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros”, a quem é preciso/possível *vender*. Essas duas dimensões, segundo tentamos demonstrar, são indissociáveis na construção de seu noticiário.

Boa parte das edições de *Veja* analisadas nessa dissertação foram consultadas no arquivo de periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, a famosa Biblioteca Central

¹⁷ GRAMSCI, *Loc. cit.*

¹⁸ *Ibidem*, p. 229.

¹⁹ CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 387. 24/12/1975. p. 19. Grifos nossos

²⁰ Francisco Fonseca utiliza a clássica definição de Gramsci para definir os jornais como Aparelhos Privados de Hegemonia, já que “objetivam, em maior ou menor medida, dirigir os rumos de uma dada sociedade por meio da influência nos sistemas decisórios, da “organização” das classes sociais e da formulação da Agenda, isto é, do que é relevante discutir” e porque atuam “como empresas capitalistas que objetivam o lucro, como quaisquer outras empresas, mas que sua mercadoria, a notícia, se distingue de outras mercadorias, pois seu impacto é sutil e, por vezes, definidor de situações concretas”. In: FONSECA, Francisco. Grande Imprensa como Aparelho Privado de Hegemonia: Ambigüidades e Contradições do Discurso Ideológico. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa de Jornalismo, no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2007.

²¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 4 v. V. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Civilização Brasileira, 2006. p. 246.

dos Barris, há muitos anos. Ao longo do trabalho, retomei os antigos fichamentos, mas fui também auxiliado pela disponibilidade online, até há pouco tempo gratuita, do acervo da revista²². A investigação feita em distintos momentos – da iniciação científica ao mestrado – provavelmente contribuiu para uma escolha metodológica perceptível desde já: a abordagem de cada um dos números da revista guiou-se, na produção do texto, muito mais por seu conteúdo do que por suas datas de publicação, embora certo ordenamento cronológico tenha sido observado.

Todas as referências em língua estrangeira utilizadas no trabalho estão traduzidas livremente por mim. Mesmo levando em conta os riscos inerentes ao exercício da tradução, pareceu-me vantajoso à leitura e à estrutura do texto, expressar todo o seu conteúdo em um único idioma.

Por fim, antes de passar aos grãos do texto, gostaria de fazer um último comentário. Cortázar escreveu o livro mencionado acima num momento em que a contraofensiva apoiada pelo governo estadunidense já ameaçava com gravidade os destinos da Revolução Sandinista. Não é exagerado imaginar que isso o tenha influenciado na percepção do papel conservador desempenhado pelos meios de comunicação. Esta pesquisa, com muito menor fortuna, foi produzida ao longo de um golpe de Estado que certamente interferiu na observação e desenvolvimento das questões levantadas. Seu início coincidiu com a derrubada de uma presidente eleita e o cenário onde encontrou o seu ponto final foi o da estrepitosa ruína anunciada. Este trabalho foi escrito junto ao programa de pós-graduação de uma universidade que tem estado, de modo escandaloso, sujeita à falta de recursos, de manutenção, de investimento. Os funcionários não recebem adequadamente seus salários e não têm sequer previsão de recebê-los. Uma das maiores universidades públicas do país parece ser arrastada, com cinismo, pela trilha que lhe quer levar a uma nefasta privatização. Tudo isso, tanto quanto as fontes e as referências bibliográficas, compõe esta dissertação. Sua própria existência é o resultado do esforço resistente de todos os envolvidos. Não estamos alegres, é certo, mas continuamos atentos ao agitado mar da história.

²² Acervo da Veja. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>>.

1 HISTÓRIA SEM PARTIDO? REFLEXÕES SOBRE HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE

Será inútil queixar-se de que a burguesia não foi comunitária, ou de que os Lavellers não introduziram a sociedade anarco-sindicalista. O que podemos fazer é nos identificarmos com certos valores aceitos pelos atores do passado, e rejeitar outros. Podemos dar nosso voto a Winstanley e a Swift; podemos votar contra Walpole e Sir Edwin Chadwick. Nosso voto nada modificará. E não obstante, em outro sentido, pode modificar tudo. Pois estamos dizendo que esses valores, e não aqueles, são os que tornam a história significativa para nós, e que esses são os valores que pretendemos ampliar e manter em nosso próprio presente. Se tivermos êxito, então recuamos na história e lhe atribuímos nossos próprios significados: congratulamos-nos com Swift. Endossamos em nosso presente os valores de Winstanley, e fazemos com que o baixo e impiedoso oportunismo que distinguiu a política de Walpole seja visto com horror.

Edward Palmer Thompson²³.

Entre os dias 10 e 11 de agosto de 1974, o *Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP)* realizou um operativo de ocupação da *Fábrica Militar de Pólvoras y Explosivos* de Villa María, localizada na província argentina de Córdoba. Segundo nos faz saber uma nota publicada em *Estrella Roja*²⁴ na semana seguinte, como saldo do empreendimento a organização logrou “recuperar para a causa do povo”²⁵ uma quantidade considerável de armamentos e munição – ao redor de 100 fuzis de assalto, metralhadoras e granadas. Em seguida, lia-se: “além disso, foram detidos o sub-chefe da unidade inimiga, Major Argentino Larraburre, e o Capitão García”²⁶. Na capa daquela edição uma fotografia do oficial antecipava: “Larraburre no cárcere do povo”.

É difícil saber com precisão os caminhos que, a partir da captura, levaram o Major, em novembro, a seu cativo definitivo em Rosario de onde sairia somente 372 dias mais tarde, já sem vida. Seu corpo foi encontrado no dia 23 de agosto de 1975 nos arredores da cidade e naquela mesma manhã foram realizadas as primeiras investigações a respeito da causa de sua morte²⁷. A versão divulgada pelos militares naquela altura sugeria o assassinato por estrangulamento de um indivíduo desnutrido e torturado, apesar de que as autopsias realizadas na sequência da aparição do corpo, entre agosto e setembro de 1975, ainda antes do golpe

²³ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da historiografia ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.52-53.

²⁴ Periódico publicado pela organização político-militar *Ejército Revolucionario del Pueblo* entre 1971 e 1976.

²⁵ EL COMBATE de Villa María. Parte de Guerra. *Estrella Roja*, n. 38, 19/08/1974, p.13.

²⁶ EL COMBATE de Villa María. *Loc. cit.*

²⁷ DEL FRADE, Carlos. El asesinato que no fue. *Página 12*, 23/08/2009, s/p. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-130454-2009-08-23.html>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

militar de maio de 1976, apontassem num sentido diferente²⁸. Os membros envolvidos do ERP sustentaram a afirmação de um suicídio. O caso, envolto em incertezas, tornou-se emblemático nos debates sobre a teoria dos dois demônios, sobre a qual trataremos adiante, e foi utilizado inúmeras vezes por setores da sociedade simpáticos ao governo militar, em seus clamores pelo julgamento dos chamados “crimes da guerrilha”. Quer dizer, a morte de Larrabure nunca se ausentou por completo do debate político argentino: quarta-feira, 21 de março de 2018, a Câmara Federal reuniu-se em Rosario para avaliar o pedido de reabertura do caso sob acusação de delito de lesa-humanidade. Voltaremos a ele.

Em 16 dezembro de 1969, Aldo Palumbo, cronista do jornal italiano *L'Unità*, encontrou-se à saída da sede da polícia de Milão com o corpo do ferroviário anarquista Giuseppe “Pino” Pinelli, convocado àquele estabelecimento dois dias antes para dar esclarecimentos sobre um suposto envolvimento no atentado à bomba que atingira a sede da *Banca dell'Agricoltura* no dia 12 daquele mês²⁹. Foi o primeiro a deparar-se com uma morte sobre a qual circularam ao menos três versões distintas – suicídio, desmaio, assassinato³⁰ - e à qual se somaria, em 17 de maio de 1972, o cadáver de Luigi Calabresi, então comissário daquela chefatura, apontado por setores da esquerda como responsável pela morte de Pinelli. Ninguém reivindicou a autoria do atentado contra o chefe de polícia, apesar de que em algum momento tenham sido considerados suspeitos grupos vinculados à extrema-direita³¹.

Em 1988, confissões realizadas sob circunstâncias contraditórias por Leonardo Marino deram início a uma controversa investigação que nove anos mais tarde sentenciou a condenação de Adriano Sofri, Ovidio Bompresi e Giorgio Pietrostefani, ex-líderes da organização armada da esquerda extraparlamentar, *Lotta Continua*, pelo assassinato de Calabresi. Carlo Ginzburg realizou uma análise pormenorizada dos autos do processo apontando suas incongruências, seus problemas de método, as arbitrariedades cometidas³². Resta pouco a dizer depois disso. Os elementos apontados pelo historiador italiano abrem um caminho ineludível à crítica do procedimento jurídico que conduziu à “condenação de *Lotta Continua* em conjunto”³³. O que chama atenção, por outro lado, é a participação ativa de um

²⁸ FERRARI, Germán. *Símbolos y Fantasmas: las víctimas de la guerrilha: de la amnistía a la “justicia para todos”*. Sudamericana, Buenos Aires, 2009, 368p.

²⁹ LANZA, Luciano. Romanzo di una strage. *FQ Millennium*. Il Fatto Quotidiano. Itália, Cultura | 28/03/2012. Cultura. Disponível em: <<https://www.ilfattoquotidiano.it/2012/03/28/romanzo-strage/200682/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

³⁰ GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Madrid: ANAYA & Mario Mucnik, 1993. p.16

³¹ GINZBURG, Carlo, *op. cit.*

³² GINZBURG, Carlo, *op. cit.*

³³ GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Madrid: ANAYA & Mario Mucnik, 1993, p.26.

estudioso de seu calibre em um debate que transcende, sem abandonar, as fronteiras do fazer historiográfico.

Regressemos à possibilidade de reabertura do processo Larrabure. Seu ressurgimento na cena política argentina mobilizou uma quantidade notável de historiadores, historiadoras e cientistas sociais de áreas diversas a se manifestarem contrariamente à equiparação dos atos cometidos pela guerrilha àqueles levados a cabo pelo Estado terrorista. Em linhas gerais, não é difícil refutar o raciocínio que tenta fazer coincidirem – ou coloca em questão – as 30 mil vítimas do poder estatal com o suposto assassinato de um militar de alta patente. Em certo sentido, os argumentos esgrimidos pelos defensores da efetivação de uma “memória completa” propícia a condenar a gregos e troianos, ou de igualar fascistas e antifascistas, têm sua raiz conservadora bastante definida e se assentam fundamentalmente em uma percepção anti-esquerdista, anti-revolucionária e demo-liberal do processo histórico. Assim mesmo, o que efetivamente está em jogo nesses debates, e são a raiz de sua importância, são os vínculos entre o passado e o presente, as possibilidades de elaboração de um conhecimento histórico *verdadeiro* e o papel da historiografia no debate público sobre certos eventos pretéritos. Cada um desses elementos mereceria uma reflexão pormenorizada, mas trataremos de capturá-los aqui nos aspectos que mais podem interessar a um trabalho dedicado à história recente.

Arno Meyer publicou, no ano 2000, um livro dedicado à análise conectada da Revolução Francesa e da Revolução Russa, especialmente dos momentos que chamou de “fúrias”, ou seja, em que a violência foi exercida pelo poder rebelde de forma mais ampla e contundente. O texto foi produzido ao longo dos anos 90 guiado pela intenção de intervir nos debates despertados pela comemoração do bicentenário da revolução na França. Uma das primeiras constatações do pesquisador americano é que, praticamente desde 1789, havia três posturas recorrentes no trato dos historiadores para com aquela experiência: “abjurar e condenar a Revolução em sua integridade; resgatar a ‘revolução sem uma revolução’, frente à revolução radical do Terror; exaltar e justificar a revolução, *en bloc*³⁴” e que, de modo arquetípico, isso se estendia também às avaliações sobre a Revolução Russa. No entanto, Meyer chama a atenção para o que àquela altura, em 1989, se constituiu como uma sorte de tendência a concentrar as análises naquela primeira forma de apreensão, informada pelos vínculos entre aqueles acontecimentos e o passado recente francês.

(...) o debate do bicentenário se tornou especialmente polêmico e apaixonado. Em parte isso foi assim porque, como caberia esperar, serviu de telão para discussões

³⁴ MEYER, Arno. *Las Furias*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2000. p.11.

acaloradas sobre um passado recente da França ainda não superado. (...) Não era alheio a isto o fato de que a grande questão histórica que se ventilava estivesse marcada pelo cambiante *Zeitgeist* que, por sua vez, contribuía a modelar. Por causa, ou apesar, do regresso da “esquerda” moderada ao poder na França em 1981, houve um ressurgimento vigoroso da extrema “direita” e do conservadorismo tradicional. Essa mutação política e intelectual coincidiu com a ascensão de Ronald Reagan e Margaret Thatcher e de seus assistentes neoconservadores nos Estados Unidos e na Grã Bretanha, e com o avanço da glasnost e da perestroika na Europa central e do leste, e na Rússia. Enquanto isso acontecia, o marxismo acadêmico era levado pela corrente. Esse foi o contexto em que ressurgiram os historiadores conservadores para reviver e atualizar sua postura: argumentaram que a Revolução Francesa, além de um pecado imperdoável, era a origem final de todos os fogos do purgatório do século XX. Sem dúvidas, esses “contrarrevolucionários modernos” teriam ficado em nada se não houvessem encontrado almas gêmeas e companheiros de viagem entre os conservadores moderados e os novos democratas liberais³⁵.

Meyer destapa de modo fluido a vinculação entre as perspectivas de interpretação dos dois eventos aos quais se dedica e as transformações experimentadas no cenário político internacional naquele contexto. O que salta de seu comentário, em linhas gerais, é a convicção nas relações irremissíveis entre o passado e sua abordagem no presente, e é quase possível lamentar que não se tenha detido mais longamente em sua próspera reflexão. A seguir, o autor identifica a operação historiográfica levada a cabo por certos grupos de intelectuais em sua arremetida conservadora:

Em primeiro lugar, postularam a semelhança das causas últimas e de funcionamento da ascensão da violência das Revoluções francesa e russa: se disse que Robespierre, Rousseau e o Grande Terror eram praticamente o mesmo que Lenin/Stálin, Marx e o Gulag. Interpretaram o Terror jacobino à luz do Terror Bolchevique, e afirmaram que o governo do medo e do sangue de 1793-1794 havia sido o ensaio geral e o presságio do governo de 1917-1989. O segundo passo consistiu em estirar a analogia até abarcar o Terceiro Reich. Se disse que os regimes soviético e nazi foram no fundamento, quando não em sua totalidade, idênticos: ambos eram variantes do mesmo totalitarismo, cujas raízes filosóficas se remontavam ao momento jacobino. Quaisquer que fossem as diferenças entre ambos os regimes – não havia equivalente soviético para o racismo genocida do nazismo –, estas pesavam menos que as semelhanças de suas estruturas e métodos de dominação, e que a resolução de suas fúrias criminosas. (...) Se estava semeando o terreno para reabilitação e justificação do imperativo anticomunista do fascismo e o nacional-socialismo, incluindo a “revolução nacional” da França de Vichy³⁶.

Chama a atenção o fato de que, em sua argumentação, Meyer, ao que tudo indica de modo deliberado, flexibiliza as linhas entre debate intelectual ou acadêmico e a aparição de argumentos similares no espaço público. Além disso, o imperativo cronológico que separa a Revolução Francesa da Russa, e ambas do advento neoliberal-conservador, parece dissolver-

³⁵MEYER, Arno. *Las Furias*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2000, p.12, aspas no original.

³⁶Ibidem, p.13-14, aspas no original.

se na elaboração de leituras que se voltam ao passado a partir de coordenadas específicas ditadas pela política do presente.

No caso da morte do Major Larraburre, essa conexão é também evidente. Os que reclamam a reabertura da causa, seu enquadramento enquanto crime de lesa humanidade, não estão alheios a um intento de prescrição das políticas de memória levadas a cabo nos últimos anos e, menos ainda, ao conteúdo político de impugnação dos atos e organizações de esquerda no passado recente. Como apontado por Federico Lorenz,

Estas manifestações refletem um olhar sobre o passado recente que se consolidou desde o golpe de 1976, mas que se nutre de tradições de pensamento mais antigas, entre elas as que responsabilizam pela violência sempre a esquerda, a que confinam no papel da revulsão e da ilegalidade³⁷.

Comentários mais contundentes a esse respeito foram feitos por Esteban Campos e Gabriel Rot em março de 2017. Para esses autores, a “saída do *closet*” da direita pró-militar nos últimos anos veio acompanhada da difusão de uma série de imprecisões e tergiversações sobre o passado recente orientadas pela referida luta por uma “memória completa” dedicada a “arrasar distinções e contextos, convertendo tudo o que toca em uma mesma equivalência”³⁸. Em operação similar à mencionada por Meyer são iguados militares e guerrilheiros, os opressores e seus antagonistas. Nesta visão depreciativa do passado – eram todos maus -, não sobra espaço para nada além da reafirmação constante das virtudes de um presente demoliberal. Retomaremos esse raciocínio adiante quando for o momento de aprofundar a análise sobre as coordenadas nas quais se move a produção do conhecimento histórico atualmente.

Num primeiro plano, a problemática das revisões – ou do revisionismo – em relação ao passado conduz progressivamente à interrogação sobre as possibilidades de acesso à verdade, ou seja, a de um conhecimento do passado resistente às falsificações e imprecisões impostas por atores – meios de comunicação, políticos, historiadores, etc. – do presente. Desde os anos 70, no entanto, a consistência científica da história, projetada de forma original pelos *Annales*, tem sido enfrentada vigorosamente desde diversos pontos de vista. Trabalhos como os de Paul Veyne³⁹ e Hayden White⁴⁰ levaram ao limite a reflexão sobre o papel da

³⁷ LORENZ, Federico. Por qué vuelven los 70? *Le Monde Diplomatique*, edición Cono Sur. Ed mar. 2017. n° 213. 03 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.eldiplo.org/213-derechos-humanos-cuestion-de-estado/por-que-vuelven-los-70/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

³⁸ CAMPOS, Esteban; ROT, Gabriel. Neonegacionismo: sobre guerrilla, desaparecidos y devaluación del pasado. *La izquierda diario*, 10/3/2017. Disponível em: <<https://www.laizquierdadiario.com/Neonegacionismo-sobre-guerrilla-desaparecidos-y-devaluacion-del-pasado>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

³⁹ VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense; 1983.

⁴⁰ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2. ed São Paulo: EDUSP; 2001.

narrativa na produção do conhecimento histórico, procurando questionar muitas das perspectivas epistemológicas vinculadas à modernidade, especialmente o marxismo.

Prenunciando a introdução no campo da historiografia de uma preocupação obstinada para com a linguagem, condensada no que ficou conhecido como *giro linguístico*, o “retorno à narrativa” foi, e ainda é, motivo de inúmeras controvérsias. Apesar de não mencionar os fatores políticos que serviram para alimentar essas dúvidas, nem fazer referência ao contexto onde se insere a decepção à qual se refere, Jacques Revel sugere que essas discussões trazem em si elementos que traduzem uma profunda “decepção face ao projeto de uma história científica inspirada no modelo das ciências da natureza”⁴¹, que não pode ser apreendida fora do “momento de dúvida epistemológica que a história atravessa há uns quinze anos”.

Isso pode nos remeter à análise de Ginzburg sobre o caso Sofri. Contrapondo a atuação de juízes e historiadores diante de suas investigações, o formulador do “paradigma indiciário” como método para a historiografia sublinha uma falta: “para muitos historiadores a noção de prova está passada de moda; assim como a verdade, à qual está ligada por um vínculo histórico (e por tanto não necessário) muito forte. As razões dessa desvalorização são muitas e não todas de ordem intelectual”⁴². Para ele, uma dessas razões seria “a exagerada fortuna que alcançou, em ambos os lados do Atlântico, na França e nos Estados Unidos, o termo “representação”⁴³. Adotado com radicalidade, esse conceito sugere uma abordagem das fontes apenas como “testemunhas de si mesmas”, impossibilitando o acesso à realidade com a qual dialogam e que representam de maneira complexa. Agrega:

Sabemos perfeitamente que todo testemunho está construído segundo um código determinado: alcançar a realidade histórica (ou a realidade) diretamente é por definição impossível. Mas inferir disso a incognoscibilidade da realidade significa cair em uma forma de ceticismo preguiçosamente radical que é, ao mesmo tempo, insustentável desde o ponto de vista existencial e contraditória desde o ponto de vista lógico: como é bem sabido, a eleição fundamental do cético não é submetida à dúvida metodológica que declara professor”⁴⁴.

Se entendemos que é possível acessar a realidade histórica, avançamos para o fato de que há versões sobre o passado que não são verídicas ou, pelo menos, que há interpretações mais legítimas do que outras. O processo de reelaboração permanente das leituras sobre a história atende a uma dinâmica em que interferem inúmeros fatores contextuais. Sua execução

⁴¹ REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁴² GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*, p. 22

⁴³ GINZBURG, Carlo. *Loc. Cit.*

⁴⁴ *Ibidem*. p.22-23.

é um dado incontornável: já se disse que cada geração lê o passado com lentes específicas. No entanto, em que pesem as mudanças constantes nos questionamentos ou nos interesses dirigidos às experiências vividas, e diante da existência de uma realidade histórica ao menos parcialmente acessível, essas interpretações terminam por mover-se em um campo limitado pelas evidências. Essa constatação aparentemente banal possui ressonâncias políticas e historiográficas extremamente sérias e confere um papel de centralidade à metodologia de trabalho dos historiadores.

Vale a pena recuperar a analogia elaborada por Eric Hobsbawm em seu conhecido trabalho sobre as já mencionadas releituras da Revolução Francesa na altura de seu bicentenário:

Enquanto escrevo, vejo Santa Mônica desde o alto de minha janela e o que vejo é bastante real. Não invento os prédios, as palmeiras, o estacionamento que se encontra seis pisos abaixo ou as colinas adiante, apenas delineadas entre a neblina. (...) Da infinidade do que é objetivamente observável lá fora, eu estou de fato observando apenas uma seleção muito limitada. E, é claro, se eu estivesse aqui olhando a mesma cena desde a mesma janela em algum outro momento, poderia estar focalizando distintos aspectos; ou seja, fazendo uma seleção distinta. No entanto, é quase inconcebível que eu, ou qualquer outra pessoa, olhando por esta janela em qualquer tempo em que a vista permanecesse como está, não pudesse ver, ou mais precisamente, notar algumas das características inevitáveis do panorama: por exemplo, o delgado pináculo da igreja exatamente ao lado do grande terraço plano de um edifício de dezoito andares⁴⁵.

Nesse alvorecer de século XXI, ao que tudo indica, essa é uma visão a ser retomada. As mudanças experimentadas pela historiografia nas décadas finais do século XX se orientaram principalmente pela já mencionada subjetivação dos objetos de estudo, elevando a categorias epistemológicas centrais noções como as de narrativa e testemunho, e acentuando uma postura de dúvida radicalizada em relação às explicações universais ou científicas. Ressaltando as distintas formas de apreensão da realidade por parte dos indivíduos, a importância da linguagem na mediação das experiências vividas, e do seu próprio trabalho, e nas mais das vezes em franca oposição às interpretações totalizantes dos processos sociais, uma parte da historiografia terminou operando, em seus trabalhos, “uma revalorização da primeira pessoa”⁴⁶. Esse processo foi definido por Beatriz Sarlo como *guinada subjetiva*, ou seja, um momento em que “as identidades dos sujeitos voltaram a retomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas”. Nesse sentido, os abalos sofridos pela historiografia a partir

⁴⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Ecoss da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.17-18.

⁴⁶ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

dos anos 70, informados em grande medida pelo giro linguístico e pela guinada subjetiva, posicionaram no cerne de suas preocupações as individualidades dos sujeitos, através de uma ênfase contumaz no “discurso e na diferença, ou na natureza fragmentária da realidade e da identidade humana”⁴⁷, fornecendo as bases que têm sustentado o interesse, por exemplo, pela história oral e pelo estudo da memória.

A maioria das reflexões decorrentes dessa leva de questionamentos deriva de uma crítica ferrenha a argumentos que se queiram totalizantes, de um desconforto para com a racionalidade científica e do abandono peremptório de um horizonte de emancipação. Esses elementos, componentes basilares do chamado pós-modernismo⁴⁸, marcaram fortemente o ambiente intelectual onde se erigiu o interesse pela memória nos estudos sociais contemporâneos. Numa autorreferenciada busca pela “pluralidade de discursos”, autores vinculados às proposições pós-modernas decretaram “a queda da grande narrativa”, entendendo-a como “um convite direto à coabitação entre várias narrativas pequenas (locais, culturais, étnicas, religiosas, ideológicas)”⁴⁹. Ao mesmo tempo, operaram o já mencionado abandono de horizontes emancipatórios, mais ou menos nos termos definidos por Agnes Heller e Ferenc Fehér:

Qualquer tipo de política redentora é incompatível com a condição política pós-moderna. (...) A limitação pós-moderna ao presente como nossa única eternidade também exclui os experimentos com “saltos no nada”, quer dizer, as tentativas de transcendência *absoluta* da modernidade. Ao mesmo tempo, esta condição política pós-moderna se sente terrivelmente incômoda com as ideias utópicas, inclusive de tipo messiânico, as quais lhe tornam vulneráveis aos compromissos fáceis com o presente.

Não se trata de estabelecer vínculos mecânicos entre a emergência da memória como problemática privilegiada de análise da história contemporânea e a difusão do pós-modernismo no ambiente acadêmico. Tampouco é possível ignorar totalmente as correspondências teóricas e cronológicas que marcam seu surgimento. Não por acaso, essas transformações na forma de abordar o passado, de compreender a história de modo geral, coincidem com radicais transformações no cenário político internacional, desde os anos 1970, mas principalmente a partir da década de 80. Isso não quer dizer, é claro, que a problemática da memória tenha sido assimilada apenas em estudos simpáticos às formulações pós-

⁴⁷ WOOD, Ellen Meiksins. *¿Una política sin clases? El postmarxismo y su legado*, 1.ed, RyR: Buenos Aires, 2013, p.38. Tradução Livre

⁴⁸ COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo/ Feira de Santana: UEFS/Xamã, 2012. p.356.

⁴⁹ HELLER, Agnes, e FEHÉR, Ferenc. *A Condição Política Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 152-154. *Apud*. COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo/ Feira de Santana: UEFS/Xamã, 2012. p.497.

modernas, mas é importante destacar o modo como estas e aquela ingressaram no ambiente acadêmico ocidental através do vulto legado pela “crise do marxismo”.

A irrupção da memória nas ciências humanas, e tão logo na cultura de massas, dava sequência à reviravolta intelectual do fim dos anos 70 conhecida como “crise do marxismo”. Esta sincronia entre a ascensão da memória e o declínio do marxismo não é casual. O marxismo dominava as ciências humanas quando a *sociedade* era o seu indiscutível paradigma; o seu eclipse tornou-se quase completa nos anos oitenta quando o interesse moveu-se em direção à memória, uma transição consumada dentro dos marcos políticos da “revolução conservadora”⁵⁰.

Assim sendo, a trajetória dos estudos centrados na memória – coletiva e/ou individual – viu-se desde o princípio sinalada por esses dilemas: de vincular o particular ao coletivo no trato com suas fontes, de inseri-los numa concepção de realidade caleidoscópica e fugaz; pela desconfiança nas possibilidades de transformação, orientada por uma *memória normativa* que impõe certa leitura desconfiada em relação aos vencidos de ontem; e pela dificuldade de desvencilhar-se de um presente dilatado de onde procede, quase exclusivamente, toda a inteligibilidade do passado⁵¹. Isso alterou de forma contundente a relação que os historiadores, imersos nesse cenário de transformações devastadoras, estabelecem com o passado.

Na introdução à edição italiana de *Zonenkinder*⁵², Karin Birge Gilardoni-Büch relata um interessante episódio vivenciado pela escritora romena Simona Popescu, nascida em 1965, integrante de uma geração cuja infância transcorreria sob a ditadura de Nicolae Ceausescu. Após a publicação de suas memórias, Popescu conta ter sido abordada por um jovem crítico literário desapontado após a leitura de seu livro, perplexo quanto à descrição de uma vida “normal”, depurada das experiências negativas ligadas ao comunismo. Desorientando as expectativas daquele leitor, as lembranças da autora sobre seus primeiros anos de vida eram felizes. Em seu texto não havia nenhuma menção às paredes frias do realismo estalinista, nenhuma amargura imposta pelo silêncio coletivo, nenhuma menção a mortes e torturas: cenário esperado, repetido mil vezes nas representações contemporâneas sobre o período. Levado ao limite, o estranhamento do interlocutor de Popescu é sintomático de uma época que se recusa a reconhecer em seu passado algo mais do que uma ilimitada catástrofe.

⁵⁰ TRAVERSO, Enzo. *Malinconia di sinistra: una tradizione nascosta*. Milão: Feltrinelli: 2016, p.78, grifos e aspas no original.

⁵¹ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p.07.

⁵² HENSEL, Jana. *Zonenkinder: i figli della germania scomparsa*. Milano/Udine: Mimesis Edizioni, 2009.

A memória do gulag borrou a das revoluções, a memória da Shoah substituiu a do antifascismo, a memória da escravidão eclipsou a do anticolonialismo; tudo acontece como se a lembrança das vítimas não pudesse coexistir com a de seus combates, suas conquistas e suas derrotas⁵³.

Ao longo do livro prefaciado por Gilardoni-Büch, Jana Hensel, enfrentando ela própria suas memórias de jovem nascida em 1976 e criada parcialmente na Alemanha Oriental, depara-se com a dificuldade de recuperar um período que “por muito tempo quisemos esquecer”⁵⁴. Um tempo que se havia tornado para quase todos pouco mais que uma anedota sinistra, sobre a qual os vitoriosos ouvidos ocidentais esperavam ouvir apenas “um par de testemunhos originais, melhor ainda se com um ligeiro colorido dialetal”⁵⁵. Naquela altura, escreve Hensel, depois da queda do muro era preciso demonstrar a todos que se havia tomado distância do “mundo do leste”, que se havia aprendido a viver com mais estilo⁵⁶. Era preciso, então, negar este passado, entregá-lo a um silencioso esquecimento. Como afirma Traverso, depois de 1989, “não somente a memória prognóstica do socialismo foi interdita, mas o próprio luto da derrota esteve censurado”⁵⁷.

Desvelando, talvez inadvertidamente, as coordenadas de um regime de memória muito atual, a escritora alemã sublinha que “de agora em diante seremos minoria e, para nós, a RDA aparecerá sempre mais distante, menor, mais quimérica, como se olhássemos no espelho retrovisor de um carro”⁵⁸. O movimento de um carro que se afasta perdendo de vista certos aspectos de um tempo vivido ilustra sensivelmente a *empatia seletiva* com que se tem abordado o século passado.

Toda a história do comunismo estava reduzida à sua dimensão totalitária, que aparecia como uma memória transmissível, até tornar-se uma representação compartilhada por todas as culturas políticas da nova era global. Obviamente esta interpretação não foi inventada em 1989; existia desde 1917, mas já se tornara uma consciência histórica comum, uma visão normativa do passado, o credo de todo bom cidadão hostil à violência, amante da liberdade e da democracia⁵⁹.

As questões apresentadas até aqui abrem portas e janelas na direção de um questionamento a respeito de por que estudar história e, mais especificamente, por que fazê-lo segundo parâmetros científicos definidos e permanentemente revisados por uma comunidade

⁵³ TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla: Interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p.296.

⁵⁴ HENSEL, Jana. *Zonenkinder: i figli della germania scomparsa*. Mimesis Edizioni: Milano/Udine, 2009, p.35.

⁵⁵ *Ibidem*, p.53.

⁵⁶ *Ibidem*, p.75.

⁵⁷ TRAVERSO, Enzo. *Malinconia di sinistra: Una tradizione nascosta*. Milão: Feltrinelli, 2016. p.25.

⁵⁸ HENSEL, Jana. *Zonenkinder: i figli della germania scomparsa*. Mimesis Edizioni: Milano/Udine, 2009, p.181.

⁵⁹ TRAVERSO, Enzo, *op. cit.* p.18.

acadêmica em expansão e não como um exercício literário ou diletante. Para retomar os exemplos que inauguraram esse texto, poderíamos perguntar: o que tem a ver os historiadores com os casos de Larraburre e Sofri e que – tão diversas – razões sugerem a demanda de uma intervenção pública ou teórica nesses debates? A resposta apontada por Josep Fontana é somente uma dentre as possíveis:

O trabalho do historiador deve ter como motor, como razão final, os problemas reais que, de uma forma ou de outra, têm a ver com as vidas de homens e mulheres, de ontem e de hoje, com o propósito de aportar conhecimentos que sirvam para melhorar sua sorte, ainda que seja somente, que não é pouco, contribuindo para criar neles uma consciência crítica. A “ciência” que nos permite alcançar um conhecimento mais seguro sobre o passado é a ferramenta que empregamos para isso, não o objeto nem a finalidade de nosso trabalho⁶⁰.

Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi lembraram bem que não é aconselhável exagerar o papel de historiadores e historiadoras nos debates públicos sobre a história e a memória⁶¹. É certo que há muitos atores e com impactos diversos nesse cenário. No entanto, talvez fosse interessante reconhecer que dentre “os participantes do jogo” em que se disputam narrativas e apropriações a respeito do passado, a historiografia talvez seja a única comprometida, por princípio, com critérios de verificabilidade sobre aquilo que afirma. Isso, de imediato, a coloca em um plano distinto dos meios de comunicação, dos grupos religiosos ou da memória coletiva em suas múltiplas expressões. Desse compromisso advém sua responsabilidade. Mesmo assim, também é certo que esta diferença não coloca os historiadores em seu ofício a salvo de enganos, precipitações, “jogadas desleais”⁶² e outras formas de distorção do passado. As revisões que temos mencionado até aqui podem servir de exemplo.

Há ainda outros pontos conflitivos ao redor do estudo da história do recente século XX. Por se tratar de um passado próximo, “em permanente processo de atualização”⁶³, “um vibrato do inacabado” capaz de aliviar o presente do seu autismo⁶⁴, é interessante o alerta para

⁶⁰ FONTANA, Josep. Qué historia para el siglo XXI. *Analecta*. Revista de humanidades, Universidad Viña del Mar, Chile, n.º 1, 2006.

⁶¹ BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, Dec. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752016000300807&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jan. 2018.

⁶² BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo, *op. cit.*

⁶³ FRANCO, Marina e LEVIN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. In: FRANCO, Marina e LEVIN, Florencia (org.): *Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*, Buenos Aires: Paidós. 2007. p-31

⁶⁴ RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p.49-50.

a necessidade de uma reflexão metodológica específica que dê conta da complexidade das análises nesse campo. Jean-Pierre Rioux afirmava que essa história

porque é levada a desconstruir o fato histórico sob a pressão dos meios de comunicação, porque globaliza e unifica sob o fogo das representações tanto quanto das ações, pode ajudar a distinguir talvez de forma mais útil do que nunca o verdadeiro e o falso. Pois se ela tem como missão, como toda história digna desse nome, mostrar a evidência científica das verdades materiais diante do esquecimento, da amnésia ou do delírio ideológico, (pensemos, por exemplo, nos que negam as câmaras de gás), ela sem dúvida está mais apta a explicar do que a verdade estatística da enumeração, da qual somos tão apreciadores; ela não evita ver em ação a verdade psicológica da intenção, a humilde verdade do plausível, a força da questão da memória sobre o curso do tempo⁶⁵.

Um dos questionamentos mais recorrentes à possibilidade de se fazer uma História do Tempo Presente diz respeito à pouca distância temporal entre o historiador e seu objeto, o que poderia tornar-se um perigoso fator de interferência nos resultados da sua observação. A esse respeito, Jean Lacouture indagava: “Será inevitável que o cidadão-pesquisador seja mais seguramente condenado à miopia partidária se se interrogar sobre a política fiscal de Raymond Barre do que se estudasse a política religiosa de Carlos IX?”⁶⁶.

O conteúdo da resposta é mais ou menos aparente na própria interrogação: para Lacouture, todo historiador, ligado de forma inescapável a seu tempo e ao seu meio criador, inevitavelmente exprime certos condicionamentos na orientação de sua pesquisa e na interpretação que lhe dá⁶⁷. No entanto, esse componente de subjetividade, sempre presente na realização do trabalho científico, se veria limitado, como também sugere Ginzburg, pelo adequado manejo da metodologia e uma abordagem correta das fontes⁶⁸.

Aqui chegamos a um ponto crucial de onde será possível partir para a próxima seção deste capítulo e, adiante, para o restante da dissertação: a afirmação científica do conhecimento histórico, ou seja, de um tipo de conhecimento passível de discussão a partir de critérios de verificação da verdade, da realidade, deve reconhecer as suas especificidades teóricas e metodológicas. Ignorá-las, veremos, pode levar a um precipício de enganos do qual não se resgata muito mais do que uma contemplativa descrição de eventos ou, nem isso, uma profusão de imagens desconexas sobre tempos especialmente alheios.

⁶⁵ RIOUX, Jean-Pierre, *op.cit.*

⁶⁶ LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Martins Fontes: Rio de Janeiro, 2000.

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009, p. 30-45.

1.1 Revisão e Revisionismo nas Historiografias Brasileira e Argentina

Che Guevara e Bin Laden eram homens de pétreas convicções. Tentaram, cada um a seu modo, curvar o mundo a seus desejos. (...). Foi exatamente por falarem através de ações – armadas – é que os dois guerreiros tanto se distanciaram da democracia, território da palavra, da disputa contraditória, assumida e reconhecida, da alternância legalizada, da desconfiança organizada, do espaço próprio da política porque a guerra, ao contrário da fórmula lapidar e do senso comum, não é a continuação da política por outros meios, mas a sua mais clara negação⁶⁹.

Daniel Aarão Reis Filho

Que diferença há entre Santucho, Firmenich, Quieto e Galimberti, por uma parte, e Menéndez, Videla ou Massera pela outra? (...) Os chamados revolucionários se converteram em assassinos em série, desde Lenin, Trotsky, Stálin, Mao, até Fidel Castro e Ernesto Guevara⁷⁰.

Óscar Del Barco

Na vasta e alarmante rede de boatos que circulam pelas redes sociais brasileiras, há alguns que se destacam pelo formato peculiar de interpelação do leitor. São textos iniciados com a interjeição: “se vocês soubessem o que aconteceu – na copa, nas eleições, nos debates, etc. – ficariam enojados”. O conteúdo, invariavelmente repleto de falsificações e de conjecturas pouco verossímeis, costuma se adaptar aos diferentes acontecimentos a que se refere, sem abrir mão de uma promessa reveladora capaz de trazer à luz algum – ou muitos – segredo repugnante. Essa é, provavelmente, a razão de sua capacidade propagatória. Como habitual em textos dessa estirpe, há um apelo constante à existência de tramas ocultas ignoradas por todos e todas – menos por quem escreve – cujo conhecimento seria capaz de transformar a compreensão de mundo de supostos leitores ou de, pelo menos, provocar-lhes um choque, uma náusea.

Sem ir mais fundo no caráter conspiratório e falacioso desse tipo de falsa notícia, é possível apreender de seu formato algumas características instigantes. Em primeiro lugar porque, na outra face daquilo que afirma, está a suposição de que o desconhecimento de certos termos, de certos elementos da realidade, ocasiona um bem-estar interrompido de forma contundente pela obtenção de informações. Em outras palavras, a ignorância sobre “o que realmente aconteceu” possibilitaria uma ilusória tranquilidade a seu respeito, seguramente interdita pela verdade vinda à tona. Federico Lorenz percebeu que, na Argentina, o discurso

⁶⁹ REIS-FILHO, Daniel Aarão. Os dois guerreiros. A Opinião de Daniel Aarão Reis. Blog *A Viagem dos Argonautas*. Disponível em: <<https://aviagemdosargonautas.net/2014/12/05/a-opinio-de-daniel-aarao-reis-os-dois-guerreiros/>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

⁷⁰ DEL BARCO, Oscar. No Matarás. Carta de Oscar Del Barco. *Revista La Intemperie*, nº 17, Córdoba, 2005.

de setores conservadores que ele chamou de *vulgata processista* repete, desde 1983 “a ideia conspirativa de que conta ‘o que não se disse até agora, a verdade oculta’, enquanto repete os argumentos dos militares no Julgamento das Juntas”⁷¹.

De modo evidentemente mais elaborado, certos traços dessa expectativa têm sido reproduzidos por algumas tendências da historiografia contemporânea sobre as ditaduras militares que tiveram lugar no Cone Sul entre os anos 60 e 80. Em linhas gerais, o que lhes orienta é a convicção de que a respeito do golpe e de seus agentes estabeleceu-se uma memória histórica “confortável”, incapaz de revelar-nos esse “realmente acontecido” que nos causaria enojo obrigando a sociedade a “colocar-se diante do espelho”.

Os dois comentários que epigrafam esta parte do capítulo foram escritos sob circunstâncias e em contextos muito diversos. O primeiro é parte das análises elaboradas pelo historiador brasileiro Daniel Aarão Reis Filho a respeito do atentado de 11 de setembro de 2001. Ali se pode ler uma série de analogias a respeito do uso da força e da violência a partir da comparação inusual entre as figuras de Ernesto “Che” Guevara e Osama Bin Laden. O segundo comentário, do filósofo argentino Óscar Del Barco, tem em sua origem a intenção de intervir politicamente nas reflexões a respeito do passado recente argentino, especialmente nas discussões em torno da violência armada levada a cabo por organizações político-militares ao longo dos anos 60 e 70 do século XX. Seu texto, escrito em forma de carta e que ficou conhecido como “não matarás”, deu forma a uma polêmica ainda acesa no campo intelectual argentino.

Chama a atenção nos dois fragmentos que, a partir de uma abstrata intuição pacifista ou, dito de outra maneira, anti-violência, os autores, ambos com passado de militância guerrilheira, se permitem ignorar as profundas contradições que separam os sentidos, as ferramentas, os métodos e as finalidades dos agentes que comparam. Esse tipo de equiparação abrupta realizada desde a academia – mas não somente – por sujeitos outrora envolvidos em projetos revolucionários pode fazer pensar nos comentários que Isaac Deutscher escreveu, em 1950, sobre o lugar ocupado pelos ex-comunistas no debate intelectual daquele então. De modo bastante ríspido, Deutscher aponta que esse indivíduo

continua sendo um sectário. É um estalinista virado do avesso. Segue vendo o mundo em preto e branco, somente que agora as cores se distribuem de modo distinto. Como comunista, não via diferença entre os fascistas e os social-democratas. Como anticomunista, não vê diferença entre o nazismo e o comunismo.

⁷¹ LORENZ, Federico. Por qué vuelven los 70? *Le Monde Diplomatique*, edición Cono Sur. Ed mar. 2017. n° 213. 03 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.eldiplo.org/213-derechos-humanos-cuestion-de-estado/por-que-vuelven-los-70/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

(...) Depois de haver sido arrebatado pela “maior ilusão”, agora está obcecado pela maior desilusão de nosso tempo ⁷².

Em que pesem suas diferenças, há nos dois trechos algo que aqui nos interessa fortemente: em suas agravadas conclusões, ambos apontam para o que tem sido a espinha dorsal das interpretações sobre a história recente no Brasil e na Argentina. Se por um lado as releituras historiográficas sobre o período ditatorial brasileiro têm sido operadas sobre a base de uma crítica ao “déficit democrático” da sociedade em geral, e da esquerda em particular, na Argentina muitas revisões se enunciam a partir da avaliação depreciativa da experiência *setentista* no que diz respeito ao uso da violência armada por parte de algumas organizações revolucionárias. A partir desses dois mecanismos, o que se observa é uma aproximação complexa entre elementos que, em seu contexto, estiveram em franca oposição: eram todos anti-democráticos, eram todos violentos. A consequência dessa lógica é uma distribuição mais ou menos generalizada de responsabilidades pelo horror perpetrado nos dois países pela violência estatal. Algo que se entrevê no tom prescritivo latente nas comparações de Del Barco e Daniel Aarão Reis e que se estende a um ambiente intelectual mais generalizado que Enzo Traverso descreveu assim:

Os debates sobre as guerras, as revoluções, os fascismos e os genocídios que atravessaram a historiografia e, mais geralmente, as ciências sociais ao longo dessas últimas décadas esboçam o perfil de uma nova aproximação ao mundo contemporâneo que supera amplamente as fronteiras da investigação histórica. Suas tensões resultam permanentes entre o passado e o presente, a história e a memória, a expertise e o uso público do passado; (...) O antitotalitarismo liberal, um humanismo consensual e a naturalização da ordem dominante constituem as coordenadas gerais desse começo de século XXI. Os historiadores trabalham dentro dessas novas coordenadas políticas e “epistêmicas” ⁷³.

Nesse cenário, ganham sentido as reflexões sobre as releituras do passado seu conteúdo crítico ou *revisionista*. Aqui, o conceito é destacado não somente porque seja central no debate historiográfico das últimas décadas, mas também porque recupera o que, a princípio, mencionamos: só é possível inquirir os estudos sobre o passado a partir de categorias como “verdadeiro”, “falso”, “crítico”, “revisionista”, partindo de um entendimento racional da história. Em outras palavras, se aceitamos que é possível apreendê-la com maior ou menor justeza. Vale a pena estender um pouco o comentário sobre essa questão.

⁷² DEUTSCHER, Isaac. Resenha de “The God that Failed”. *The Reporter*. Nova Iorque, abril de 1950. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/deutscher/1950/conciencia_ex-comunistas.htm>. Acesso em 13 mai. 2018.

⁷³ TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla*. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p.14.

Talvez não seja exagerado imaginar que, nas últimas décadas, se esteja exercitando uma transformação no conteúdo da expressão *revisionismo*. Ou ainda, que as distintas acepções do termo apresentadas por Enzo Traverso⁷⁴ encontrem em ambientes intelectuais específicos formas de utilização distintas. Se para o historiador italiano, sua eficácia era maior quando apreendido à maneira dos debates que entenderam como revisionistas as formulações políticas de Bernstein do que como crítica a determinadas correntes historiográficas, pode-se considerar que diante das polêmicas sobre o passado recente as diferenças entre uma forma e outra não sejam tão radicais. Para citar apenas um exemplo, no Brasil, a utilidade do conceito no enfrentamento de leituras relativistas sobre a ditadura deve-se, sem dúvidas, ao rigor com que certos historiadores passaram a esgrimi-lo em suas análises críticas⁷⁵. Assim, avaliando o conteúdo historiográfico dos estudos ditos revisionistas, têm tratado de indicar suas reverberações políticas no presente. Desse modo, a um só tempo, a categoria é mobilizada como crítica teórico-política e científica-historiográfica. Essa possibilidade de síntese, ou ao menos de utilização particularmente dinâmica do conceito de *revisionismo* provavelmente explica porque em nenhuma outra historiografia do Cone Sul o termo tenha se difundido de modo tão substancial.

A origem desse tipo de utilização da expressão remonta às polêmicas historiográficas disparadas pelo fortalecimento de tendências anti-antifascistas na Itália e negacionistas na Alemanha nas últimas décadas do século XX. Ali, os autores críticos a essa orientação se utilizavam da expressão para indicar que algumas das novas interpretações sobre o nazifascismo nasciam orientadas não pela descoberta de novas fontes, mas por um exercício apologético da história e se baseavam, de modo geral, em sucessivas tergiversações sobre acontecimentos e dados já bem conhecidos. Nesse sentido, quando se cumpriram 70 anos da liberação italiana do fascismo, Angelo D’Orsi escreveu um pequeno balanço publicado no periódico *Il Manifesto* indicando que – a partir da queda do Muro –

a despeito dos estudos rigorosos levados adiante por historiadores sérios, foi o revisionismo quem prevaleceu, com trabalhos de segunda ou terceira mão, sobretudo nos meios de comunicação. Tornou-se uma moda a polêmica contra “a vulgata antifascista”, insistindo no caráter minoritário dos resistentes, nas distinções entre

⁷⁴ TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. 2. ed. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

⁷⁵ MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014; CALIL, Gilberto Grassi e SENA JUNIOR, Carlos Zacarias (orgs). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

fascismo e nazismo, e sobretudo lançando furiosos golpes aos comunistas italianos, “culpados de antemão”⁷⁶.

Desse modo, apontou que “os revisionistas distribuíram ‘equitativamente’ erros e razões: nascia a retórica da ‘memória compartilhada’, em nome de uma ‘pacificação’ adequada ao clima pos-comunista neoliberal”⁷⁷. O passado passava a ser tomado como um campo de ruínas onde se dissolviam as diferenças entre “vermelhos” e fascistas.

Algumas perguntas podem já ter saltado dessa argumentação. O que dizem exatamente os revisionistas brasileiros ou argentinos? É possível identificar algum tipo de unidade argumentativa no processo de reinterpretação da história recente do Cone Sul ou, pelo menos, nesses dois países? A resposta a esta última questão tem, necessariamente, um alto nível de complexidade. Primeiro porque as historiografias nacionais costumam obedecer a movimentações políticas e de conjuntura locais tanto quanto às transformações em sentido mais amplo no fazer historiográfico. Assim, qualquer simplificação comparativa resultaria necessariamente arbitrária e, no limite, inútil. No entanto, por também obedecerem a uma lógica contextual compartilhada, é inegável que aparentem elementos importantes em comum. Vejamos.

É possível que um dos elementos centrais das revisões operadas sobre o passado recente no Brasil e na Argentina se relacione com o interesse refratário em relação à afirmação científica do conhecimento histórico. Não será casual que grande parte dessas obras, mesmo quando escritas por historiadores ou cientistas sociais, pertença ao campo testemunhal ou ensaístico e esteja alagada de afirmações generalistas mobilizando, de modo contingente, uma variedade de conceitos sem atentar para sua profundidade. Os trabalhos de Melo e Coelho apontam claramente essa falta. Talvez valha a pena, no nosso caso, demarcar a forma como nestes textos afirmações sobre a “esquerda”, a “sociedade”, a “democracia”, para ficar com alguns exemplos, são expressas de forma intuitiva e com indisfarçável imprecisão:

No entanto, as esquerdas têm recuperado este passado – ou construído sua memória – a partir do princípio de que a sociedade foi submetida, no momento do golpe e ao longo da ditadura à força da repressão (...) ⁷⁸.

Inseridos numa determinada cultura política, era difícil ver a aceitação do regime, compreendê-lo como produto da sociedade, que não lhe era estranho, que havia ali

⁷⁶ D'ORSI, Angelo. La lunga marcia revisionista dei vinti. il Manifesto, Itália, 25.4.2015. Disponível em: <<https://ilmanifesto.it/la-lunga-marcia-revisionista-dei-vinti/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

⁷⁷ D'ORSI, Angelo, *op. cit.*

⁷⁸ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. V. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p.47.

laços de identidade (...)A luta armada e a sociedade, dois mundo paralelos, desconhecidos um do outro; a vanguarda querendo transformar o que desconhecia, indiferente aos valores, às aspirações que moviam os indiferentes na direção oposta. Olhos cegos, ouvidos moucos, num contato impossível⁷⁹.

Em suma, acredito que não foram exclusivamente os militares que quiseram - querem - esquecer. Mas a sociedade. E o mais curioso: as esquerdas revolucionárias, ao narrarem a experiência da luta armada sem olhos de ver, mantendo a interpretação da época, reafirmando-a, hoje, contribuem com o esquecimento ou com um lembrar que esquece⁸⁰.

(...)as esquerdas revolucionárias dos anos 1960 e 1970, como de resto à sociedade, inseridas nestas referências e tradições, não tinham a democracia um valor supremo⁸¹.

No mesmo movimento em que a sociedade demonizou a ditadura, associou-a exclusivamente a militares boçais, gorilas e a jogou para debaixo do tapete, jogou aquele lixo todo para debaixo do tapete, nesse mesmo movimento houve a recuperação positiva das esquerdas revolucionárias⁸².

Ao longo do processo de radicalização iniciado em 1961, o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial. Pretendia-se implantar uma ditadura revolucionária. Não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumento da resistência democrática⁸³.

Autoritários, soberbos, generosos e audaciosos, no limite da arrogância, equivocaram-se de sociedade e de tempo histórico (...) por desejar aquela revolução que tanto amavam, mas que, definitivamente, faltara a o seu encontro⁸⁴.

não eram de modo algum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos⁸⁵.

Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg são duas importantes referências nos estudos sobre a ditadura militar brasileira. Sua abordagem aqui não é, de modo algum, aleatória: de formas distintas, chegam a conclusões semelhantes. Dos fragmentos mencionados acima emergem questões centrais na análise e na discussão sobre o que se tem chamado de revisionismo historiográfico sobre a experiência ditatorial no Brasil e que poderíamos assinalar mais ou menos assim: a) o regime instaurado a partir do golpe de 1964

⁷⁹ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006, pp. 81-91. Disponível em http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/ESQUECIMENTO_DAS_MEMORIAS.pdf Acesso em: 13 mai. 2017.

⁸⁰ ROLLEMBERG, Denise. *Loc. cit.*

⁸¹ ROLLEMBERG, Denise, *Loc. cit.*

⁸² REIS FILHO, Daniel Aarão. Palestra realizada do dia 18/10/2006 na VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras militares e experiências socialistas. Disponível em < <https://docplayer.com.br/29425108-Ditadura-militar-e-revolucao-socialista-no-brasil-daniel-aarao-reis-filho-56.html>>. Acesso em: 8 abr. 2017

⁸³ GASPARI, Elio. Entrevista a Daniel Aarão Reis Filho em 23 de setembro de 2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2309200113.htm>> Acesso em: 12 mar 2018.

⁸⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.74.

⁸⁵ *Ibidem*, p.70.

não teria submetido à força uma sociedade que a partir de uma cultura política de traços autoritários o teria “desejado”, mantendo relações de identidade com o processo golpista; b) as esquerdas – às vezes armadas, às vezes toda elas – eram também autoritárias, desprezavam a democracia – repetem: “não existem um só documento...” – e, até por isso, em 1964 “o golpe podia vir e vinha” de muitas direções; e, c) a partir da campanha pela anistia em 1979 se haveria começado a assentar uma “memória coletiva confortável” através da qual as esquerdas teriam deslocado o sentido de sua atuação desde o formato original ofensivo, *revolucionário*, em direção a um caráter de eminente *resistência*. Procuremos avaliar aonde podem chegar cada um desses argumentos.

Demian Melo⁸⁶ já demonstrou as limitações metodológicas resultantes da abordagem da sociedade como um todo generalizável ao tratar do apoio aos regimes autoritários ou, simplesmente, de determinada cultura política compartilhada quase sem contradições. Se a sociedade, no limite, desejava o regime militar, porquê um golpe de Estado? Se os inimigos dos militares eram somente algumas centenas de jovens “soberbos”, “audaciosos”, porque não interromper a ditadura quando derrotada a guerrilha? A colaboração de setores civis no golpe de 1964 é um dos temas centrais da obra monumental de René Dreifuss⁸⁷ que, no entanto, aponta para uma complexidade muito maior na análise das características específicas desses setores: empresariais, burgueses, conservadores. Nesse sentido, a constatação da participação de setores civis – da sociedade civil – no golpe e na sua manutenção não é uma novidade. O que aqui desponta de forma tremenda nos casos mencionados é a generalização desse apoio a uma sociedade vácuca que não se entende bem qual seja.

É essa mesma concepção da sociedade que lhes permite afirmar a existência de uma memória coletiva confortável a respeito da ditadura. Ou, como Rollemberg escreve, uma memória contraditoriamente baseada nas recordações dos derrotados⁸⁸. É possível lamentar o fato de que esses autores nunca tenham procurado apresentar elementos que reforcem sua argumentação nesse sentido. Por outro lado, um ligeiríssimo olhar sobre o debate público como está colocado atualmente aponta para a fragilidade dessa constatação. É mais, lhe contradiz. O ressurgimento de certo protagonismo militar em processos recentes como o julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou a reivindicação pública por parte de políticos, indivíduos ou órgãos de comunicação de personagens historicamente vinculados

⁸⁶ MELO, Demian. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*. v.1, n.1, jul/dez 2013.

⁸⁷ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁸⁸ ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006, pp. 81-91.

às arbitrariedades cometidas ao longo da ditadura, denotam a coexistência, a complexidade e a pluralidade de formas de abordagem do passado recente e a persistência de violentas batalhas simbólicas em torno da constituição de uma memória comum. Dando alguns passos atrás, é possível lembrar também que diante da candidatura e eleição da ex-presidente Dilma Rousseff, seu passado guerrilheiro, longe de ter sido alvo de uma unânime valorização, foi utilizado em diversas ocasiões com tonalidades acusatórias. Se esses fatores não devem ser suficientes para definir o conteúdo da memória coletiva sobre a ditadura no Brasil, tampouco podem ser ignorados em sua caracterização.

Podemos aprofundar um pouco mais o questionamento. Rollemberg e Reis Filho têm razão quando sublinham que a memória está cheia de esquecimentos. Que sua elaboração passa pelo abandono de traços do passado tidos como incômodos ao tipo de presente que se quer elaborar. Mas é possível inverter sua linha de raciocínio e propor uma questão tão interessante quanto: o deslocamento do sentido da atuação militante setentista da *revolução* para a *resistência* deve realmente ser entendida como uma sorte de “vitória dos vencidos” no campo da memória? Não será esse, exatamente, o testamento de sua derrota? Não é justamente porque seus projetos revolucionários foram desbaratados nacional e internacionalmente que hoje, golpeados por uma memória normativa demo-liberal⁸⁹, impedidos de orgulhar-se de suas trajetórias, mesmo os protagonistas daquelas lutas, sentem dificuldades em reconhecer-se como tais? Porque se é falsa a contradição entre luta pela revolução e resistência ao regime ditatorial, como foi apontado por autores como Marcelo Ridenti⁹⁰, talvez coubesse perguntar, então, porque – se considerarmos que houve – o abandono taxativo daquele primeiro elemento.

E isto leva ao último ponto que gostaríamos de destacar na obra desses dois autores, ou no revisionismo contemporâneo de modo geral: a falsa oposição que estabelecem entre luta revolucionária, ou pelo socialismo, e a democracia. Talvez como a memória, a constatação de Daniel Aarão Reis Filho, “não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumento da resistência democrática” também esteja marcada pelo esquecimento. O mesmo autor foi responsável pela publicação, ao lado de Jair Ferreira de Sá, de uma série de documentos referentes às organizações políticas de esquerda intitulada *Imagens da Revolução*, em 1985⁹¹. Vale a pena folheá-la:

⁸⁹ TRAVERSO, Enzo. *Malinconia di sinistra: una tradizione nascosta*. Milão: Feltrinelli, 2016.

⁹⁰ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993.

⁹¹ REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

Finalmente, um governo popular revolucionário, fiel interprete da soberania do povo, assegurará a plena democracia da vida política brasileira, garantindo ampla liberdade de palavra, de reunião, de associação, de greve, de imprensa, de culto religioso⁹².

A revolução fará surgir um autêntico governo do povo, um regime democrático e progressista⁹³.

como a revolução brasileira objetiva eliminar a dominação de classe do neocolonialismo, dos latifundiários, da burguesia importadora-exportadora, da burguesia financeira e da burguesia integrada, caracteriza-se como uma revolução antineocolonialista, democrática, agrária e de transformações socialistas. Por esta razão, a atual etapa da revolução brasileira objetiva instituir um regime democrático(...)⁹⁴.

Ao novo poder estatal cumprirá realizar, entre outras, as seguintes tarefas: (...) 6 – garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas trabalhadoras e populares, assegurando-lhes real participação nos órgãos de poder e o seu controle⁹⁵.

O objetivo imediato da Revolução Proletária no Brasil é a constituição do proletariado em classe dominante, com a conquista do poder político e a destruição da opressão da burguesia sobre as massas exploradas (...), na constituição de uma Democracia Popular, isto é, um Estado democrático das massas trabalhadoras, sob a direção da classe operária, organizado sob os seguintes princípios: (...) 4- Ampla liberdade e direitos democráticos dos trabalhadores e das massas populares⁹⁶.

A meta imediata pela qual se bate na atual etapa da revolução brasileira é o programa de todo o povo brasileiro; a revolução nacional, democrática e popular, anti-imperialista e agrária. (...) É uma revolução nacional-democrática de tipo novo(...)⁹⁷

Somente sob uma Democracia Socialista será possível levantar rapidamente o nível cultural das grandes massas, para que possam desfrutar das conquistas científicas e técnicas do nosso século⁹⁸

São complexas as formas de aparição, apropriação e elaboração a respeito dos ideais democráticos nesses textos. Se por um lado, fazem menção ao estabelecimento de um governo atento às liberdades democráticas, por outro é também evidente que se trata de um novo modelo, de uma forma em certo sentido mais profunda. Diego Grossi Pacheco demonstrou

⁹² PARTIDO Comunista do Brasil, *Manifesto Programa*, Fevereiro de 1962. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de, *Ibidem*, p.32.

⁹³ PARTIDO Comunista do Brasil. *União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. Junho de 1966. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de Mesmo, *Ibidem*, p. 65.

⁹⁴ PARTIDO Comunista do Brasil - Ala vermelha. *Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”*. Dezembro de 1967, In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de, *Ibidem*. p.121.

⁹⁵ PARTIDO Comunista Brasileiro Revolucionário. *Linha Política*. Abril de 1968, in REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de, p.166.

⁹⁶ PARTIDO Revolucionário dos Trabalhadores. *Projeto de Programa*. Janeiro de 1969, in: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de p. 199.

⁹⁷ AÇÃO Popular Marxista-Leninista. *Programa Básico*. Março de 1971, in: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de p.301.

⁹⁸ ORGANIZAÇÃO Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP). *Programa Socialista para o Brasil*. Setembro de 1967, p.106 FALTA O LIVRO OU É O MESMO?

que dessas formulações variadas, diversas entre si, emergia uma concepção de democracia que buscava recuperar seu potencial revolucionário, radicalizando a ideia de participação popular⁹⁹. Por isso, a ausência acusada por Daniel Aarão Reis não é a de uma preocupação *lato sensu* para com a democracia – já que ela está ali em suas versões amplificadas, aprofundadas, transgressoras –, mas a de um tipo de democracia bastante específico, dominante no presente desde o qual o historiador brasileiro dirige seu olhar ao passado.

Bruno Groppo escreveu sobre isso há algum tempo enquanto analisava alguns deslocamentos no interior da historiografia a partir, sobretudo, da queda do Muro de Berlim em 1989:

Os debates historiográficos, onde o que está em jogo é a interpretação do passado (e por tanto o sentido que se deverá atribuir a este último) se transformam frequentemente em enfrentamentos políticos e ideológicos: a história se torna então em um campo de batalha onde todos os golpes estão permitidos. Os vencedores provisórios dessa disputa em torno da utilização política do passado são sobretudo os historiadores de orientação liberal – conservadora¹⁰⁰.

Isso provavelmente explica, ao menos parcialmente, algumas transformações observadas por Demian Melo na abordagem historiográfica do período militar brasileiro, sobretudo a partir do cumprimento de trinta anos do golpe. Para ele, decisivo intérprete da operação revisionista no Brasil, a partir dos anos 90:

Participando do deslocamento do capitalismo do centro da reflexão sobre o sentido da ditadura, a historiografia revisionista põe em seu lugar um programa de investigações dedicado a analisar o “apoio” da “sociedade” ao autoritarismo, incorporando perspectiva muito próxima ao revisionismo de Daniel Goldhagen em seu livro “Os carrascos voluntários de Hitler (1997)”. Apesar de rechaçada pela maior parte dos especialistas, exatamente por culpar “todos os alemães” pela *Shoà*, um ponto de vista semelhante ao de Goldhagen parece estar presente nestes trabalhos interessados em apresentar o que seria “a opinião dos brasileiros sobre a ditadura” – algo evidente a partir da afirmação de que a esquerda também era “golpista” e “autoritária”, o que se passa a dizer agora é que também a “sociedade brasileira” foi cúmplice daquela ditadura. Nesta visão, a “sociedade” é tratada de forma fetichista, quase como se fosse uma pessoa, algo, aliás presente no paradigma liberal – que a define como uma “soma de indivíduos” – e que engendra argumentos como os de que “não é possível vitimizar a sociedade”, ou de que, sendo pessoa, deveria “colocar-se frente ao espelho”¹⁰¹.

⁹⁹ PACHECO, Diego Grossi. *Revolução, Socialismo e Democracia: os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada à ditadura militar no Brasil*. 2015. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁰⁰ GROPPA, Bruno. “Revisionismo” histórico y cambio de paradigmas en Italia y Alemania. Políticas de la Memoria, Buenos Aires, n. 4, p.47-60, verão de 2003/2004

¹⁰¹ MELO, Demian Bezerra de. *Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas*. *Marx e o Marxismo* v.1, n.1, jul/dez 2013.

O reconhecimento de que as ditaduras militares implantadas nos anos 1960 e 1970 não teriam se sustentado sem o apoio de determinados setores da população não consiste, como dissemos, em nada de novo. O debate sobre o caráter coercitivo do Estado e da necessária construção de consensos sobre as ditaduras esteve presente nas reflexões de inúmeros intelectuais, de liberais a marxistas e, especificamente sobre o caso brasileiro, apareceu em publicações que datam da década de 80. A novidade está no que o revisionismo contemporâneo introduz como elementos para dar força a seu argumento, como aponta Gilberto Calil:

a desqualificação de João Goulart; a responsabilização da esquerda pelo desencadeamento do Golpe de 1964; a sobrevalorização da oposição entre militares “moderados” e “linha dura”; a amenização dos primeiros anos da ditadura; a desqualificação sumária das organizações de resistência armada; o elogio do processo de transição pelo alto; a minimização da repressão política sob o governo Geisel; a apreensão acrítica em torno do projeto distensionista, suas intenções e a forma como foi imposta e a relativização dos marcos temporais que definem o período ditatorial, promovendo seu encurtamento¹⁰².

Apesar de seu acordo em relação ao fato de que essas características dão uma sorte de unidade complexa aos trabalhos que compõem esta corrente, Eurelino Coelho apresentou objeções à sua caracterização enquanto historiografia revisionista. Entendendo-a como parte de um *golpe historiográfico*, o autor de *Uma esquerda para o capital*, assinala que as ideias centrais difundidas pelos historiadores ditos revisionistas já circulavam desde a década de 80 em publicações diversas: “a enunciação de peças argumentativas que, sem assumir necessariamente uma posição abertamente apologética, corroboram, de algum modo, o discurso da ditadura sobre si mesma, começou a despontar desde muito cedo”¹⁰³. Portanto, esta não seria uma forma de leitura erigida contra uma tradição historiográfica já estabelecida, mas uma ordem de discurso que, desde praticamente o próprio período ditatorial, coexistiu com leituras elaboradas de modo crítico ao regime. Coelho identifica em alguns textos de Fernando Henrique Cardoso interpretações similares às que mais recentemente tornaram centrais nos trabalhos revisionistas. Nesses textos, o sociólogo paulista operava já uma divisão das responsabilidades pelo golpe e identificava nos “extremismos” de direita e esquerda o grande entrave para a redemocratização do país tal como ele a imaginava. Para Coelho, portanto, é “porque se tornou relevante para o bloco dominante” que a matriz dita

¹⁰² CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a ditadura: uma interpretação revisionista. In: VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, 2015, Campinas. *Anais do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels*. Campinas: Cemarx, 2015. v. 1. p. 1-8. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Gilberto%20Calil.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

¹⁰³ COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. *História Revista*, Vol. 20, n. 1, 2015. p. 120–141.

reversionista passou a ocupar um lugar de destaque no debate público e acadêmico. Nesse sentido, é a possibilidade de interpelar, com seu olhar ao passado, atores do presente o que lhe torna particularmente eficaz:

Por isso, a propósito de tratar do passado, o golpe historiográfico atinge adversários do presente. Ao acusar a esquerda de responsabilidade pelo golpe militar ou pela continuidade agravada da ditadura, algo também acusatório está sendo dito sobre a esquerda anticapitalista de hoje, que já se encontra em situação bem difícil na correlação de forças, e sobre suas políticas avessas à conciliação de classes. Ao desenhar com cores lúgubres o caráter golpista dos que se mobilizaram pelas reformas de base, aparece no verso do papel, nas mesmas cores, a imagem dos projetos políticos que ainda insistem na possibilidade de que o poder político, em outras mãos e completamente reconfigurado, sirva para a promoção de mudanças substantivas e não para a perpetuação do status quo. Por fim, ao atacar o caráter supostamente antidemocrático dos que combateram a ditadura, assesta-se um golpe em todos os que ousam desafiar, por discursos e ações, os limites da concepção procedimental e se entregam à construção de formas políticas de democracia que não se apartem de seus conteúdos sociais, isto é, à edificação da democracia como poder popular, na direção apontada pela própria palavra¹⁰⁴

Em uma conferência ditada nos marcos do *IV Seminario Internacional Sobre Políticas de la Memoria*, organizado em Buenos Aires no ano de 2011, a historiadora argentina Victoria Basualdo elaborou de modo consistente uma análise a respeito das tendências historiográficas reversionistas em seu país. Chamando a atenção para o fato de que nos últimos dez anos boa parte dos estudos passaram a centrar-se em questões referentes ao “consenso social” em torno do regime militar argentino, adverte que, em muitos casos, isso significou o abandono de dimensões como “os impactos e consequências das transformações econômicas e sociais e a importância da dimensão de classe”¹⁰⁵, na análise daquele processo.

Estudiosa das relações de cumplicidade entre patronais e militares no período da ditadura, Basualdo traça, em linhas gerais, o recorrido historiográfico argentino até a difusão mais impactante dos trabalhos com essas características. Inicialmente identifica, nos anos 80, a emergência de leituras baseadas na ideia de que o golpe e sua consequente ditadura teriam sido “o trágico desenlace” do enfrentamento entre as forças armadas, profundamente conservadoras, e organizações político-militares de esquerda radicalizadas na luta armada por transformações sociais. Nesse cenário, as distintas versões elaboradas sobre aquele passado recente sugeriam a imagem de uma sociedade mais ou menos apática diante do processo, ou vítima inerme desses excessos monstruosos. É nesta conjuntura que emerge a chamada teoria dos dois demônios que, embora nunca tenha sido elaborada como tal, parecia condensada no prólogo à primeira edição do Informe da *Comisión Nacional Sobre la Desaparición de*

¹⁰⁴ COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. *História Revista*, Vol.20, n. 1, 2015

¹⁰⁵ BASUALDO, Victoria. *Nuevas aproximaciones al estudio de la última dictadura militar: sus aportes y limitaciones para la historia de la clase trabajadora*. Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti. 2011.

Personas, publicado em 1984 na Argentina: “Durante a década de 70 a Argentina foi convulsionada por um terror que provinha tanto da extrema direita quanto da extrema esquerda”¹⁰⁶. A década de 90 assiste a um deslocamento da produção em direção à figura das *vítimas* da ditadura, em meio aos apelos de ex-militantes, organizações vinculadas aos Direitos Humanos e organismos não governamentais na luta por justiça e reparação pelos crimes cometidos pelo Estado.

A partir dos anos 2000, novos autores entram em cena. Os trabalhos do psicanalista Hugo Vezzetti passam a ganhar relevo nas discussões a respeito da luta armada, da violência política e das responsabilidades a respeito do terrorismo perpetrado pelo Estado argentino ao longo dos anos 70. Seus argumentos reúnem muitas das características centrais da empreitada revisionista a partir de uma teorização patologizante da atuação de determinados setores – sobretudo da esquerda – naquele contexto. É com esse espírito que se organiza seu livro *Pasado y Presente* publicado em 2002:

Não se entende o terrorismo de Estado e suas consequências a partir das explicações rasas que se remetem a processos econômicos ou sociais e que negam toda autonomia da construção propriamente política do programa ditatorial, que partia, em todo caso, de uma visão desquiciada dos conflitos na sociedade argentina e no mundo. Antes de mais nada, porque o risco da trivialização que reduz o massacre e a criminalização do Estado a uma explicação simples e a uma visão que somente vê continuidade dos processos econômicos se converte em um obstáculo grave para perceber o que mudou na sociedade e no Estado e para assumir responsabilidades do presente.¹⁰⁷

O autor faz referências negativas às tentativas de explicação do passado recente a partir de elementos que ultrapassem as margens da política. Para ele, somente uma análise prioritariamente centrada nesses processos seria capaz de dar respostas e eficazes às origens do terror, seus agentes e cúmplices. Por isso, sublinha que “há algo que excede qualquer justificativa racional, que deve ser analisado à luz de outros componentes, imaginários basicamente culturais, na medida em que se admita um substrato determinante na percepção e na experiência, feito de visões, cenas e crenças”¹⁰⁸. Mais adiante, o autor faz uma afirmação que ajuda a esclarecer um pouco mais o seu ponto de vista: “Nesse sentido, a exploração a que me proponho é menos de acontecimentos que de representações, explora sobretudo imagens, ideias e discursos, que são a matéria mesma da memória e da experiência sociais.”

¹⁰⁶ CONADEP, 1984, p. 7.

¹⁰⁷ VEZZETTI, Hugo (2002) *apud* BASUALDO, Victoria. *Nuevas aproximaciones al estudio de la última dictadura militar: sus aportes y limitaciones para la historia de la clase trabajadora*. Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti. 2011.

¹⁰⁸ BASUALDO, Victoria. *Loc. cit.*

Difícil não lembrar de Ginzburg e sua crítica radical – mencionada em outro momento deste capítulo – à proeminência intransigente ocupada pelo conceito de *representação* em alguns trabalhos nos últimos anos. Aqui, efetivamente, os acontecimentos e suas representações aparecem quase em contradição. As ideias, imagens e discursos pareceriam formuladas a partir de nenhuma base material ou, na melhor das hipóteses, a partir de si mesmas. Mas esse talvez não seja o ponto mais interessante, nem Vezzetti esteve sozinho em sua empreitada.

No ano seguinte, em 2003, Claudia Hilb publicou um artigo intitulado *La responsabilidad como legado* em que interpelava atores do passado com um questionamento perturbador :

Em que contribuímos nós, os militantes daquela esquerda setentista, para que o Terror do que fomos talvez as principais, mas certamente não as únicas vítimas, pudesse advir? Podemos desligar-nos de toda responsabilidade no advento do horror ou é acaso tempo de recorrer sem concessões nossa própria participação no atijamento do inferno?¹⁰⁹

Embora trate de marcar diferenças ao longo do texto, é difícil não perceber em sua indagação os “dois demônios” à espreita. A distribuição retórica de responsabilidades, na qual se inclui como ex-militante de esquerda, no entanto, se dá a partir de mecanismos específicos. De alguma forma, a autora opta por evitar determinados elementos daquela realidade, em uma sorte de recusa semelhante à de Vezzetti:

Abordarei essas perguntas evitando na medida do possível a interpretação em termos históricos, quer dizer, não me referirei às condições sociais e políticas que na segunda metade dos anos sessenta levaram a muitos a sustentar que somente a via violenta podia garantir a obediência “dos que mandam” à vontade popular livremente expressada. Tentarei evitar também até onde possa a subsunção da *antipoliticidade* das ideologias políticas marxistas ou protomarxistas das referidas organizações na negação da política(...) Meu propósito é interrogar da maneira mais direta possível a responsabilidade política dos que fizeram explicitamente da *violência armada* o meio idóneo para a perseguição de um ideal político.¹¹⁰

Uma das objeções possíveis ao argumento de Hilb diz respeito à incerteza sobre a viabilidade de se discutir responsabilidades a partir de critérios que esquivem propositalmente determinados “termos históricos”. No entanto, o interessante talvez seja perceber que, de forma semelhante ao que Demian Melo sublinhou para o caso brasileiro, aqui também se nota uma movimentação, uma mudança de foco naquilo que se quer abordar. Victoria Basualdo percebeu que um dos eixos centrais dessa transformação, além da mencionada recusa a

¹⁰⁹ HILB, Claudia. *La responsabilidad como legado*. In: TCACH, César (comp.). *La política en consignas*. Memoria de los setenta, Rosario: Homo Sapiens, 2003.

¹¹⁰ HILB, Claudia. *Loc. cit.*

elementos da realidade, tem sido uma aproximação às teorias dedicadas a compreender o apoio social recebido pelos fascismos europeus. Ela menciona os consecutivos trabalhos de Daniel Lvovich¹¹¹ que, para o caso argentino, teria sido o responsável pelas primeiras abordagens analógicas. Interagindo com problemáticas dirigidas a contextos diversos, a “historiografia do consenso” por um lado contribuiu para o aprofundamento de questões acerca das estratégias adotadas pelos governos ditatoriais para sua manutenção no poder. Por outro lado, diluindo suas análises no campo da política, terminou por limitar suas próprias possibilidades interpretativas. Sua dívida é, portanto, em grande medida, teórica. A utilização de expressões como “consenso” ou “apoio social” sem maiores problematizações traz consigo entraves importantes na hora de definir especificidades do objeto, suas contradições e integração com contextos amplos. Esteban Campos, analisando obras que resvalam na direção da condenação moral às organizações armadas identificou que muito dessa literatura parece apoiar-se em uma “lógica reducionista que se conforma através de dicotomias simples como democracia/ditadura, política/violência, consenso/autoritarismo”¹¹².

É muito provável que parte desses débitos conceituais derive do abandono de categorias como ideologia e classe social. Em sua ausência, a mobilização de trabalhadores, setores populares ou, como dizem textos dessa corrente, “pessoas comuns”, na direção de projetos políticos conservadores ou burgueses se dá em um céu indene, onde não é possível perceber condicionamentos materiais ou influências diversas na construção de suas escolhas. A existência do apoio aos regimes autoritários fica, portanto, relegada a uma *cultura política* de matriz semelhante ou mesmo abandonada ao acaso das contingências – nem sempre há perguntas nesse sentido.

É nesse sentido que tentamos localizar o presente trabalho. A análise das publicações de um semanário de circulação crescente entre finais da década de sessenta e alguns anos da década de setenta pode ajudar a esclarecer que, no processo de construção de consensos, interferem fatores como – para citar somente um exemplo – a manipulação midiática. Uma mídia, é claro, entendida como representante dinâmica de interesses específicos, já sejam como empresa, aparelho ideológico ou partido. Tudo isso merecerá uma reflexão metodológica mais específica adiante, mas baste, por enquanto, afirmar que se entendermos o caráter “artesanal” dos consensos, a preocupação em identificar seus mecanismos torna-se

¹¹¹ Lvovich, Daniel (2006) *apud* BASUALDO, Victoria. *Nuevas aproximaciones al estudio de la última dictadura militar: sus aportes y limitaciones para la historia de la clase trabajadora*. Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti. 2011.

¹¹² CAMPOS, Esteban Javier; *¿Una lectura revisionista de la lucha armada? Las políticas de la memoria en los ensayos sobre la violencia política en Argentina*; Universidad de Zulia. 2013.

central. Seja em sua base material, como sublinhado por Poulantzas¹¹³ para o caso dos fascismos, ou em sua porção relacionada à elaboração de visões de mundo que possibilitem e impulsionem a manutenção de determinado *status quo*.

As recentes manifestações públicas, no Brasil, de setores conservadores reivindicando ditaduras, torturadores, ou negando eventos históricos suficientemente conhecidos e comprovados ressalta, ou reposiciona a leitura que devemos fazer sobre o trabalho do historiador justamente porque leva ao extremo a evidência de vínculos entre o passado e seu estudo no presente. Levado a sério o esforço de evitar anacronismos, é indiscutível a capacidade de os acontecimentos presentes iluminarem questões da história. Um exemplo: observando as tramas que levaram ao último golpe no Brasil é possível refrescar o interesse pelo papel dos vários meios de comunicação de massa na formulação de consensos e no gerenciamento de visões de mundo subordinadas a seus interesses. Ignorando alguns destes mecanismos é difícil explicar o surgimento de um pânico generalizado em determinados setores da sociedade a respeito dos perigos de uma instauração comunista supostamente em curso nos últimos anos. Ou ainda a origem de algumas convicções bem difundidas sobre a situação econômica ou o quadro social de países como a Venezuela.

É possível esperar com alguma dose de otimismo que os recentes acontecimentos ajudem, pelo menos, a questionar no interior da historiografia as mencionadas tendências dedicadas a encontrar numa genérica “sociedade civil” as razões principais para um golpe de estado. Talvez não seja ela – sendo ela o que quer que seja – mas nós, que estudamos o passado segundo determinados parâmetros inerentes ao ofício, os que devemos nos colocar na frente do espelho e questionar com seriedade o conteúdo do conhecimento que temos produzido.

¹¹³ POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985

2 SEGURANÇA NACIONAL, IDEOLOGIA E DISCURSO: O GRANDE MASSACRE DOS FATOS

A doutrina chamada Segurança Nacional, que é o lado político-militar da teoria da ingovernabilidade da democracia, é a ideologia oficial explícita. Há nela uma excisão lógica: a solução à dependência é a organização final da dependência. O uso massivo dos media se funda no princípio da recepção, ou seja da opinião pública como output. Se distribui uma cosmovisão irracionalista cujo componente inclui os ideologemas do ocidentalismo, o eurocentrismo, o hispanismo, ou seu equivalente, anticomunismo, pancatolicismo, etc.

René Zavaleta Mercado¹¹⁴

Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade “Vladimir Herzog” de São Paulo, Lucio Bellentani relatou sua prisão, em 1972, nas dependências de uma empresa automotiva:

fui preso dentro da Volkswagen. Estava trabalhando e chegaram dois indivíduos com metralhadora, encostaram nas minhas costas, já me algemaram (...) Na hora em que cheguei à sala de segurança da Volkswagen já começou a tortura, já comecei a apanhar ali, comecei a levar tapa, soco¹¹⁵.

O depoimento foi recuperado pelo historiador Christopher Kopper em seu relatório a respeito dos estreitos vínculos mantidos pela montadora alemã com o regime ditatorial implementado a partir de 1964 no Brasil. O caso de Bellesntani não terá sido, certamente, o único. Nos depoimentos recolhidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) saltam outras informações preciosas. Em 10 de maio de 2013, Marival Chaves Dias do Canto, ex-agente do DOI-Codi, respondeu assim à pergunta sobre a proveniência dos recursos financeiros mantenedores do órgão repressivo: “O DOI tinha dotação orçamentária própria, esse é um aspecto. Além disso, recebia, eu não tenho dúvida nenhuma em relação a isso, subsídios de empresas, grandes empresas do Brasil. (...) Ford, Volkswagen do Brasil, empresas do Grupo Ultragás.(...)”¹¹⁶. Questionado sobre outras fontes de financiamento, agregou:

¹¹⁴ ZAVALETA, René. *La autodeterminación de las masas* / René Zavaleta; compilador Luis Tapia. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009, p.301.

¹¹⁵ KOPPER, Christopher. *A VW do Brasil durante a ditadura militar brasileira 1964-1985*. Corporate History Department of Volkswagen Aktiengesellschaft Dieter Landenberger, 2017, p.56.

¹¹⁶ CANTO, Marival Chaves Dias do. Depoimento Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 10/05/2013, p.9, disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Marival_Chaves_Dias_do_Canto_-_10.05.2013_-_rp.pdf>. Acesso em 08 mai. 2018.

Olha, empresas dos mais variados ramos de negócio, eu tenho a impressão que..., inclusive transportadoras e etc. Agora é difícil citar nominalmente essas empresas. Eu não tenho como fazer isso porque essa é uma relação restrita à cúpula do órgão e eu não tinha acesso a isso. A Volkswagen e a Ford, inclusive, fornecia carros, especialmente fuscas, para que a seção de operações trabalhasse com esses carros. (...) A Chevrolet também. Porque as veraneios eram Chevrolet. Veraneios, fuscas e a Ford fornecia maverick, que era um carro bem possante da época e tal, que era utilizado pela cúpula do DOI¹¹⁷.

A continuidade dos trabalhos da CNV demonstrou que mais de 80 empresas colaboraram ativamente com a ditadura militar¹¹⁸. Dentre elas, além das mencionadas por Canto, figuram nomes como Brastemp, Kodak, Johnson & Johnson e Phillips que, em 19 de novembro de 1969, publicou o seguinte anúncio na revista *Veja*. A propaganda era a tortura do negócio.



Veja, n. 63, 19 de novembro de 1969, p.20-21.

O apoio financeiro e logístico dos setores empresariais à repressão tinha uma motivação evidente: o controle, por parte do aparato repressivo estatal, dos trabalhadores e o disciplinamento de seus organismos sindicais eram extremamente vantajosos para os empresários na medida em que os protegiam, até certo ponto, das ameaças de greves, paralisações, renegociações salariais, etc. Esse é um dos elementos centrais na conjugação

¹¹⁷ CANTO, Marival Chaves Dias do. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 10/05/2013, p.9, disponível

em:<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Marival_Chaves_Dias_do_Canto_-_10.05.2013_-_rp.pdf>. Acesso em 08 mai. 2018.

¹¹⁸ BORGES, Beatriz. Mais de 80 empresas colaboraram com a ditadura militar no Brasil. *El País*. Brasil. São Paulo 08/09/2014 Disponível

em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/08/politica/1410204895_124898.html>. Acesso em 08 mai. 2018.

empresarial-militar¹¹⁹ que levou a cabo o golpe de 1964 e o manteve no poder por mais de duas décadas. Na Argentina, Victoria Basualdo escreveu importantes trabalhos sobre essa associação repressiva, e também apresentou conclusões nesse sentido. Um dos casos analisados pela historiadora é o que se refere à desapareição forçada de trabalhadores do engenho Ledesma, província de Jujuy, com participação ativa dos donos da empresa¹²⁰. Em novembro de 2012 durante o julgamento do caso, o juiz responsável emitiu o seguinte parecer:

os encarceramentos, torturas, assassinatos e desaparecimentos de pessoas por parte das forças de segurança durante a última ditadura cívico-militar tiveram então por razão não somente a preservação de uma determinada ideologia, senão que a repressão ilegal almejou, ademais, a instauração e defesa de uma economia de tintes neoliberais isenta das ameaças de protestos e reivindicações gremiais¹²¹.

Essas são características comuns às Ditaduras de Segurança Nacional (DSN) implantadas no Cone Sul ao longo das décadas de 60 e 70. Por um lado, seu caráter repressivo decorria da “pressão exercida pelo capital internacional e pelas elites locais, para a imposição de um novo modelo de acumulação¹²²”. Por outro, consistiram em uma ação desmobilizadora capaz de viabilizar a implantação de novos projetos econômicos, variáveis em cada caso nacional, mas assumindo sempre um forte caráter de contrarrevolução preventiva.

A esses dois elementos, deve-se somar a ineludível participação dos Estados Unidos da América (EUA) na preparação e no apoio à sustentação dos regimes golpistas.

A cínica invocação da democracia realizada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria se converteu, na América Latina, em uma nua e impiedosa política de apoio a Estados Terroristas de Segurança Nacional baseados ideologicamente na DSN. De acordo com esta, como se viu, a principal missão dos militares latino-americanos era o combate “aos inimigos internos” – as chamadas quintas colunas do comunismo internacional – que operavam, segundo diziam os teóricos da DSN, no interior de cada país¹²³.

Dessa forma, com o argumento de livrar países como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai de uma suposta ameaça comunista, os sucessivos governos estadunidenses apoiaram

¹¹⁹ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹²⁰ BASUALDO, Victoria. Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina: Los casos de Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma y Mercedes Benz. *Revista Engranajes*, Suplemento Especial. Lugar: Buenos Aires; Año: 2006, p. 1 – 27.

¹²¹ Juzgado Federal de Jujuy nº 2, 15 nov. 2012, auto de procesamiento, p. 92 *apud* VERBITSKY, Horacio. *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2013, p. 17.

¹²² PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil militar*. Porto Alegre, UFRGS, 2005 (História, Tese de doutorado), p. 52.

¹²³ ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. *América Latina, la construcción del orden: de las sociedades de masas a las sociedades en proceso de reestructuración*. Buenos Aires: Ariel, 2012, p.410.

ostensivamente o estabelecimento de ditaduras afinadas com seu projeto de *pentagonização*¹²⁴ da América Latina. Como fenômeno de extensão regional, as DSN experimentaram importantes particularidades na expressão local de cada país, mas de modo geral, suas premissas mantiveram vigência. Assim, informadas por um anticomunismo de tonalidades macarthistas, com a própria ideia de *comunismo* exacerbada a quase todas as formas de oposição ao regime, as Ditaduras de Segurança Nacional procuraram identificar na “subversão” do “inimigo interno” todas as características que justificassem sua intervenção disciplinadora. Tudo isso, como dito anteriormente, através de uma vinculação entre supostos “interesses nacionais” com determinados anseios do poder econômico, o que significava, na prática, o entendimento de que o Estado deveria utilizar suas ferramentas para submeter a força-de-trabalho, encaminhando uma abertura da economia ao mercado internacional como condição para o aumento das exportações de produtos primários e o suprimento das demandas de bens, capital e tecnologia¹²⁵.

A identificação desse “inimigo interno” cumpriu relevantes funções políticas. A ameaça destrutiva ou contaminadora que projetava sobre os valores nacionais e a civilização ocidental tornam-no fator de aglutinação do tecido social interno, principalmente dos setores menos esclarecidos, alvos potenciais do trabalho de conscientização das forças de resistência em conjunturas de crise. Mais ainda, a existência ameaçadora do elemento “subversivo” exigia uma espécie de trégua no embate social decorrente das contradições da sociedade. Toda demanda social devia ser adiada em “benefício” da comunidade nacional¹²⁶.

Ananda Simões Fernandes chamou a atenção para a importância que teve a Escola Superior de Guerra (ESG) brasileira no desenvolvimento de uma variante nacional para a DSN. Aqui, a adoção do fator desenvolvimento, associado à ideia de Segurança Interna, resultou em uma fonte de legitimação “tanto das políticas econômicas vinculadas à exploração dos trabalhadores e à associação a empresas multinacionais e ao capital internacional quanto das técnicas repressivas que foram postas em prática contra os ‘inimigos internos’”¹²⁷. Essa foi uma perspectiva importada especialmente pelo golpe de Estado de 1966 na Argentina.

Na *Veja*, essa necessidade de disciplinamento como forma de sedução de investimentos exteriores se expressou de forma mais ou menos evidente. Em janeiro de 1974,

¹²⁴ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil militar*. Porto Alegre, UFRGS, 2005 (História, Tese de doutorado).

¹²⁵ *Ibidem*, p.200.

¹²⁶ *Ibidem*, p.198.

¹²⁷ FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-856 Disponível em:<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 1º out. 2016.

durante o terceiro governo de Juan Domingo Perón na Argentina, a revista publicou uma nota sobre a promulgação de normativas legais “antiterroristas”. Sublinhando a inconveniência do alto grau de mobilização social observado no país vizinho, dava sugestões e apontava caminhos trazendo a voz de supostos “empresários estrangeiros” como reforçador de seu argumento:

É um ambiente que não colabora com os ambiciosos planos do governo de receber investimentos maciços de capitais estrangeiros e fazer a economia do país crescer à razão de 7 a 8% ao ano. Ao contrário, recentemente uma comissão de empresários estrangeiros manifestou a Perón sua preocupação em investir sob tanto risco para seu pessoal. E algumas, como a Coca-Cola, a Ford e a Otis, retiraram seus executivos do país. Ao impor a aprovação da lei de sexta-feira última, Perón talvez tenha tranquilizado temporariamente os investidores. No entanto, uma paz mais sólida na Argentina parecia tão distante quanto em qualquer outra época¹²⁸.

De modo muito peculiar, a história argentina se viu marcada, em toda sua profundidade, pela intensidade dos processos de transformação experimentados pela América Latina ao longo da segunda metade do século XX. Em setembro de 1955 um golpe militar, autoproclamado *Revolución Libertadora*, derrubou o governo do coronel Juan Domingo Perón inaugurando a proscricção do seu partido, o Justicialista, que se estenderia por quase duas décadas. No entanto, o movimento organizado sob sua influência não pareceu perder fôlego a partir dali: estava instalado numa imensa tradição sindical argentina e cobraria crescente importância até meados da década de 70. Rodolfo Pandolfi não teve dificuldades em percebê-lo ainda nas proximidades do golpe de Estado:

De todos os modos, o certo é que, ao introduzir-se em nossa história, o justicialismo quebrou – e quebrou para sempre – determinada maneira de ver a política argentina. Um brusco corte nas ideias e nos sentimentos foi materializado na irrupção popular de 17 de outubro de 1945 – data chave do peronismo –, e essa irrupção está ligada ao nosso quefazer. Podemos aplaudir ou cuspir no peronismo: dá no mesmo. Perón é nossa sombra, nosso passado imediato, nosso tempo. É a dimensão do fato argentino que não podemos rejeitar, é a dimensão incorporada para sempre a nossa exigência nacional¹²⁹.

Não havia passado muito tempo desde a irrupção do peronismo na esfera política argentina, mas sua presença era já determinante¹³⁰. Em grande medida, o êxito de seu projeto se deveu ao incremento e à legitimação da participação dos trabalhadores na vida política nacional através de um fortalecimento da organização sindical mediada pelo Estado em seus

¹²⁸ ARGENTINA – Agora sob o antiterrorismo. *Veja*. ed. 262. 30/01/1974. p. 29.

¹²⁹ PANDOLFI, Rodolfo Mario. 17 de octubre: trampa y salida. *Revista Contorno*, n. 7 e 8, julho de 1956, p28.

¹³⁰ JAMES, Daniel. *Resistencia e Integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina (1946-1976)*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

dois governos (1946-1955). Nesse sentido, “o peronismo se apresentou como uma tentativa orgânica da burguesia de ‘domesticar’ o movimento operário, discipliná-lo em uma lógica estadista e arrasar de sua consciência os valores classistas e revolucionários”¹³¹ herdados da tradição revolucionária em que se havia formado desde finais do século XIX. Nas palavras do próprio Perón:

Eu falava com eles um pouco em comunismo. Por quê? Porque se tivesse falado em outro idioma no primeiro discurso teriam me jogado o primeiro *naranja* (...) Porque eles eram homens que chegavam de quarenta anos de marxismo e com dirigentes comunistas (...) Eles queriam ir a um ponto que acreditavam, com a prédica de tantos anos, que era o conveniente (...) Se inclinavam mais à luta de classes (...) A gente que ia junto comigo não queria ir aonde eu ia; eles queriam ir aonde estavam acostumados a pensar que deviam ir. Eu não disse a eles que tinham que ir aonde eu ia; eu me pus diante deles e iniciei a marcha em direção a onde eles queriam ir; durante a viagem fui dando a volta e os levei onde eu queria”¹³².

O golpe de 1955 enviou Perón a um exílio que se iniciou no Paraguai de Strossner, conheceu seu final na Espanha franquista, e impulsionou uma intensa reconfiguração no interior do peronismo, seja em suas formas de atuação, seja na identidade política de seus agentes. A ausência física do “condutor” não desbotou sua imagem. Muito pelo contrário, serviu para alimentar as ilusões de diversos sujeitos sociais que, ao longo de quase duas décadas não deixaram de clamar pelo seu regresso. Nesse cenário, a multiplicidade de setores identificados com o peronismo dilatou-se a ponto de tornar bastante turva a definição das características de seu programa. A esse respeito, Ricardo Sidicaro escreveu que

Entre 1955 e 1972 o peronismo se converteu em um movimento político de organização e ideologia imprecisas. Seus aderentes se uniam na defesa global dos princípios sustentados nos anos de governo e na exigência de regresso ao país de seu exilado líder. Desaparecidos os efeitos de unificação que antes surgiam do comum pertencimento ao Estado, seus dirigentes tenderam a dividir-se (...) Os objetivos compartilhados pelas diferentes tendências se combinaram com ideias de caráter oposto, e o peronismo conheceu assim suas versões centristas, fascistas, falangistas, socialistas, socialcristãs, etc.¹³³.

¹³¹ CAMARERO, Hernán. Reflexiones históricas sobre el peronismo, 1945-1955. *Herramienta, revista de debate y crítica marxista*, ano V, nº 14, primavera/verão 2000-2001, Buenos Aires, pp. 153-170. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-14/reflexiones-historicas-sobre-el-peronismo-1945-1955>>. Acesso em: 23/04/2018.

¹³² PERÓN, Juan Domingo. *Conducción Política*, Mundo Peronista. Buenos Aires, 1950, pag.290 *apud* DEL CAMPO, Hugo. *Sindicalismo y peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 1983, p.180-181.

¹³³ SIDICARO, Ricardo. *Los tres peronismos*. Estado y poder económico, 1947-1955/1973-. 76/1983-1999, Siglo XXI: Buenos Aires, 2003, p.103

Assim, extrapolando os complexos vínculos que estabelecera em sua origem com o operariado organizado¹³⁴, ao longo dos anos 60 e 70 suas bandeiras foram integradas a horizontes políticos dos mais diversos, muitos dos quais radicalizados em tendências de progressistas a reacionárias. “os homens sábios são peronistas/ os fabricantes de pratos fundos mais ainda/ os aberdeen angus são peronistas/ o a o as os são peronistas/ tudo tudo é peronista/ lúçifer infiltrado é peronista/ e se deus não é peronista/ não é deus/ assim seja”¹³⁵, ironizava em 1973 o poeta e ex-militante Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP) Roberto Jorge Santoro, desaparecido em 01 de junho de 1977.

O período demarcado pela proscricção do *Partido Justicialista*, de 1955 a 1973, esteve assignado por uma crescente organização das massas jovens e trabalhadoras que, sobretudo a partir de 1969, adotaram uma perspectiva revolucionária de enfrentamento à ordem burguesa e capitalista. Nos anos que se seguiram à “Libertadora”, até 1966, fracassaram as inúmeras tentativas por parte das elites econômicas e seus aliados militares, de estabelecimento de um modelo de república estável baseado na limitada participação política de determinados setores da sociedade. Embora “se sustentasse a democracia em um sentido formal, os sucessivos governos padeceriam de uma ilegitimidade essencial que levaria aos marginalizados do sistema à utilização de canais extraparlamentares e à criação de novas redes por onde exteriorizar seus reclamos¹³⁶”. Esses elementos dificultaram o controle pleno dos trabalhadores e a estabilização do regime burguês. Nessa direção, em junho de 1966, articulou-se novo golpe de Estado, a autodesignada *Revolución Argentina* (1966-1973)

Diversos fatores convergiram para que se produzisse semelhante acontecimento. Naqueles meses, existiu uma forte preocupação em distintos setores do *establishment* pelo aumento da agitação social, após as ocupações fabris de 1963-1964. A isso se somou um substancial temor pelo incremento da presença política do justicialismo nos comícios – precedentes às eleições provinciais – de 1967. De maneira simultânea a essa situação conjuntural, convergiram outros elementos estruturais (...) Desde havia mais de uma década, a classe dominante não conseguia estabilizar a situação econômica e política mediante um projeto coerente de acumulação de capital e de inserção na nova divisão internacional do trabalho surgida após a Segunda Guerra Mundial. Para atingir tais objetivos, deveria impor-

¹³⁴ DEL CAMPO, Hugo. *Sindicalismo y peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 1983.

¹³⁵ SANTORO, Roberto Jorge. *Obra poética completa: 1959-1977*; 2 ed; Buenos Aires: RyR ediciones, 2013, p. 576.

¹³⁶ GORDILLO, Mónica B. *Protesta, rebelión y movilización: de la resistencia a la lucha armada (1955-1973)*. In: JAMES, Daniel (org). *Nueva Historia Argentina. Violencia, proscricção y autoritarismo(1955-1976)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003. p.331.

se sobre o movimento operário, alinhar-se de forma unificada em torno de um único projeto “modernizador”¹³⁷.

Em 28 de junho daquele ano, o presidente Arturo Umberto Illia foi, então, deposto pelas forças armadas. A partir de uma articulação entre distintas frações das classes dominantes e a burocracia sindical, o novo governo do general Juan Carlos Onganía procurou operar uma retomada do modelo agroexportador anterior à década de 1930, associando-a à tentativa de modernização das atividades produtivas através da abertura para o capital internacional, e de estabilização monetária através de um rígido congelamento dos salários e redução dos gastos públicos¹³⁸. Selando a aproximação ao grande empresariado e celebrando a subordinação momentânea dos sindicatos, o golpe que levou Onganía ao poder se apresentava como um “freio à desordem”. Dentre as medidas repressivas adotadas ainda nas primeiras fases de seu governo se destacam a intervenção nas universidades nacionais, nos jornais e televisões públicas, o fechamento de periódicos independentes e a intervenção em determinados setores produtivos com o fechamento de inúmeros engenhos canavieiros no noroeste do país de acordo com as demandas do mercado internacional¹³⁹.

Um dos objetivos principais do regime, estreitamente relacionado com suas medidas políticas autoritárias, era a modernização econômica. Grande parte do programa econômico do governo dependia do enfraquecimento das organizações operárias, tanto por sua condição de fator de poder na sociedade civil, como por constituir um obstáculo para os planos de racionalização da estrutura econômica do país e para atrair investimentos estrangeiros. O governo congelou os salários e estabeleceu a conciliação obrigatória nos conflitos industriais com o que, na prática, proibiu o direito de greve. Além disso, eliminou milhares de postos de trabalhos nas empresas públicas, por exemplo, nas ferrovias e nas obras do porto de Buenos Aires, propiciando em geral um clima que incitava os empresários a atacarem seus custos laborais¹⁴⁰.

No sentido de controlar a mobilização operária, um dos projetos da nova ditadura foi o de fomentar o estabelecimento de uma corrente sindical afinada com seus princípios ideológicos. Nesse sentido, promoveu uma aproximação à cúpula da *Confederación General del Trabajo de la República Argentina* (CGT) na figura de Augusto Vandor no intuito de intervir nos planos de luta no período e apa

¹³⁷ SCHNEIDER, Alejandro. La política laboral de la "Revolución Argentina" y la conflictividad obrera en el área metropolitana de Buenos Aires, 1966-1969. *Ciclos*, v. XI, n° 22, 2° semestre de 2001.

¹³⁸ POZZI, Pablo; SCHNEIDER, Alejandro. *Los “setentistas”*. Izquierda y clase obrera (1969-1976). Buenos Aires: EUDEBA, 2000.

¹³⁹ IZAGUIRRE, Inés *et al.* *Lucha de clases, guerra civil y genocidio en Argentina (1973-1976): antecedentes, desarrollo, complicidades*. Buenos Aires: EUDEBA, 2009.

¹⁴⁰ GORDILLO, Monica; BRENNAN, James. *Protesta obrera, rebelión popular e insurrección urbana en la Argentina: el Cordobazo*. Estudios, Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba, p.53.

ziguezaguear as reivindicações laborais através das mencionadas negociações com a burocracia. A estratégia mostrou-se parcialmente efetiva até o ano de 1968, embora nunca tenha feito desaparecer o horizonte de mobilização dos ambientes fabris. Apesar da expansão dos mecanismos repressivos, continuou sendo levada a cabo, à revelia das cúpulas sindicalistas locais e nacionais, uma série de protestos que iam das tradicionais greves e paralizações gerais até “*quites de colaboración*”¹⁴¹ e sabotagens¹⁴².

Além disso, o governo de Onganía dedicava-se a instaurar, no plano cultural, transformações conservadoras que iam desde a intervenção censória nos meios de comunicação até a detenção pela polícia de jovens que usassem cabelo comprido e minissaias¹⁴³. Tudo isso se acumulava em um clima de insatisfação generalizada que, em 1969, encontraria um ponto de inflexão.

Aos empréstimos, o congelamento de salários, o desemprego, a introdução de capitais multinacionais e o cancelamento da participação política, havia que adicionar o ataque às universidades e aos circuitos culturais. Tudo isso, além de exasperar a crescente contestação, converteu a ditadura, os militares e os grupos econômicos representados por ela no principal embasamento aglutinador desse momento. Ou seja, contribui a que boa parte da população identificasse e compartilhasse claramente um mesmo inimigo a Ditadura¹⁴⁴.

Em manifestações que ficaram conhecidas pelo sufixo *azo*, associado à localidade onde se desenvolveram, ou simplesmente como *puebladas*, o fracasso das políticas econômicas e sociais do Onganiato passou a encontrar uma resposta orgânica na aliança operário-estudantil. O caso mais famoso, mas certamente não o único, teve lugar em Córdoba em maio de 1969. Em meados daquele mês, um protesto de estudantes da Universidad Nacional de Corrientes contra a privatização do comedor universitário havia resultado na morte de Juan José Cabral, aluno do quarto ano de medicina, 22 anos. Nos dias seguintes, em solidariedade aos manifestantes correntinos e protestando contra a repressão policial, foram levantados atos de grande importância nas cidades Rosario, Córdoba, La Plata e Tucumán, apoiados pela paralisação decretada, em Corrientes, pela CGT. Novas vítimas: em 17 de maio, na cidade de Rosario, o estudante Adolfo Ramón Bello é assassinado pela polícia, enquanto

¹⁴¹ Modalidade de protesto laboral em que a produtividade dos trabalhadores é reduzida drástica e propositalmente com recurso a saídas regulamentares (cumprimento literal das atribuições de um cargo) ou à redução propriamente dita dos ritmos de atenção e empenho.

¹⁴² SCHNEIDER, Alejandro. *La política laboral de la "Revolución Argentina" y la conflictividad obrera en el área metropolitana de Buenos Aires, 1966-1969*. Ciclos, v. XI, n° 22, semestre de 2001, p. 134.

¹⁴³ NOVARO, Marcos. *História de la Argentina (1955-2010)*. 1 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

¹⁴⁴ PONZA, Pablo. Cordobazo: estudiantes universitarios y obreros unidos contra la dictadura. 1966-1969. *Naveg@mérica*. Revista electrónica de la Asociación Española de Americanistas. 2010, n. 4. Disponível em: <<http://revistas.um.es/navegamerica>>. Acesso em 17 set. 2017.

em Tucumán arde a repressão. Até o dia 21, os protestos já se haviam radicalizado em quase todas essas cidades e expandido em direção a Resistencia, San Juan e Salta. Naquele ambiente, a *Confederación General del Trabajo de los Argentinos* (CGT de los Argentinos), criada no ano anterior em oposição aos acordos levados a cabo pela CGT vandorista com o governo, convoca para o dia 29 de maio uma paralisação geral na província de Córdoba contra a ditadura. Com o apoio de estudantes e moradores são tomados diversos bairros da capital cordobesa num radical enfrentamento com as forças estatais mobilizadas para a repressão da qual os manifestantes saíram politicamente vencedores.

O protagonismo ativo do povo em suas demandas, a confiança em sua mobilização mais que nas velhas estruturas e dirigentes, a aceitação da violência como método válido para enfrentar a repressão, a derrota das forças policiais, a participação direta do Exército na repressão e portanto sua visualização por parte do povo como inimigo, o predomínio do interior em todos os atos de protesto, a união dos estudantes com os operários, a estruturação de uma nova oposição, e a crescente politização dos conflitos, são fatos que marcariam a fogo toda uma geração e que influenciariam de forma definitiva nos próximos cinco anos da vida política argentina¹⁴⁵.

Além de enfraquecer terminantemente o governo de Juan Carlos Onganía, a partir de 1969, a Argentina atravessaria um auge de massas interrompido somente pela brutal repressão inaugurada em 1974 e rematada pelo golpe genocida de 1976. Ao *cordobazo* seguiram-se inúmeros outros levantamentos populares de impacto incontornável à autoproclamada *Revolución Argentina* que terminaria retirada do poder em maio de 1973.

Nº	Fecha	Lugar	Nombre
1,2	Mayo de 1969	Rosario, Córdoba	1er. "Rosariazo" y "Cordobazo" ²²
3	Septiembre de 1969	Rosario	2º Rosariazo
4	Febrero de 1970	Río Limay, Neuquén	"Choconazo"
5	Marzo de 1970	Río Negro	"Cipolletazo" ²³
6	Noviembre 1970	Catamarca	"Catamarcazo" ²⁴
7	Noviembre de 1970	Tucumán	1er. "Tucumanazo"
8	Marzo de 1971	Santa Fe	"Casildazo"
9	Marzo de 1971	Córdoba	2º "Cordobazo" o "Viborazo"
10	Abril de 1972	Mendoza	"Mendozazo" ²⁵
11	Junio de 1972	Tucumán	"Quintazo" o 2º "Tucumanazo"
12	Julio de 1972	Mendoza	"Malargüinazo" ²⁶
13	Julio de 1972	Gral. Roca, R. Negro	"Rocazo"
14	Octubre de 1972	Trelew, Chubut	"Trelewazo"
15	25 de mayo 1973	Cap. Federal y otros	"Devotazo" ²⁷
16	Julio de 1973	Córdoba	"San Franciscazo"
17	Agosto de 1973	La Carmela, Tucumán	"Carmelazo"

Argentina 1969-1973. Sequência cronológica e espacial dos *azos* e *puebladas*¹⁴⁶

¹⁴⁵ ANZORENA, Oscar. *Tiempo de violencia y utopía (1966-1976)*. Buenos Aires: Contrapunto, 1998, p.70.

¹⁴⁶ IZAGUIRRE, Inés et al. *Lucha de clases, guerra civil y genocidio en Argentina (1973-1976)*: antecedentes, desarrollo, complicidades. Buenos Aires: Eudeba, 2009. p.81.

Nesse período, diversos governadores foram retirados de seus cargos ou obrigados a renunciar devido à instabilidade política em suas províncias e o próprio governo nacional passou por mudanças de mando e de projeto: em junho de 1970 Onganía foi substituído por Roberto Levingston, que governou até março do ano seguinte quando a Junta de Comandantes em Chefe que encabeçava o golpe designou Alejandro Agustín Lanusse como seu sucessor.

O governo de Lanusse apresentou, desde o princípio, características transicionais. Como figura proeminente da Junta Militar que dirigira o golpe de 1966, a principal meta de sua presidência foi a de reconduzir os militares aos quartéis abrindo espaço para o regresso pactuado dos partidos, justicialismo incluído, à legalidade, como última cartada na tentativa de conter o auge de massas inaugurado em 1969. Eram os estertores de um período marcado por golpes e eleições irregulares, em curso desde 1955. O cenário era, para si, bastante adverso. Organizações político-militares como o *Ejército Revolucionário del Pueblo* (ERP), *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR) e Montoneros atuavam em sentido revolucionário contra o governo e dispunham de uma base juvenil e operária em franco crescimento.

A estratégia do último ditador da Revolução Argentina se condensou no que ficou conhecido como *Grande Acuerdo Nacional* (GAN). Através dele, Lanusse tencionava reduzir a conflitualidade interna no país, abrindo passo para um processo eleitoral que legitimara o enfrentamento à grave crise política e econômica instalada. Seu método consistia em continuar reprimindo brutalmente a esquerda revolucionária, enquanto buscava estabelecer as bases para uma vitória antiperonista nas eleições. Para isso, elaborou-se uma cláusula proscritiva em que se interditava a participação eleitoral de candidatos residentes no exterior. Perón, exilado, era o alvo.

Em 11 de março de 1973 foram realizadas, finalmente, as eleições. O justicialismo, com a fórmula *Frente Justicialista de Liberación* (FREJULI), apresenta Héctor Cámpora como seu candidato. A palavra de ordem: “*Cámpora al gobierno, Perón al poder*”. A vitória foi retumbante: a FREJULI obteve 49,59% dos votos, contra 21,30% de Ricardo Balbín, principal opositor pela *Unión Cívica Radical* (UCR)¹⁴⁷. Em 25 de maio, feriado nacional, o novo presidente tomou posse diante de uma base peronista que, em festa, despachava os militares: “*se van, se van, y nunca volverán*”.

No dia 20 de junho de 1973 uma multidão de homens e mulheres acudiu aos arredores do aeroporto internacional de Ezeiza, província de Buenos Aires, para celebrar o regresso de Juan Domingo Perón à Argentina após 18 anos de proscricção e exílio. As acirradas

¹⁴⁷ ANZORENA, Oscar. *Tiempo de violencia y utopía (1966-1976)*. Buenos Aires: Contrapunto, 1998, p.237

contradições entre seus seguidores e os embates ao redor do verdadeiro sentido do peronismo explodiram, naquela data, em um sangrento confronto entre as alas esquerda e direita do movimento que ficou conhecido como *Masacre de Ezeiza*. Mais de uma dezena de mortos, centenas de feridos e a evidência de que o retorno normalizador do general talvez não bastasse para aplacar a radicalidade do processo político em marcha. O país já não era o de sua partida e nem o justicialismo um movimento uniformemente organizado sob sua instrução. No entanto, sua figura não deixara de ocupar, mesmo nos anos de ausência, a centralidade que naquela tarde de inverno levou – estima-se que mais de um milhão¹⁴⁸ de – mulheres, homens, jovens e trabalhadores com suas bandeiras à *ruta 205*, sentido *puente del Trébol*.

Nesse sentido, o massacre de Ezeiza tornou-se o emblema trágico de um dos resultados da dilatação da identidade peronista: durante a ausência de Perón e nas proximidades de seu retorno as antinomias entre os reivindicadores de seu legado tornaram-se cada vez mais estridentes até desembocarem em disputas sangrentas¹⁴⁹. Foi também um ponto de inflexão para os setores revolucionários de esquerda que apostaram no peronismo como caminho para a revolução nacional e popular: a partir dos sucessos de Ezeiza ficou evidente que Perón não regressara para ser o condutor da revolução, mas seu coeiro.

Na prática política do líder, o Movimento Nacional Justicialista era, sobretudo, a arte da contradição discursiva. Em efeito, com o passar dos anos e das gerações, o discurso de Perón foi transformando-se em uma espécie de livro sagrado em cujas páginas sempre era possível achar, para uma mesma pergunta, duas sentenças diferentes, geralmente contraditórias entre si. Tanto a esquerda quanto a direita do movimento haviam sabido explorar essa característica própria do discurso populista, para autenticar suas posições e proceder à desqualificação do outro. No entanto, até esse momento, a Juventude (peronista) não se havia visto obrigada a realizar uma sobreinterpretação de suas palavras; somente se havia limitado a glosar uma parte do discurso do líder(...) amplificando os nexos entre os temas que atravessavam os debates da época, como aquele entre “o socialismo” e “o nacional”. A novidade aqui é que Perón, um dia depois de seu retorno definitivo, se despojou de toda ambiguidade e estabeleceu um corte, cuja substância diferia sensivelmente daquele que esperavam os setores juvenis e as organizações armadas peronistas¹⁵⁰.

¹⁴⁸ ROBLES, Andrea. La Triple A y la política represiva del gobierno peronista (1973-1976). In: WERNER, Ruth e AGUIRRE, Facundo. *Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976*. Clasismo, coordinadoras fabriles y estrategias de izquierda. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2009, p.487.

¹⁴⁹ O exemplo mais claro dessas contradições é, certamente, a formação, por parte da chamada direita peronista, da *Alianza Anticomunista Argentina – Triple A* – responsável pela execução de militantes, trabalhadores e intelectuais de esquerda, especialmente os vinculados à tendência revolucionária do peronismo. Sobre o tema ver, por exemplo: BUFANO, Sergio & TEIXIDÓ, Lucrecia. *Perón y la Triple A. Las veinte advertencias a Montoneros*. , Segunda Edición, Buenos Aires: Sudamericana2015; ROSTICA, Julieta. Apuntes sobre la “Triple A”. Argentina, 1973-1976. *Desafíos* 23-II, 2011, p. 21-51.

¹⁵⁰ SVAMPA, Maristella. El populismo imposible y sus actores: 1973-1976. In: JAMES, Daniel (org.). *Nueva Historia argentina. Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003, p.405.

A partir de Ezeiza e do seu regresso à Casa Rosada em outubro de 1973, Perón assumiu medidas cada vez mais favoráveis à direita peronista. Pouco a pouco, marginalizou governadores, intelectuais e dirigentes sindicais ligados à *Tendência Revolucionária* do movimento, dando margens à repressão institucional ou paraestatal das organizações guerrilheiras. Essa era a tônica de seu governo quando faleceu em 1 de julho de 1974. Foi substituído, no comando do país, por sua viúva María Estela Martínez de Perón, *Isabelita*, que das mãos do superministro de bem estar social, López de Rega, aprofundou a o caráter regressivo do mandato e radicalizou as estruturas de repressão à mobilização popular.

O panorama que se abria diante dela (Isabel Perón) aparecia carregado de incerteza. Um rápido balanço da inconclusa gestão de Perón evidenciava um cúmulo de pendências, entre as que se contava o pacto social, cada vez mais cambaleante, em um clima de crescente conflitividade social e violência política. O governo de Isabel acentuou essas linhas, ao mesmo tempo em que impulsionou uma inflexão importante em termos político-econômicos. Em efeito, sua política se dirigiu à consolidação de um projeto ultramontano, que previa não somente a extermínio total da ala esquerdista, mas também a dissolução do modelo nacional-popular, mediante a subordinação do histórico ator do modelo peronista, o poder sindical¹⁵¹.

Desse modo, assentou as bases de muitas das estruturas repressivas levadas ao extremo pelo golpe que lhe retiraria do poder em 1976. Os três anos que vão do regresso de Perón ao último golpe militar da história argentina foram também marcados pelo aprofundamento definitivo da ideia de que os conflitos, a violência, a instabilidade e as crises por que vinha passando o país tinham sua origem na atuação “extremista”, “terrorista” ou “subversiva” da esquerda, sobretudo a revolucionária – peronista ou não. E assim sendo, era preciso interromper seu acionar. Desde os meios de comunicação, discursos públicos e de lideranças políticas, estimulou-se um consenso a respeito da necessidade de extirpar da vida nacional esse mal e sua raiz.

entre a “violência de direita” e a “de esquerda”, foi essa última a que obteve uma progressiva centralidade na rejeição das vozes de maior circulação pública. Em outros termos, “a esquerda” foi considerada a origem da violência e foi também o ponto de chegada quando, ao longo de 1975, se transformou no objeto central do repúdio público e das ações repressivas. Nesse sentido, pode afirmar-se que o processo de rápida acumulação e crescimento da saída repressiva entre 1973 e 1976 foi muito bem sustentado e alimentado desde o plano discursivo. Nesse registro confluíram e se articularam as construções do inimigo interno “comunista” dentro do peronismo e do inimigo “subversivo” em escala nacional¹⁵².

¹⁵¹ SVAMPA, Maristella. El populismo imposible y sus actores: 1973-1976. In: JAMES, Daniel (org.). *Nueva Historia argentina. Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003, p.405. p.421

¹⁵² FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. 1ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012, p. 240.

A voragem antissubversiva, no entanto, não fora inaugurada naqueles anos. Elemento chave na Doutrina de Segurança Nacional, seus impulsos foram importantes na orientação dos governos da “Revolução Argentina”. A respeito do Cordobazo, por exemplo, Juan Carlos Onganía fez questão de destacar: “Quando em paz e otimismo a república caminhava em direção a suas melhores realizações, a subversão, na emboscada, preparava seu golpe”¹⁵³. A ideia era a de que havia uma conspiração extremista dirigida a interromper, ou quando menos dificultar, a marcha do país em direção a seu destino venturoso. Enrique Padrós considera que a reiteração desse discurso, junto com a própria repressão do Estado Terrorista – “pedagogia do medo” – conflui na direção de uma “cultura do medo” sobre a qual as ditaduras de Segurança Nacional estimularam um consenso a respeito de sua necessidade:

Aqueles cidadãos que se sentem indiretamente ameaçados são alvo particular da “pedagogia do medo”, que visa gerar como efeito a incapacidade para a ação, condição para estabelecimento de uma “cultura do medo”. Já aqueles que são convencidos pelo discurso oficial da ameaça permanente de agentes que querem acabar com as bases societárias conhecidas, pelo tom “apocalíptico” passado através dos meios de comunicação associados ou cooptados pelo sistema, juntamente com a defesa apologética da intervenção saneadora das Forças Armadas, tornam-se vítimas de uma armadilha política. Esta consiste em que, para acabar com tal ameaça (sempre superdimensionada), torna-se necessário aumentar a segurança. Ou seja, em nome desta, alguns setores sociais, convencidos ou confundidos pelo discurso oficial, tornam-se reféns de um “posicionamento” (parcialmente induzido)¹⁵⁴

2.1 Os fins dos meios: apontamentos teóricos sobre ideologia, análise do discurso e o papel dos meios de comunicação

O estudo da ideologia é, entre outras coisas, uma investigação sobre a forma em que as pessoas podem chegar a investir em sua própria infelicidade.

Terry Eagleton¹⁵⁵

Peter Capussotto é, provavelmente, o humorista mais interessante dos últimos tempos na Argentina. Em *sketchs* televisivos ou através de canais da internet, seus vídeos, lançam mão de uma linguagem cômica extravagante para avançar com ironia em diversas direções:

¹⁵³ DISCURSO de Juan Carlos Onganía sobre el Cordobazo 1969. Argentina: Archivo DiFilm. 5/6/1969. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-19t86DtaRs>>. Acesso em 07 jan. 2018.

¹⁵⁴ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança Nacional*, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil militar. Porto Alegre, UFRGS, 2005 (História, Tese de doutorado), p.94.

¹⁵⁵ EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo; UNESP, 1997, p. 16

costumes locais, acontecimentos políticos e, principalmente, as muitas facetas do pensamento conservador nacional são os seus alvos mais recorrentes. Em uma das temporadas mais recentes, apareceram episódios dedicados ao “*rol de los medios*”¹⁵⁶. Na abertura de um deles, salta, de imediato, o questionamento: “É o momento de nos colocarmos um debate sério sobre o papel dos meios de comunicação no capitalismo?”. A resposta é taxativa: “Não. Não é o momento porque não é necessário, está claro para que servem os meios de comunicação no capitalismo”. Mais à frente, surge uma cena composta por pessoas sentadas à mesa em um restaurante. Acima delas, pregada à parede, uma televisão onde um jornalista dá notícias sobre o tempo: taxas de umidade, probabilidade de chuva, até que subitamente, sua feição se altera junto com seu tom de voz. Há então uma nova mensagem: “(...)mínimas de 4°, nublado, algumas precipitações e *o triunfo final do capitalismo*”. Surge por detrás do âncora um painel que simula espirais hipnóticas. A audiência, repentinamente embasbacada, levanta-se de seus lugares com olhares fixos no aparelho. O apresentador, abandonada a sobriedade inicial, passa a cantarolar mensagens do tipo “a América Latina deve aliar-se com o império”; “o ódio deve dirigir-se ao pobre”; “aos ricos se admira, mesmo que você tenha um emprego mal pago”. Antes de terminada a sessão, agrega: “repitam isso que lhes disse tanto quanto possam, assim se reproduz e se converte em senso comum; e quando se converte em senso comum é quando uma ideologia triunfa”. Fim. Espectadores novamente sentados, novas informações sobre a situação climática.

A sátira de Capusotto exagera e aborda de forma decididamente bizarra, uma questão central para a manutenção do poder e a reprodução ideológica de seus pressupostos no mundo contemporâneo: o papel dos meios de comunicação. Embora através de métodos que pouco têm a ver com a grotesca hipnose imaginada pelo humorista argentino, também atuam no sentido de assentar determinadas concepções, consensos e visões de mundo no terreno do senso comum.

Terry Eagleton, autor da epígrafe que abre este texto, aponta para uma das dimensões fundamentais na dinâmica das relações de poder e da ideologia, justamente no quesito onde o papel dos *mass media* ganha importância: a instauração efetiva da dominação se dá através das mais diversas ferramentas e instituições, que envolvem a introjeção, nos dominados, de certezas a respeito do mundo e de sua própria vida. Isso faz com que a ideologia, em uma das acepções possíveis, possa ser entendida não somente como um conjunto de ideias e valores,

¹⁵⁶ CAPUSOTTO, Peter. El rol de los medios. Episódio 1, temporada 11, TNT, emitido em 11/7/16. Peter Capusotto y sus Videos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GfgLlBewPTQ>>. Acesso em: 11 jul. 17.

mas também como a série de práticas materiais determinadas que lhe conferem sentido, em acordo com o que indica Nico Poulantzas

A ideologia não consiste somente, ou simplesmente, em um sistema de ideias ou de representações: concerne também a uma série de *práticas materiais*, que se estendem aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e se molda assim, como matéria vinculante, no conjunto das práticas sociais, incluídas as práticas políticas e econômicas. As relações ideológicas são, por sua vez, essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho dentro mesmo das relações de produção. O Estado não pode consagrar e reproduzir a dominação política exclusivamente por meio da repressão, da força, ou da violência “nua”. Há de recorrer à ideologia, que legitima a violência e contribui para organizar um *consenso* de certas classes e frações dominadas a respeito do poder político¹⁵⁷.

Esse consenso, vale lembrar, possui também um substrato material importante. Além do exercício de visões de mundo e formas de vida favoráveis à manutenção da dominação, as classes dominantes agem no sentido de elaborar medidas materiais positivas a partir da relação de negociação conflituosa que estabelecem, por exemplo, com as demandas impostas pelas lutas das classes subalternas. Por outro lado, não se pode ignorar a presença constante dos bastões coercitivos do Estado na formulação desses acordos. Por isso é difícil pensar uma relação dicotômica entre coerção e consenso. A dominação encontra sua eficiência justamente no exercício consistente dos vínculos entre esses dois fatores. “O opressor mais eficaz é o que convence a seus subordinados a que amem, desejem e se identifiquem com seu poder”¹⁵⁸, à medida em que gera também mecanismos para que, naturalizando a dominação, temam sua superação. Nesse sentido, a afirmação de Eagleton se aproxima de algumas proposições feitas por Bourdieu a respeito do “poder simbólico”:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário¹⁵⁹.

Noam Chomsky tem sido um dos mais argutos investigadores da mídia nos últimos anos e de seu papel na reprodução de um determinado *status quo*. Preocupado com a política internacional e o rol ocupado pelo imperialismo norte-americano na situação geopolítica mundial, o autor se tem dedicado a compreender a construção dos consensos no interior do

¹⁵⁷ POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985, p. 28.

¹⁵⁸ EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo e UNESP, 1997, p. 16.

¹⁵⁹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.14.

país a respeito de suas políticas interna e externa. Nesse sentido, elaborou uma caracterização sobre os modos de funcionamento das instituições midiáticas a que chamou “modelo de propaganda” cujos ingredientes essenciais operam como filtros na criação e divulgação das notícias, tornando quase impossível o acesso a informações pertinentes:

A envergadura, a concentração de propriedade, a riqueza do proprietário, e a orientação dos benefícios das empresas dominantes no âmbito dos meios de comunicação; 2) a publicidade como fonte principal de ingressos de ditos meios; 3) a dependência dos meios da informação proporcionada pelo governo, as empresas e os “especialistas”, informação, além do mais, financiada e aprovada por esses provedores principais e por outros agentes do poder; 4) as “contramedidas” e corretivos diversos como método para disciplinar aos meios de comunicação; e 5) “anticomunismo” como religião nacional e mecanismo de controle¹⁶⁰.

As considerações do linguista norte-americano a respeito do modelo de propaganda nos EUA contemporâneo são úteis para pensar de modo mais amplo no funcionamento dos grandes conglomerados midiáticos em quase toda a segunda metade do século XX. Foi também naquele contexto que se estabeleceram determinados padrões interpretativos informados em grande medida pelo vocabulário da Guerra Fria que traçava linhas muito claras entre “aliados” e “inimigos”. Assim, como demonstra Chomsky, uma das estratégias utilizadas pelos *mass media* para difusão de suas interpretações sobre um mundo “em blocos” tem a ver com tratamento dado ao que ele chamou de “vítimas dignas” e vítimas “indignas”¹⁶¹, ou seja, as que merecem ou não uma abordagem comovente de seus flagelos. Tudo isso contribui no assentamento de interpretações valorativas sobre os acontecimentos tanto pelo que dizem quanto pelo que silenciam.

Como podemos, então, exercitar a interpretação dos textos jornalísticos procurando extrair deles algo mais do que a superfície visível deixada propositalmente à mostra? Com que ferramentas aproximar-se do texto para tratar de ir além do que está dito? As considerações de Eliseo Verón podem ser uma boa pista:

Uma mensagem qualquer da comunicação social pode ser submetida a uma multiplicidade de “leituras”. Um fragmento de material escrito, por exemplo, pode ser considerado simplesmente em termos da informação manifesta que transmite sobre certos fatos; Pode ser estudado também enquanto constitui uma mostra da linguagem submetida às regras do sistema da língua; podem analisar-se seus aspectos expressivos como realização de certas formas estéticas, etc. Toda mensagem contém uma multiplicidade de dimensões ou níveis de significação. O ponto de vista da análise ideológica se define pela busca das categorias semânticas em termo das quais é “construída” na comunicação social, a informação socialmente

¹⁶⁰ CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. *Los guardianes de la libertad: propaganda, desinformación y consenso en los medios de comunicación de masas*. Barcelona: Biblioteca de Bolsillo. 2000, p.22.

¹⁶¹ *Ibidem*, p.81.

relevante. E a análise será ideologicamente significativa quando as estruturas de significação descritas possam ser vinculadas com os processos de conflito a nível da sociedade global¹⁶².

Para o procedimento do que Verón chamou de *análise ideológica* é importante destacar que absolutamente todos os textos jornalísticos, sua estrutura física, sua organização, etc., são produzidos com uma finalidade determinada. Embora flexíveis, as margens impostas pela intenção devem ser levadas em conta no momento da interpretação desses textos, já que, como lembrou Dominique Maingueneau, todo discurso é uma forma de ação:

Falar é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo. A problemática dos “atos de linguagem” (...) mostrou que toda enunciação constitui um ato (prometer, sugerir, afirmar, interrogar...) que visa modificar uma situação. Em um nível superior, esses atos elementares se integram em discursos de um gênero determinado (um panfleto, uma consulta médica, um telejornal...) que visam produzir uma modificação nos destinatários¹⁶³.

Talvez valha a pena observarmos ainda que, segundo o linguista francês, todo discurso é assumido sempre por algum sujeito, ou seja, alguém que o enuncia e que existe sempre de modo contextualizado¹⁶⁴. Isso quer dizer que uma compreensão adequada dos textos veiculados pela *Veja* entre 1969 e 1976 deve levar em conta seu formato (se tratava de uma revista e não, por exemplo, de uma receita médica), seus enunciadores (enquanto indivíduos ou enquanto editorial subordinado aos interesses de uma empresa editora) e os alvos de sua interação, ou seja, seus pretensos leitores. Desse modo, será possível acessar determinados aspectos de seu discurso que nos ajudarão a perceber seu papel enquanto aparelho privado de hegemonia e o sentido de sua intervenção no contexto em que se inseria.

Uma estratégia recorrente de intervenção adotada pela revista foi a veiculação de um discurso prescritivo a partir do qual se expressavam realidades desejáveis e não. Nesses casos, a estrutura argumentativa se baseava em considerações de tipo “se acontecer a, terminaremos em b”, ou pela negativa, “caso não seja feito a, seremos levados a b”. Para Van Dijk, essa é uma estratégia discursiva voltada a influenciar condutas posteriores “mediante descrições de ações, situações ou acontecimentos futuros ou possíveis, com previsões, planos, projetos, programas e advertências, às vezes combinados com diferentes formas de conselho”¹⁶⁵.

¹⁶² VERÓN, Eliseon. *Ideología y comunicación de masas: La semantización de la violencia política*. Lenguaje y comunicación social. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971, p.7.

¹⁶³ MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6ed.ampl. São Paulo: Cortez, 2013, p.59-60, parênteses no original.

¹⁶⁴ MAINGUENEAU, Dominique. *Loc. cit.*

¹⁶⁵ VAN DIJK, Teun. *Discurso y poder*. Contribuciones a los estudios críticos del discurso. Barcelona: Editorial GEDISA, 2009. p.73.

Assim, para citar um exemplo, enquanto valorava positivamente o golpe de Estado perpetrado contra Salvador Allende no Chile, em 1973, *Veja* emitia algumas de suas previsões, demarcando com clareza o esforço repressivo que imaginava necessário:

O reconhecimento externo, que mais cedo ou mais tarde infalivelmente virá, não é porém o suficiente para garantir um futuro tranquilo ao novo governo. As forças da esquerda foram derrotadas mas não extintas no Chile e só poderão ser neutralizadas com uma repressão férrea e permanente. Principalmente porque, desencantadas com a experiência legal, serão tentadas a desviar-se para movimentos clandestinos¹⁶⁶.

Assim, a revista procurava apresentar um determinado diagnóstico da situação indicando o que, para ela, seria a solução mais adequada. “Infalivelmente virá; só poderão ser”. Há, como veremos mais detidamente a seguir, pouca margem para o contraditório. Para realizar afirmações taxativas como essa, não eram necessários sequer muitos indícios. Em outra ocasião, ainda sobre a situação chilena, a revista admitia que mesmo partindo de “poucas evidências”¹⁶⁷ era possível concluir que “a investida quase simultânea de vários governos latino-americanos contra o marxismo soou como um coro bem mais orquestrado do que as antigas e corriqueiras denúncias de complôs comunistas, guerrilhas e agitações subversivas”¹⁶⁸. Não é preciso menções diretas à questão da Segurança Nacional para perceber nesse argumento uma expressão de seu receituário: repressão férrea e permanente para extinguir a “ameaça marxista” a nível regional.

A capacidade de eliminar um grupo social com a magnitude com a que se fez durante a última ditadura, só é possível se se constrói a aceitação prévia dessa possibilidade, fundada na crença de que há alguns aos que se pode/deve exterminar. Que suas vidas não serão choradas porque não são nem sequer consideradas vidas (Butler, 2009). Para dar forma a esse artifício é necessário construir uma série de categorias sobre o outro que se fixem como verdade: os subversivos, os delinquentes, os bárbaros. E nessa tarefa, os meios como maquinarias especializadas na produção simbólica que domina a vida ocupam um lugar fundamental¹⁶⁹.

As considerações de Bolis e Saintout foram feitas a respeito das relações entre os meios de comunicação de massa e a última ditadura militar argentina. Nesse sentido, as autoras acompanham, em seu texto, a atuação de periódicos como *Gente*, *Primera Plana*, *Clarín*, *La Nación*, *Para Tí*, entre outros, sublinhando incisivamente que os crimes cometidos pelo Estado naquele contexto não teriam sido possíveis “sem a participação de um aparato

¹⁶⁶ VIOLÊNCIA e golpe em Santiago. *Veja*. 19/07/1973, Ed 254, p.44..

¹⁶⁷ INDÍCIOS. *Veja* 10/10/1973, Ed. 266, p.36.

¹⁶⁸ INDÍCIOS. *Loc. cit.*

¹⁶⁹ BOLIS, Josefina; SAINTOUT, Florencia. Malditos Medios: periodismo y dictadura. *Oficios Terrestres*. FPYCS Universidad Nacional de La Plata. n.º 34 Enero-Junio 2016, p.17-18.

cultural delinquente do qual alguns importantes meios de comunicação foram protagonistas”, concluindo que “certo jornalismo não foi somente sócio, mas perpetrador necessário do horror”¹⁷⁰.

Sem dúvidas, a aproximação específica a essas publicações e a compreensão do rol ocupada por cada uma delas nos diferentes cenários nacionais é fundamental para elucidar os distintos níveis de responsabilidade/cumplicidade desempenhados por jornais e revistas no estabelecimento de regimes autoritários. No entanto, as autoras deixam pistas valiosas para refletir de modo mais amplo sobre a construção paulatina e renitente de um cenário favorável às medidas repressivas levadas a cabo pelos governos ditatoriais do Cone Sul:

Um primeiro movimento é, então, designar a um grupo como ameaça para a vida da comunidade, justificando sua eliminação como ato de defesa própria. Um segundo modo de operar dos meios, talvez ainda mais obscuro, consiste em expropriar a possibilidade de representação do outro, estabelecendo quais sujeitos são inteligíveis e quais não (...) neste caso, substantivando a sujeitos na ideia da subversão ou coisificando-os como “elementos sediciosos”. Um terceiro mecanismo discursivo está ligado a apagar ao sujeito opressor, um exercício constante na forma de titulação dos diários como forma de blindagem aos responsáveis¹⁷¹.

Como exemplo para esta última afirmação, as autoras mencionam a capa do jornal *Clarín* do dia 1 de abril de 1976, pouco depois de operado o golpe militar: “Fixam as faculdades da Junta e do Presidente”; “Intervêm em 12 sindicatos” e “Autorizam a racionalização da administração pública”¹⁷². Como veremos no próximo capítulo, utilizando-se desta e de outras estratégias discursivas, *Veja* também atuou em um sentido parecido. Um comentário breve, em sentido similar, pode ser feito a respeito da forma como a revista anunciava o óbito de determinados indivíduos de acordo com suas vinculações políticas: em geral, os militares apareciam como *assassinados* por agentes específicos, enquanto militantes de organizações de esquerda eram indefinidamente *mortos*, mesmo em casos de conhecidas execuções. Embora sutil, o deslocamento da agência do fato e, portanto, da responsabilidade nessas mortes interfere decisivamente na elaboração de um discurso sobre os subversivos causadores do caos e suas vítimas. E, por outro lado, reforça a ideia de que há “bárbaros, delinquentes” que terminam exterminados em consequência de suas próprias – más – escolhas.

¹⁷⁰ BOLIS, Josefina; SAINTOUT, Florencia. Malditos Medios: periodismo y dictadura. *Oficios Terrestres*. FPyCS Universidad Nacional de La Plata. n.º 34 Enero-Junio 2016, p.17-18. p. 20.

¹⁷¹ Ibidem, p. 18.

¹⁷² Ibidem.

Sempre sorrindo, o jovem de camisa preta e calça cinza, com um ferimento aberto no pulmão, caminhou até a motocicleta em que um companheiro o aguardava, subiu com dificuldade no assento traseiro e partiu, entre o espanto das pessoas que haviam assistido à cena e ouvido os oito disparos de pistola automática calibre 45. O moço ferido, Víctor Fernandes Palmeiro, um espanhol de 24 anos foragido de uma prisão argentina em fevereiro de 1972, acabara de *assassinar* o contra-almirante reformado Hermes Quijada, de 52 anos, sob o sol outonal da segunda-feira passada, no centro de Buenos Aires.¹⁷³

Funcionário americano, que se achava em serviço junto à polícia uruguaia, sequestrado e posteriormente *assassinado pelos Tupamaros* no começo do mês de agosto.¹⁷⁴

foram à Argentina, cobrir os acontecimentos que se seguiram aos *assassínios* do industrial italiano Oberdan Sallustro e do general Juan Carlos Sánchez.¹⁷⁵

O Exército Revolucionário do Povo responsabilizou-se pelo sequestro de Alemán, e o grupo Montoneros, pelo *assassínio* de Iribarren.¹⁷⁶

A morte do padre Mugica¹⁷⁷ contribuiu para dividir ainda mais o peronismo, com a esquerda e a direita se acusando mutuamente.¹⁷⁸

Entre os policiais a tensão se elevou a tal nível que as armas começam a disparar sozinhas: dois rapazes foram mortos na província de Rio Negro.¹⁷⁹

E a tão esperada explosão de violência acabou chegando na sexta-feira, quando os estudantes decretaram uma greve geral em homenagem aos seus colegas mortos nos distúrbios do ano passado.¹⁸⁰

Os sequestradores se identificaram como membros do Exército Revolucionário do Povo – comando Luís Norberto Blanco (nome de um jovem morto nos distúrbios de Córdoba em 1969).¹⁸¹

a morte, em circunstâncias não totalmente claras, de dezesseis jovens terroristas o crime foi interpretado como um ato de represália das organizações guerrilheiras argentinas à possível participação, embora indireta, do oficial no obscuro episódio da morte de treze prisioneiros políticos que tentaram escapar da base naval de Trelew, na Patagônia, no dia 22 de agosto.¹⁸²

Delimitando os fatos a serem relatados e a forma de sua abordagem, os meios de comunicação forneceram aos governos ditatoriais, num contexto de expansão dos aparatos repressivos, um importante sustentáculo discursivo. Em outras palavras, ajudaram a difundir de diversas maneiras fundamentos ideológicos que procuravam justificar sua existência. No capítulo seguinte, nos deteremos sobre o caso específico da revista *Veja*, procurando inserir seu estudo nesse amplo espectro de vínculos explícitos e implícitos entre os meios de comunicação e a ideologia de Segurança Nacional.

¹⁷³ 2000 atentados. *Veja*, ed. 244, 09/05/1973. p. 48.

¹⁷⁴ DAN Mitrione (Nota). *Veja*, ed. 114, 11/11/1970. p. 21.

¹⁷⁵ CARTA ao leitor. *Veja*, ed. 189, 19/04/1972. p. 15.

¹⁷⁶ QUEM é quem. *Veja*, ed. 250, 20/06/1973. p. 41.

¹⁷⁷ Vinculado ao Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo, foi executado pela Aliança Anticomunista Argentina em 11 de maio de 1974.

¹⁷⁸ NO VOLVERÁN?. *Veja*, ed. 298, 22/05/1974. p. 41.

¹⁷⁹ SAÍDA? Qual é a saída? *Veja*. ed. 56, 1/10/1969. p.52.

¹⁸⁰ VOLTA a Córdoba. *Veja*. ed. 89, 20/05/1970. p.76.

¹⁸¹ DESAPARECIDOS. *Veja*. ed. 143, 02/06/1971. p.34.

¹⁸² RESGATE e morte *Veja*. ed. 226, 03/01/1973. p.26.

3 “UMA ÚNICA VERDADE MELANCÓLICA”: A AMÉRICA LATINA NAS PÁGINAS DA *VEJA* (1969-1973)

Começam a chegar os jornais com manchetes enormes, ouço discursos onde os senhores da terra se permitem suas lágrimas de crocodilo mais eficazes ao deplorar “a violação da paz olímpica nestes dias em que os povos esquecem suas querelas e suas diferenças”. Esquecem? Quem esquece? Uma vez mais entra em jogo a massagem em escala mundial dos mass media. Não se ouve, não se lê mais que Munique, Munique. Não há lugar em seus canais em suas colunas, em suas mensagens, para dizer, entre tantas outras coisas, Trelew.

*Julio Cortázar*¹⁸³

O *Livro de Manuel* estava praticamente pronto quando Cortázar decidiu adicionar às suas páginas iniciais essa referência a dois importantes acontecimentos daquele segundo semestre de 1972. Escritas com a potência que marca o restante do livro, essas linhas convidam a uma reflexão profunda acerca da atuação dos meios de comunicação porque expõem, em poucas palavras, a incidência de certos filtros nas escolhas daquilo que publicam e do que escolhem silenciar.

Neste capítulo trataremos de analisar as publicações da revista *Veja*, suas “massagens”, mensagens e silêncios a respeito da realidade latino-americana entre maio de 1969 e dezembro de 1973, em especial nos momentos em que se dedicou a abordar a situação argentina. Nos 242 números publicados nesse período, as diversas referências à América Latina aparecem distribuídas em comentários sobre o cotidiano dos governantes, a adoção de políticas econômicas de diversas naturezas, anedotas esportivas e culturais. Em todos eles há algum tipo de alusão ao subcontinente. Para viabilizar este estudo foi preciso, portanto, adotar um recorte em relação a tais conteúdos identificando, no interior desse leque de possibilidades, os momentos em que, para além de descrições mais ou menos coerentes, a revista procurou elaborar *análises*, atribuir *sentidos* às informações que visava difundir. Desse modo, foram destacadas 157 notícias relacionadas ao continente latino-americano, das quais 96 tratavam especificamente da Argentina. Ou seja, em mais da metade dos números

¹⁸³ CORTÁZAR, Julio. *O livro de Manuel*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 9, aspas no original.

publicados no período foi possível identificar material útil à nossa investigação. É notória a atenção depositada por *Veja* nos acontecimentos políticos, no desenvolvimento econômico e na produção cultural do país vizinho. No interior de sua ampla cobertura internacional, o olhar sobre a Argentina mereceu sempre destaque. Esteve expressa mais de uma vez nas páginas do semanário a impressão de que “Brasil e Argentina sempre viveram um de olho no outro”¹⁸⁴, “o que acontece aqui repercute lá e vice-versa”¹⁸⁵ e que os dois países ocupavam um papel fundamental num cenário regional marcado por uma extrema conflitividade política.¹⁸⁶

Por isso mesmo, vale a pena sublinhar que buscaremos exercitar uma interpretação mais abrangente do objeto, relacionando a cobertura internacional da revista a seus editoriais, capas e entrevistas. Faremos isso apoiados nas reflexões teóricas de autores como Antonio Gramsci¹⁸⁷, Noam Chomsky¹⁸⁸ e Perseu Abramo¹⁸⁹ e na indispensável referência dos estudos de Carla Luciana Silva¹⁹⁰ e Edina Rautenberg¹⁹¹ a respeito do semanário publicado desde setembro de 1968 pela editora Abril.

Desde o seu lançamento, *Veja* se propôs a ocupar o lugar de “grande revista nacional de informação de todos os brasileiros” e para tanto agrupava “a maior equipe redacional já reunida por uma revista brasileira”. Para um dos seus fundadores, sua aparição era devedora “das classes governantes, produtoras, intelectuais que reclamaram da Abril este lançamento”¹⁹². Desse modo, nascido num “contexto da organização capitalista da cultura, como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil”¹⁹³, o semanário procurou defender e difundir um programa que por diversas vezes coincidiu com os rumos adotados pelo regime militar brasileiro e, principalmente, com os fundamentos característicos das Ditaduras de Segurança Nacional que se estabeleceram no Cone Sul ao longo dos anos 60 e 70: um anticomunismo ferrenho, o alinhamento para com a política norte-americana e a defesa das transformações impostas àquelas sociedades como forma de adaptá-las aos novos padrões de acumulação de capital.

¹⁸⁴ BRASIL-ARGENTINA: discutem-se divergências. *Veja*, ed. 184, 15/03/1972. Capa.

¹⁸⁵ ACORDO acima de tudo. *Veja*, ed. 184, 15/03/1972. p. 26.

¹⁸⁶ ATÉ ONDE vai a esquerda. *Veja*, ed. 112, 28/10/1970. Capa.

¹⁸⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Civilização Brasileira, 2006.

¹⁸⁸ CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward.S. *A manipulação do público*. São Paulo: Futura, 2003.

¹⁸⁹ ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹⁹⁰ SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

¹⁹¹ RAUTENBERG, Edina. *A Revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)*. Dissertação de Mestrado. Unioeste, Marechal Candido Rondon, 2011.

¹⁹² CARTA do editor. *Veja*, ed. 1, 11/09/1968. p. 20-21.

¹⁹³ VILLALTA, Daniela. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2_VILLALTA.pdf, acesso em: 06 de maio de 2017.

Buscando tornar-se mais convincente, atrativa para leitores e anunciantes, e tratando de ocultar seu caráter partidário, a revista procurou elaborar sobre si mesma uma imagem de imparcialidade e precisão quase onisciente: a de um “sujeito *Veja*”¹⁹⁴ em busca da verdade e plenamente capaz de explicar o mundo a seus leitores.

Sendo assim, selecionou, adaptou, modificou e, de diversas formas, manipulou as informações sobre acontecimentos nacionais e internacionais de forma a conferir-lhes um sentido afinado com a visão de mundo que desejava difundir. Como resultado dessa operação constante, emergiam das páginas da revista imagens de uma América Latina caótica, abatida por uma trágica sina de desordem e subdesenvolvimento, permanentemente assombrada pelo fantasma da revolução.

Nas próximas páginas tentaremos identificar os interesses de classe defendidos pela revista a partir da análise do seu discurso a respeito da política latino-americana naqueles anos, avaliando as visões de mundo que buscava naturalizar e difundir.

3.1 Se um marciano numa tarde de domingo: a explicação da realidade pela revista *Veja*

Se um marciano viesse à Terra e decidisse ficar sabendo dos eventos da hora que passa, haveria de alcançar a banca mais próxima para munir-se de uma revista semanal de informação. Depois da leitura, somente lhe faltaria tirar o chapéu para si próprio. Pois a revista semanal de informação, desde que realmente digna do rótulo, conta os fatos, explica-lhes os porquês e relaciona-os com o passado para desenhar, com razoável grau de aproximação, o perfil do futuro¹⁹⁵.

Se chegasse à Terra em 1972, o alienígena imaginado pela *Veja* precisaria de um grande esforço para se situar. Suponhamos, como sugere a revista, que se dirigisse a uma banca de jornais. Se o seu paradeiro fosse o Brasil e lhe sobrassem Cr\$ 3,50 poderia escolher, dentre as muitas possibilidades, adquirir o exemplar mais recente da revista *Veja*. A capa de seis de setembro prometia inclusive uma explicação de todo útil para alguém em sua situação: “*como se faz uma nação*”¹⁹⁶. Ao comprar este número ainda receberia do vendedor, como apêndice inesperado, outro material, publicado na mesma data e dedicado à história da própria revista que agora tinha, digamos, em mãos. Nas primeiras páginas encontraria reiteradas promessas de “*informação honesta*”¹⁹⁷, “*relato honesto do que houve para explicar o que há*

¹⁹⁴ SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

¹⁹⁵ CARTA ao leitor. *Veja*, ed. 209, 06/09/1972, p.3.

¹⁹⁶ Ibidem. Capa, sobre a efeméride de 150 anos do 7 de Setembro.

¹⁹⁷ CARTA ao leitor. *Loc. cit.*

*e antever o que haverá*¹⁹⁸, arrematadas num “*tão honesto*”¹⁹⁹ texto final. No caso de a credulidade ser característica atribuível a um extraterrestre ou sendo aquele um incauto leitor, é possível que, ao final da leitura, estivesse tomado pela sensação de estar em posse de um opúsculo da honestidade. Do contrário, poderia desconfiar que a publicação por parte de uma revista de um número dedicado a enaltecer sua própria trajetória, afirmando insistentemente seu compromisso para com a honestidade, nada tem de casual.

Em muitas ocasiões anteriores a esta e com estratégias das mais variadas, *Veja* procurou elaborar um discurso capaz de convencer a seus interlocutores terráqueos sobre sua imparcialidade, sua firmeza no tratamento e divulgação dos fatos e sobre sua capacidade de, conhecendo-os bem, desvendar suas prováveis consequências, seus possíveis desdobramentos.

Por causa do seu invencível hábito de procurar as razões dos fatos, VEJA às vezes consegue descobrir as leis que os governam, as suas relações com outros fatos e os propósitos dos personagens que os desencadeiam. Assim, em certos casos, conhecendo um fato, VEJA pode antecipar os seus desenvolvimentos²⁰⁰.

Nenhuma dessas funções atribuídas pela revista a si mesma deve passar despercebida. Ao arrogar-se um conhecimento tão completo sobre o passado, o presente e o futuro, sobre supostas leis que governariam os acontecimentos, o semanário assumia, inclusive abertamente, o seu papel de escola de adultos²⁰¹. Punha-se diante da possibilidade de desenhar para os seus leitores um rascunho completo dos acontecimentos, atribuindo-lhes juízos de valor e graus de importância afinados com a visão de mundo que buscava difundir. Não se tratava somente de uma fotografia imóvel da realidade, mas da formulação de interpretações sugestivas a seu respeito. Nesse sentido, Carla Luciana Silva destaca que

A força da imprensa se dá pelo seu poder dissuasório, de convencimento, e de criação de visão de mundo, o que está também diretamente relacionado com a necessidade de reprodução do sistema (seja pela defesa de práticas políticas, seja pela defesa de padrões de consumo, por exemplo). Interligando esses dois aspectos está o caráter de possibilitar e facilitar o gerenciamento em torno das necessidades capitalistas: através da formulação, a organização, e a ação vigilante em torno da execução do planejado. Isso nos leva ao papel político e partidário desempenhado

¹⁹⁸ CARTA ao leitor. *Loc. cit.*.

¹⁹⁹ CARTA ao leitor. *Loc. cit.*.

²⁰⁰ CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 62, 12/11/1969, p. 21.

²⁰¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 4 v. V. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Civilização Brasileira, 2006.

pela imprensa, a partir do qual ela cumpre o papel de estado maior das relações do capital²⁰².

Procurando maior efetividade na realização desses objetivos, a revista tratou justamente de encobrir-se sob uma manta de imparcialidade. Analisando as construções discursivas do semanário, Patrícia Nascimento demonstrou, por exemplo, que em seus textos *Veja* se utilizava recorrentemente de estratégias narrativas dirigidas a sugerir “um descomprometimento com a informação veiculada”, “há que se entender o problema”, “há que se fazer algo com ele”, etc.²⁰³.

Como demonstraram Carla Luciana Silva e Edina Rautenberg²⁰⁴ em suas imprescindíveis análises a respeito da criação da revista e sua atuação em diferentes cenários, a autoafirmação, a construção de uma figura impessoal, de um *sujeito Veja* atuando de forma autônoma e merecedora de credibilidade cumpre uma função dotada de, pelo menos, dois sentidos evidentes. O primeiro, e que salta imediatamente aos olhos, é o de convencer o seu leitor do importante papel que cumpre de atraí-lo com o sirênico canto das próprias virtudes. Sublinhando, a fim de naturalizar, o seu “papel social”, a linha editorial do periódico deixava oculto o seu caráter partidário, ou seja, o programa político que defendia e buscava difundir²⁰⁵.

O principal artifício que *Veja* se utiliza para “desaparecer” enquanto portadora de intencionalidades próprias, de interesses sociais e de frações de classe é a sua auto-definição enquanto um “sujeito”, escondendo ser interveniente no próprio processo político(...). Para isso se coloca como defensora de uma “missão” e de uma dada “responsabilidade”; se atribui uma função de “vigilante”; se coloca como portadora de “verdade”. É sob essas bases que se coloca a revista *Veja*, ocultando sua ação concreta partidária²⁰⁶.

A noção de partido adotada por Silva e Rautenberg, e que também assumimos no decorrer deste trabalho, não é aquela de um partido formal, disputando eleições, divulgando sua plataforma num tedioso horário político obrigatório. No pensamento gramsciano, as preocupações com o jornalismo se inscrevem no interior de reflexões sobre as formas de

²⁰² SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009, p. 21.

²⁰³ NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em *Veja* e *Manchete**. São Paulo: Annablume, 2002, p.82.

²⁰⁴ É preciso registrar que não teria sido possível avançar em muitas das questões a que nos propusemos neste trabalho sem a possibilidade de recorrer incessantemente às obras dessas duas autoras. Suas análises brilham pelo rigor teórico e pela fineza no tratamento com as fontes, o que terminou funcionando como bússola e inspiração no nosso processo de aproximação ao objeto de pesquisa. Indicar as duas obras / autoras na nota.

²⁰⁵ SILVA, Carla Luciana, *op. cit.*, p. 90.

²⁰⁶ SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009, p. 90.

estabelecimento e manutenção da hegemonia. Assim sendo, a produção escrita publicada em jornais e revistas é percebida como um espaço onde se exercita a formulação de consensos a respeito de determinados projetos políticos, em função análoga à de um partido. A ideia de partido refere-se, portanto, a

todo e qualquer aparato privado de hegemonia que organize um grupo, construindo o que ele [Gramsci] chama de vontade coletiva organizada. A hegemonia deve ser entendida, portanto, como um elemento mais amplo, sendo o consenso, formas específicas dessa hegemonia. O consenso torna-se o elemento por meio do qual a hegemonia passa a fazer sentido para as pessoas²⁰⁷.

Gramsci ocupou-se em demonstrar a complexa relação entre coerção e consenso para a manutenção do poder, independentemente do regime de governo para isso adotado. Álvaro Bianchi, analisando o trabalho do autor italiano, destaca a imagem do Centauro proposta por Maquiavel e desenvolvida também por Gramsci, para tratar desta questão: como na figura mitológica grega, coerção e consenso não existem um sem o outro, tanto quanto um Centauro deixa de o ser caso desapareça alguma de suas partes desiguais (a de homem, ou a de cavalo).

A imagem do Centauro é forte e serve para destacar a unidade orgânica entre a coerção e o consenso. É possível separar a metade fera da metade homem sem que ocorra a morte do Centauro? É possível separar a condição de existência do poder político de sua condição de legitimidade? É possível haver coerção sem consenso? Mas tais questões podem induzir a um erro. Nesta concepção unitária, que era de Maquiavel, mas também de Gramsci, não é somente a coerção que não pode existir sem o consenso. Tampouco o consenso pode existir sem a coerção²⁰⁸.

É nessa perspectiva que Gramsci define a imprensa como uma verdadeira “escola de adultos” que, atuando de forma partidária, funciona como meio para organizar e difundir determinado tipo de cultura. Nesse sentido, a influência exercida pela imprensa sobre a chamada “opinião pública” cumpre a função de construir ou conservar determinados valores e crenças na sociedade e no contexto em que se inserem, elaborando consensos a respeito dos projetos que defendem, o que seria fundamental para a manutenção do “exercício normal da hegemonia”.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados

²⁰⁷ RAUTENBERG, Edina. Veja e a ditadura militar. *Em Debate: Rev. Dig.*, Florianópolis, n. 5, 2011, p. 66..

²⁰⁸ BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 190.

órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados²⁰⁹.

Além disso, o grupo empresarial responsável pelo lançamento de um semanário, neste caso a editora Abril, preocupa-se pelo seu consumo. De acordo com Muniz Sodré, “mais do que qualquer outro veículo impresso, a revista está diretamente vinculada à estrutura capitalística do mercado. E o interesse do editor é que ela se venda, assim como um sabonete ou uma roupa”²¹⁰. Tornando-se atraente para uma maior quantidade de leitores e leitoras, o material publicado passa a ser também, segundo a lógica de mercado em que se insere, mais atraente para possíveis anunciantes que, por sua vez, influenciarão de modo definitivo – ainda que indiretamente – no conteúdo do produto.

A verba obtida com a venda de espaço publicitário em suas publicações tem-se mostrado fundamental para a manutenção dos meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Como aponta Silva a respeito de *Veja*, “a revista parece chegar nas bancas (ou nas casas dos assinantes) já integralmente paga”²¹¹ pela verba recebida pela cessão de espaço publicitário. O próprio periódico deixa vislumbrar esse vínculo na tentativa de associar a confiança dos leitores ao aumento de anúncios publicitários: “no caso de revistas que engordam ao sabor de um volume cada vez maior de publicidade, tem-se aí um dos sintomas mais eloquentes do sucesso”²¹², já que, segundo a revista, “como é fácil compreender, páginas de anúncios significam confiança dos anunciantes inevitavelmente motivada por uma comprovada confiança dos leitores”²¹³. Indo além, *Veja* dedica-se a fazer propaganda da própria ferramenta publicitária, apresentando-a como um sintoma de progresso, de liberdade.

Arma afiada da mercadologia, a publicidade é um dos sintomas mais transparentes das qualidades de uma sociedade democrática. Ela propõe escolhas a quem se dirige e portanto atua para ratificar o direito de cada indivíduo de orientar-se livremente na hora até de optar entre diferentes barbeadores ou cursos de língua. Ao mesmo tempo, é promotora do progresso e bem-estar: não há outro instrumento tão eficaz para acionar o círculo vicioso e benfazejo do aumento e do escoamento da produção²¹⁴.

A compreensão do caráter empresarial dos meios de comunicação interfere enormemente na análise de seu conteúdo. Primeiro porque permite esquivar da pretensão de

²⁰⁹ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, o Estado e a Política*, 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

²¹⁰ SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco: introdução à cultura de massa brasileira*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 45.

²¹¹ SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009, p.150.

²¹² CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 266, 10/10/1973. p. 19.

²¹³ Idem.

²¹⁴ CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 276, 19/12/1973. p.18.

isenção que a concepção liberal atribui à atividade jornalística. Depois porque entendendo o funcionamento comercial de uma editora é mais fácil vislumbrar as hierarquias e relações de poder presentes no trato entre donos, diretores de redação e repórteres deste ou daquele periódico. Além do mais, a busca por um posicionamento favorável no mercado editorial interfere profundamente nas diversas fases da produção do material a ser publicado: na escolha dos temas a serem abordados, nas suas fontes e na sua forma de publicação. A esse respeito, Luis Felipe Miguel traz conclusões esclarecedoras:

A despeito da diversidade de empresas de comunicação, o produto final apresentado aos consumidores de informação tende a se mover dentro de um espectro de variedade bastante limitado. O processo industrial de produção da notícia, com seus prazos rígidos, força os jornalistas a buscarem a informação nos locais de onde ela brota de maneira mais rápida e segura: as assessorias de imprensa dos governos e das corporações. A concorrência pelo mercado leva à padronização dos conteúdos, com a imitação recíproca das inovações exitosas; o “furo” que diferencia um veículo é a pauta de seus rivais para o dia seguinte (...). Por fim, nas questões cruciais, é exercido o poder dos controladores da mídia. Independente de suas diferenças, todos são, por definição, proprietários de empresas capitalistas, dependentes, por sua vez, de outras empresas, as anunciantes. Portanto, possuem certos interesses básicos em comum²¹⁵.

Embora não possam ser ignoradas as peculiaridades da ação dos sujeitos concretos, a autonomia dos jornalistas no interior de um órgão de imprensa tende a ser significativamente limitada pelas opções do dono da empresa, quem termina por definir, com maior ou menor rigidez, o conteúdo ideológico do que será publicado. Segundo Anne-Marie Smith, “a organização interna dessas publicações era vertical, com uma hierarquia bem definida. Os donos detinham a autoridade definitiva ainda que distante”²¹⁶. Como à maioria dos trabalhadores assalariados, o risco da demissão, da retaliação, do puxão de orelha, ronda também as horas de trabalho na redação. Ignorar esse fator pode significar alimentar o folclore acerca da atuação do jornalista, bastante útil ao processo de vinculação empática com os leitores e de reivindicação de posse de versões isentas sobre os fatos.

A figura de um sujeito de porte desordenado, com um copo de café sempre ao alcance, condenado à insônia em suas madrugadas de trabalho duro, que é capaz dos maiores esforços, de enfrentar todos os riscos, para apurar os fatos e dá-los a conhecer como notícia provavelmente deve muito àquela difundida em filmes, livros e novelas e que compõe o senso comum, dentro da perspectiva liberal, a respeito do cotidiano de um repórter. Nesse formato,

²¹⁵ MIGUEL, Luis Felipe. *Política e Mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília: Plano Editora, 2002. p. 21-22.

²¹⁶ SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p.54.

ainda quando existentes, as mundanas preocupações a respeito, por exemplo, da manutenção do emprego, seriam incapazes de detê-lo em sua irrefreável busca pela verdade. Silva demonstrou que a reprodução dessa perspectiva ao longo dos editoriais de *Veja* cumpre, novamente, o papel de autopromoção.

São os mesmos argumentos para convencer da superioridade da revista: o empenho de seus jornalistas, que desmarcam viagens, deixam de comemorar aniversários, galanteiam, viajam no lombo de um búfalo, se submetem ao frio e má alimentação na prisão ou no acampamento sem-terra; vivem grandes aventuras; fazem de tudo para convencer seus entrevistados a falarem²¹⁷.

Este tipo de elaboração heroica sobre o trabalho dos jornalistas termina por ocultar o caráter criptonítico da intervenção de diretores de redação e proprietários de veículos de comunicação no tratamento final do material recolhido. “O que acaba sendo publicado é a opinião “da revista”, dada no fechamento do editor. O resultado dessas vastas pesquisas muitas vezes não passa de matérias totalmente reformuladas pelo editor, que faz com a reportagem fale o que “Veja pensa”²¹⁸.

Em entrevista concedida a João Batista de Abreu em julho de 1997, Mino Carta, editor da *Veja* ao longo de quase todo o período abordado neste trabalho, recordava sua experiência à frente da revista e a atuação da editora Abril da seguinte forma: “Eu tinha uma enorme autonomia na *Veja*. Era diretor de redação e diretor da Editora Abril. A Abril era uma outsider. Era grande, era forte, mas era outsider do sistema”²¹⁹. Embora não seja pertinente discordar da sensação de autonomia experimentada pelo ex-diretor da revista, chama a atenção a ausência de referência às relações com seus chefes, os proprietários da editora, cujo ponto de vista parece consideravelmente distinto. A esse respeito, Roberto Civita, um dos proprietários da Abril, se posicionou dizendo que:

Eu não vejo nenhuma revista dessa casa, muito menos *Veja*, como sendo independente de mim. Não faz sentido. (...) Você não pode ter a editora achando que a livre iniciativa é a solução para o País e ter uma redação que acredita que o ideal é acabar com o lucro ou a iniciativa privada. Isso tem de estar alinhado. Então, Mino tem razão quando diz que tinha independência. Mas não tinha autonomia²²⁰.

²¹⁷ SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009, p.11.

²¹⁸ SILVA, Carla Luciana, *Loc. cit.*

²¹⁹ ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 65

²²⁰ ALMEIDA, Maria Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009. p.26.

Ao analisar a boa circulação dos donos da Abril pelos corredores do poder, Rautenberg demonstra ainda que, para além da confidente avaliação de Civita, a editora tinha outros motivos para alimentar em suas publicações certa simpatia para com as políticas governistas, interditando, sempre que necessário, as vozes dissonantes no interior de seus veículos.

É interessante apontar a dinâmica da revista: é a partir da cobertura política, iniciada pelo trabalho de [Raimundo] Pereira junto à cobertura do processo que vai desde a doença de Costa e Silva até a posse de Médici, que a revista *Veja* consegue se estabilizar no mercado. No entanto, quando essa cobertura fere os interesses da ditadura, o dono da Abril não titubeia em dispensar parte do seu quadro jornalístico. Essa troca de favores é uma constante na revista²²¹.

O próprio Mino Carta terminaria sendo vítima de uma dessas barganhas. Desde 1974, havia feito circular no editorial da revista algumas críticas ao encobrimento de fatos por parte do regime militar e à persistência da censura aos meios de comunicação. Em 1975, o mal-estar gerado pelas publicações de Carta, que já haviam ocasionado vários pedidos por sua demissão, encontrou seu desfecho através de nova troca de favores entre Victor Civita e representantes do governo militar:

Segundo Nilton Hernandes, nessa época Victor Civita queria construir hotéis, e os pedidos de empréstimos encaixavam na mesa dos ministros. Em dezembro de 1975, Mino Carta se despede de *Veja*, segundo ele, para 3 meses de férias (CARTA, Mino. Carta ao Leitor. *Veja*, n. 382, 31 de dezembro de 1975, p. 19). Ele nunca mais voltaria à revista. Em 1976, Civita obteve o empréstimo²²².

Além disso, em boa parte do período abarcado por nossa investigação, *Veja* sofreu distintas formas de censura. Entre maio de 1974 e junho de 1976, e durante alguns meses de 1972, chegou inclusive a ter seus números filtrados pela censura prévia instalada no interior da redação do semanário. Esse elemento, embora nada descartável, precisa ser avaliado em sua justa medida. Inclusive porque para além da violência restritiva imposta pelo governo militar, capaz de alimentar a denominada “cultura do medo” e de incutir na prática redacional as precauções da autocensura, houve também cenas de colaboração por parte de jornalistas e

²²¹ RAUTENBERG, Edina. *Veja* como a abril se consolidou durante a ditadura civil-militar brasileira.... In: CORREA, M.L., CHAVES, P.A. & BRANDÃO, R.V.M. (orgs.) *História econômica e imprensa*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

²²² RAUTENBERG, Edina. *Veja* como a abril se consolidou durante a ditadura civil-militar brasileira.... In: CORREA, M.L., CHAVES, P.A. & BRANDÃO, R.V.M. (orgs.) *História econômica e imprensa*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

editores com relação ao regime, como demonstrou Beatriz Kushnir²²³ em seu trabalho a esse respeito.

De acordo com Maria Fernanda Lopes Almeida, dentre as 138 matérias de *Veja* total ou parcialmente vetadas pela censura entre 1970 e 1976, 22 referiam-se às questões internacionais abordadas pela revista²²⁴. Destas, três abordavam a política argentina sobretudo no período de governo de Maria Estela Martínez de Perón, iniciado a partir da morte de Juan Domingo Perón em 1974. Retornaremos a elas em momento oportuno. O importante é destacar que, seja na forma dos famosos bilhetinhos, telefonemas aos editores, seja através da presença de um agente fiscalizador em sua redação, a revista conviveu nos seus primeiros anos com os limites impostos pela censura, numa relação restritiva que envolveu também trocas de favores e negociatas entre representantes dos governos militares e os proprietários da editora Abril²²⁵. No entanto, embora seja preciso levar em conta os efeitos da autocensura na atuação de repórteres e editores, no que diz respeito à cobertura internacional, a margem de atuação parece ter sido maior. Apesar de não ser aconselhável exagerar ou generalizar a busca de margens e brechas para escapar da tesoura do censor, Abreu faz algumas úteis considerações:

Um recurso para romper a censura era abrir espaço no noticiário internacional para falar de regimes ditatoriais em outras partes do mundo, denunciando as atrocidades, a censura e desmandos do ditador. Como não se podia criticar o regime militar doméstico, condenavam-se os governos semelhantes no exterior, na esperança de que o leitor fosse capaz de estabelecer uma analogia entre os regimes²²⁶.

Analisando a abordagem dada por *Veja* à situação política no continente americano ao longo dos anos 60 e 70 é difícil concordar com parte dessa afirmação. Embora pareça absolutamente comprovável que a revista tenha encontrado no setorial internacional um lugar para atuar com maior flexibilidade do que aquele dedicado à política brasileira, por exemplo, não são tão recorrentes, embora existam, as críticas às atrocidades cometidas pelos governos militares nos países vizinhos. Essa maior flexibilidade significava, na prática, a disponibilidade de maiores recursos para difusão de seu programa partidário. Por exemplo, quando em julho de 1969 se propõe a apontar rumos para a política econômica argentina: “Se a Argentina deseja edificar solidamente seu próprio destino (e não apenas sua moeda),

²²³ KUSHNIR, B. *Cães de guarda: jornalistas e censoras do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

²²⁴ ALMEIDA, Maria Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009. p.26.

²²⁵ RAUTENBERG, Edina, *op. cit.* *Veja* como a Abril se consolidou durante a ditadura civil-militar brasileira...

²²⁶ ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p.68.

certamente seus governantes deverão se concentrar no desenvolvimento agroindustrial integrado”²²⁷. Ou ainda, quando de forma ambígua, ao traçar uma espécie de manual latino-americano do Golpe de Estado, dirigido a criticar principalmente os governos de base nacional popular em ascensão na cordilheira dos Andes, deixa entrever situação semelhante à brasileira, despistando correlações diretas somente no período final:

Uma das primeiras tarefas de um governo golpista é a de justificar o próprio golpe. Em 90 por cento dos casos, fala-se da corrupção do governo anterior, das ameaças do comunismo e dos atentados à democracia. A questão do comunismo, bom argumento para impedir a fuga dos créditos americanos e conseguir o apoio das forças conservadoras, foi usada com regularidade quase absoluta nos últimos tempos. As acusações de práticas antidemocráticas são difíceis de aceitar, partindo de golpistas, na hora de um golpe - mas constituem uma justificativa moral imprescindível. Já os discursos sobre corrupção exprimem na maioria dos casos a pura expressão da verdade, embora os propósitos moralizadores do novo governo sejam altamente duvidosos. Desse ponto de vista, a Venezuela constitui o melhor exemplo²²⁸.

Não é nossa intenção nesse trabalho avaliar a eficácia das estratégias utilizadas pela revista para influenciar seus leitores, ou seja, de que forma essa propaganda de isenção foi percebida pelos interlocutores na prática. Embora a *Veja* tenha tratado de fornecer exemplos que lhe fossem favoráveis nesse sentido, também é aconselhável coloca-los em questão. A publicação de mensagens enviadas pelo público nas primeiras páginas de cada edição tratava de oferecer um termômetro a respeito do prestígio de que gozava: “São três anos de jornalismo sério, permanentemente voltado ao propósito de informar com precisão seus leitores e ajudá-los a compreender e interpretar os acontecimentos não raro complexos do mundo moderno”²²⁹.

Esse tipo de saudação à existência da revista e a afirmação de sua qualidade aparecia publicado principalmente na época de seu aniversário, ocasião em que *Veja* não hesitava em ostentar as impressões de seus leitores mais ilustres:

Veja aniversaria. Parabéns, poderia ser a forma normal e polida de saudá-la. De mim, porém, quero pôr algo mais que o formal, nesta saudação, pois me agrada, sobretudo como ministro da Educação e Cultura, verificar a aceitação de um periódico de boa qualidade, o que prova a existência de um público apto, por sua independência e pelo grau de escolaridade, a receber informações bem elaboradas e usá-las como fonte de atualização de conhecimentos²³⁰.

²²⁷ FOLCLÓRICA utopia *Veja*. ed. 44, 09/07/1969. p.26.

²²⁸ ÀS CUSTAS do povo. *Veja*. ed. 56, 1/10/1969. p.43.

²²⁹ CARTAS. Carta de Laudo Natel, Governador de São Paulo. *Veja*. ed. 157, 08/09/1971. p. 8.

²³⁰ Idem, Carta de Jarbas Passarinho, p. 8.

Em casos como esse, a propaganda de sua imparcialidade poderia vir diluída nas palavras de figuras provavelmente caras à maioria dos leitores: “Gosto de ler VEJA na medida em que ela habilita a ver com os próprios olhos e analisar com a própria cuca”²³¹. Desse ponto de vista, tal como buscava se apresentar, a revista não seria mais que um equipamento auxiliar no “exercício da visão e avaliação da própria vida”²³², permitindo-lhe sublinhar, uma vez mais, sua certeza “de ter sido, sempre e acima de tudo, honesta”²³³.

Luis Felipe Miguel faz considerações muito interessantes a respeito dessa relação entre o que é veiculado na mídia e a forma de recepção dos leitores:

Seu público não absorve passivamente a visão de mundo que recebe da mídia, numa relação de mão única, como algumas teorias do início do século 20 faziam crer. Esses velhos mitos já estão desacreditados; o consumidor de informação seleciona, interpreta e enquadra o material recebido, de acordo com os códigos que possui, com sua experiência vivida, com saberes tradicionais, etc. No entanto, a ênfase unilateral no papel ativo do consumidor de informação é tão redutora quanto o discurso anterior, que fazia dele uma marionete. Por mais que ele reelabore as informações, a matéria prima com a qual precisa trabalhar é dada pelos meios – e o fato de ter que trabalhar com aquelas mensagens, e não com outras, já direciona e limita sua interpretação. Mesmo os códigos culturais que manipula são produzidos num ambiente social em que a presença da mídia é significativa. Ou seja, os meios de comunicação possuem um impacto significativo na percepção que os indivíduos formam do mundo que os cerca, impacto que se manifesta, também, em seu comportamento político²³⁴.

Repetição, contradição, divulgação de informações truncadas: a análise seriada das publicações permite problematizar a partir de diversos prismas as afirmações de *Veja* sobre si mesma. Permite, e talvez seja isso o mais interessante, duvidar das margens legadas pela revista para uma interpretação ativa por parte dos leitores. Não é nossa intenção avaliar os efeitos das estratégias adotadas pela revista sobre o seu público. No entanto, ao interrogar o conteúdo difundido pela revista através de fórmulas e estratégias dirigidas a torná-lo convincente, “verdadeiro”, é possível perceber em seu sentido mais e menos evidente o caráter unidimensional das interpretações propostas pela linha editorial do semanário. Algo que vai ao encontro do que Edward Herman e Noam Chomsky classificaram como Modelo de Propaganda:

Em contraste com o tradicional conceito da mídia de mal, teimosa e ubíqua em sua busca pela verdade e sua independência da autoridade, descrevemos e aplicamos um

²³¹ Idem, Carta de Carlos Drummond de Andrade, p. 14.

²³² CARTAS. *Loc. cit.*

²³³ CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 157, 08/09/1971. p. 18.

²³⁴ MIGUEL, Luis Felipe. *Política e Mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília: Plano Editora, 2002. p.22.

modelo de propaganda que realmente vê a mídia como servidora de um “propósito social”, mas não o de permitir ao público afirmar controle significativo sobre o processo político, suprindo-o das informações necessárias para o exercício das responsabilidades políticas. Pelo contrário, um modelo de propaganda sugere que o propósito social da mídia é o de inculcar e defender as agendas econômica, social e política dos grupos privilegiados que dominam a sociedade nacional e o Estado. A Mídia serve a esse propósito de muitas maneiras: pela seleção de tópicos, distribuição de assuntos, enquadramento de questões, filtragem de informações, ênfase e tom, mantendo o debate dentro dos limites de premissas aceitáveis²³⁵.

Assim, no decorrer de um longo e complexo processo de administração dos fatos pela mídia, a realidade vai tornando-se um objeto distante, soterrada pelas várias camadas de embustes e imprecisões. Perseu Abramo expôs as minúcias desse procedimento. No importante trabalho em que avalia os padrões de manipulação da grande imprensa, o autor demonstra que desde o momento de seleção e divulgação da notícia já começa a operar a interferência dos meios na veracidade das informações prestadas. Enquanto escolhem, recortam e “empacotam” os fatos para vendê-los como notícias, jornais e revistas terminam apresentando-os sem suas interconexões, seus processos amplos, suas condições e movimentos, resultando na elaboração de um retrato estilhaçado do real²³⁶.

O efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade. Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade artificial, não-real, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real.²³⁷

Nas próximas páginas trataremos de analisar o conteúdo da imagem formulada por *Veja* a respeito da América Latina em geral, e da Argentina em particular, ao longo dos primeiros anos da década de 70. Ou seja, questionaremos, em contínuo diálogo com o que tem sido exposto até aqui, o que a revista “disse” e “calou” enquanto supostamente construíra sua versão honesta e isenta sobre a conjuntura continental. Esperamos conseguir demonstrar que, longe de constituírem um retrato fiel dos acontecimentos, aqueles relatos compunham a plataforma de difusão do programa do partido *Veja*.

²³⁵ CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward.S. *A manipulação do público*. São Paulo: Futura, 2003, p.360.

²³⁶ ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

²³⁷ *Ibidem*. p. 23-24.

3.2 “Esta América é um caos”: anticomunismo e Segurança Nacional nas publicações de *Veja*

Poucas imagens são capazes de transmitir com tanta intensidade o alheamento de alguém em relação ao seu objeto de interesse quanto a figura de um suposto habitante de outro planeta recém-chegado à Terra, espécie de forasteiro transcendental, desprovido de referências a respeito da complexa realidade em que está prestes a se inserir. Se levadas ao limite, as possibilidades do excêntrico episódio imaginado pelo editor de *Veja* nos permitem introduzir algumas das problemáticas que abordaremos ao analisar o conteúdo das imagens formuladas pela revista a respeito dos acontecimentos políticos, econômicos e mesmo culturais que tiveram lugar, ao longo dos anos 60 e 70, na América Latina em geral, e na Argentina em particular.

De certa forma, ao deparar-se com notícias sobre outros países, o leitor de um jornal ou de uma revista se encontra diante de uma limitação semelhante à do improvável marciano de *Veja* no que diz respeito a estar desprovido de certas referências prévias, pessoais ou compartilhadas, a respeito do que está sendo dito. Num cenário que apesar de marcado pela expansão dos meios de comunicação de massa, ainda não dispunha do volume de informações acessíveis, por exemplo, através da internet, a limitação era ainda maior.

É difícil imaginar o conjunto dos leitores de uma revista brasileira em 1970 possuindo uma grande quantidade de conhecimentos prévios a respeito, por exemplo, das polêmicas emplacadas no V congresso interno do *Partido Revolucionário de los Trabajadores* (PRT) argentino e que levaram a uma importante cisão em suas fileiras. Ou ainda, que conhecessem detalhes sobre a participação de Paz Estenssoro na Revolução Boliviana de 1952, e as minúcias do percurso que o levou até a presidência do país antes que fosse substituído por René Barrientos. Esses nomes, datas, os fatos que os vinculam a um contexto mais amplo, vão conformando um mosaico cheio de lacunas à medida que saltam das páginas da revista que em 28 de outubro de 1970 reproduzia uma suposta correspondência de Juan Alberto Camacho atestando-lhe a missão cumprida: “Sr. Diretor: Depois de ler tudo o que VEJA publicou sobre a Bolívia cheguei à conclusão de que a América Latina está sendo ameaçada pelas esquerdas”²³⁸.

²³⁸ CARTAS. Carta de Juan Alberto Camacho, Rio de Janeiro, GB. *Veja* ed. 112, 28/10/1970. p. 8.

Depois da leitura, era essa a sensação que lhe restava. Carla Luciana Silva demonstrou que diante da necessidade obter informações, e da impossibilidade de contrastá-las com outras fontes, ou com suas próprias experiências, os leitores tornam-se parcialmente reféns dos meios de comunicação no que diz respeito à obtenção de notícias internacionais.

Quando se trata da cobertura internacional há uma maior acriticidade, demarcada pela busca por informações que se origina do sentimento de humanidade geral, ou seja, as pessoas buscam saber o que está acontecendo no mundo como forma de sentir-se parte dele. No entanto, a dificuldade de acesso a informações confiáveis é muito maior, pois trata-se de lugares distantes, fontes difíceis, línguas desconhecidas²³⁹.

Nesse cenário, é ainda mais importante para o periódico que aquilo que ele publica pareça “verdadeiro”, “isento” ou ao menos factível para o seu leitor. Luis Felipe Miguel lança mão de um conceito proposto por Anthony Giddens para elaborar o estabelecimento de certo “pacto” de confiança entre o leitor e as notícias que consome na mídia. É o chamado “sistema perito”. Para o autor, trata-se de sistemas aos quais as pessoas em geral recorrem sem serem capazes de compreender o seu funcionamento técnico ou avaliar, a priori, sua eficácia.

Assim, o sistema perito exige, da parte de seus clientes ou consumidores, a *confiança* em sua competência específica. É o caso do jornalismo. O consumidor de informação que lê um jornal ou assiste a um noticiário não tem, via de regra, como checar se determinada reunião realmente ocorreu em Brasília, ou se um furacão realmente castigou a Ásia. Ele *confia* no jornal ou no noticiário. Esta incapacidade de comprovação independente é tão acentuada que chega a particularizar o jornalismo dentre os diversos sistemas peritos. Quando alguém sobe num avião, está confiando nos saberes especializados de engenheiros e mecânicos, que aquela aeronave materializa. Mas essa confiança está ancorada na experiência vivida, por ele ou por seus conhecidos, de viajar de avião e chegar ao destino. No caso do jornalismo, na maior parte das vezes, essa possibilidade não existe. A confirmação da confiança que concedo a um determinado noticiário não é dada por minha vivência, mas pelos noticiários concorrentes, que apresentam conteúdo similar²⁴⁰.

Esta pesquisa parte do entendimento de que as ditaduras de Segurança Nacional implantadas no Cone Sul ao longo do século XX atuaram como um instrumento de “reenquadramento daquelas sociedades fortemente mobilizadas”²⁴¹, e tiveram como principal intuito adaptá-las aos novos padrões de acumulação do capital, afastando a ameaça representada pela crescente organização da classe trabalhadora no período. Foram regimes

²³⁹ SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo José. *Estado e poder: abordagens e perspectivas*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

²⁴⁰ MIGUEL, Luis Felipe. *Política e Mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília: Plano Editora, 2002. p. 20-21. Grifos do autor.

²⁴¹ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil militar*. Porto Alegre, UFRGS, 2005 (História, Tese de doutorado).

marcados pela robusteza do aparato repressivo, mas não teriam se sustentado sem a capacidade de formular consenso a respeito do projeto que defendiam, e nesse sentido, veículos de comunicação como a revista *Veja* cumpriram um papel extremamente significativo.

Enrique Padrós, em um profundo trabalho de esclarecimento das premissas componentes da Doutrina de Segurança Nacional, suas estratégias de difusão, seus significados e consequências políticas para o continente naquele contexto, sublinhava que

Os conceitos básicos elaborados dentro do pensamento da Doutrina de Segurança Nacional (“inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contra-insurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais”, etc.) foram disseminados pelos países da região através de diversos mecanismos de transmissão (doutrinação militar, acordos na área do ensino, bens de consumo da indústria cultural)²⁴².

Analisando o discurso da *Veja* no período, não é difícil perceber seu alinhamento para com a maioria desses conceitos. Longe de se tratar de uma abstração totalitária, o ideário da Doutrina de Segurança Nacional, do qual a revista funcionou como partido, dizia respeito à implementação de um projeto político e econômico bem definido e assentou as bases para o enquadramento daquelas sociedades às necessidades estruturais do capitalismo.

Os regimes de SN (pese as singularidades de cada Estado nacional) foram o instrumento de reenquadramento dessas sociedades fortemente mobilizadas. Apesar da exposição do protagonismo militar e de certa autonomização conjuntural do mesmo, tais regimes representaram os interesses da fração burguesa que, hegemônica em termos internos, estava vinculada ao capital internacional como associada subordinada. Em termos econômicos, as ditaduras consolidaram, como características gerais, a internacionalização da economia, a aplicação das receitas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o crescimento do endividamento externo, a concentração de renda e a exploração das “vantagens comparativas” (sobretudo a baixa remuneração da força-de-trabalho).²⁴³

Para o continente de um modo geral, a segunda metade do século XX significou um período de acentuadas transformações. O aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações, sobretudo nos anos 50, associado ao intenso fenômeno das migrações campo-cidade, acirrou conflitos sociais em diversos países e incrementou o protagonismo das massas na luta por direitos nas décadas seguintes. Ao lado disso, a massificação dos meios de comunicação e a ampliação do acesso à educação primária e à

²⁴² PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança Nacional*, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil militar. Porto Alegre, UFRGS, 2005 (História, Tese de doutorado), p.20.

²⁴³ *Ibidem*, p.21-22, parênteses no original.

universidade favoreceram o processo de politização de jovens e trabalhadores cada vez mais envolvidos na luta por mudanças estruturais²⁴⁴.

Nesse sentido, Enrique Padrós demonstra que é impossível dissociar a magnitude do aparato repressivo utilizado por aqueles governos da necessidade de imposição dessas transformações.

Conhecendo a dinâmica, os objetivos e os interesses que estão por detrás das ditaduras de SN, é inaceitável a tentativa de dissociação entre os interesses econômicos e as práticas repressivas, como tentou delimitar o discurso tecnocrático. Este procurou marcar distância das políticas coercitivas do mesmo governo do qual fazia parte, tentando isentar-se das responsabilidades pertinentes. É fundamental, nesse sentido, não perder a perspectiva do fenômeno (...) Pelo contrário, reafirmamos sua relação intrínseca e subordinada ao processo de internacionalização da economia e de hegemonia do capital internacional e seus associados locais. Os mecanismos implementados pela violência estatal visaram as organizações e os indivíduos que podiam representar perigo de resistência ao projeto em andamento²⁴⁵.

Nos marcos da grande atenção depositada por *Veja* na política latino-americana ao longo de toda a década de 1970, foram publicadas longas reportagens destinadas a discutir os destinos políticos do continente, sempre alertando para os perigos da agitação vivida em países onde a esquerda alcançava o poder. Alguns dos aspectos da atuação pedagógica da revista tornam-se evidentes e a reprodução repetitiva do discurso anti-popular não parece deixar dúvidas sobre seu caráter partidário. A impressão deixada pela revista é a de que os governos de base popular representavam interesses estrangeiros, alinhados a Moscou e que a opção por saídas à esquerda representava “sair da frigideira para cair no fogo”.

“A Bolívia de hoje”, diz Pedro Cavalcanti da Editora Internacional de VEJA, “lembra o Brasil nos últimos meses do governo de Jango”. Pedro acaba de voltar de La Paz onde passou duas semanas entrevistando personalidades políticas bolivianas, *registrando fatos*, recolhendo impressões para a reportagem de capa desta edição. A Bolívia é um *típico país hispano-americano*, de história densamente povoada por “caudillos” e oligarcas e que, *de repente*, depois do último golpe, parece disposta a mudar de rumos- para sair da frigideira e cair no fogo²⁴⁶.

No editorial de uma edição que tinha como capa um questionamento retórico a respeito da política no país vizinho – “Bolívia: um vizinho comunista?”²⁴⁷ – é possível

²⁴⁴ PEREZ, Cláudio; POZZI, Pablo. *Por el camino del Che: Las guerrillas latinoamericanas: 1959-1990*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011.

²⁴⁵ Ibidem, p.29.

²⁴⁶ CARTA ao Leitor. *Veja*, ed. 72, 21/01/1970. p.17.

²⁴⁷ CAPA. *Veja*. Bolívia: um vizinho comunista? ed. 72, 21/01/1970.

perceber algumas posturas que mostraram-se recorrentes nas publicações da revista ao longo do período pesquisado.



Capa. *Veja*. Ed.72, 21/10/1970

De saída, *Veja* reivindica autoridade em relação ao que será relatado: Pedro Cavalcanti esteve duas semanas em La Paz, tempo supostamente suficiente para conversar com “diversas personalidades políticas bolivianas”. As informações que saíram publicadas naquele número, segundo faz saber a Carta ao Leitor, foram também “recolhidas” e “registradas” nessa ocasião. Não há participação ativa do repórter na interpretação dos acontecimentos, ele apenas traz consigo, como um souvenir, aquilo que viu e ouviu. Diferentemente das informações referentes a outros países e contextos, obtidas através de agências internacionais de notícia, diante de acontecimentos que julgava decisivos para a América Latina, a revista fez sempre por onde enviar seus próprios repórteres. A partir disso, a conclusão sugerida expõe uma percepção fortuita dos acontecimentos: de repente, um golpe de estado. Além disso, sendo um exemplar “típico” dos países hispano-americanos, a Bolívia podia ser, inclusive, comparada a qualquer outro deles em sua sina inevitável: “contamos aonde chegaram os primeiros passos que a Bolívia de Ovando deu a caminho do fogo. Tudo indica que lhe falta pouco para cair nele, sem remédios”²⁴⁸.

Não há complexidade, não há contraditório e nem processo histórico, há apenas um acontecimento repentino que guia o país rumo à catástrofe. A comparação com a situação brasileira antes do golpe de 1964 também não deve parecer casual. O projeto de superação de um passado “populista”, “corrupto” é uma das marcas das ditaduras de segurança nacional implantadas naquele período.

Em outubro do ano anterior a revista já tinha dado mostras de sua forma de apreensão da realidade latino-americana, resumindo em umas poucas linhas alguns anos da história da Bolívia:

²⁴⁸ CARTA ao Leitor. *Veja*, ed. 72, 21/01/1970. p.17.

E, quando as primeiras medidas nacionalistas do novo Governo começaram a circular na manhã do golpe, falou-se imediatamente em um novo General Alvarado, como se o espírito nacionalista tivesse viajado, através dos Andes, de Lima até La Paz. (...) Mas a verdade é que o programa apresentado por Ovando Candia – nacionalização das indústrias básicas, maior tributação sobre os lucros do petróleo e moralização pública – é o mesmo anunciado por Barrientos quando tomou o poder em 1964 e quase o mesmo que Paz Estensoro usou como lema da revolução de 1952. *A monótona repetição dos ideais revolucionários significa a impossibilidade prática de sua realização*²⁴⁹.

Novamente, o processo político de acirramento das lutas de classes, as disputas entre projetos revolucionários, reformistas e conservadores no continente é resumido a um “espírito nacionalista” que houvesse talvez viajado do Peru à Bolívia sem maiores explicações. Além disso, um programa de governo voltado ao desenvolvimento nacional, em oposição à política intervencionista norte-americana, é apresentado como a monótona repetição de ideais impraticáveis em que “os generais recomeçam eternamente a mesma revolução impossível”²⁵⁰.

A partir de setembro de 1970, as notícias a respeito do continente orbitaram entre alguns temas principais: a luta armada, os governos de base popular na Bolívia e no Peru, a vitória do socialista Salvador Allende no Chile e algumas questões diplomáticas envolvendo o Brasil e os outros países cuja relevância nem sempre é fácil de identificar, apesar do tratamento destacado que mereceram por parte da revista.

A vitória de Allende foi apresentada pela *Veja* como um grande perigo. Apresentado em seu recorrente invólucro de casualidades, o acontecimento seria parte de uma “onda” esquerdista nos Andes que ameaçava pintar com tinta vermelho-sangue todo o restante do continente. Aqui, a revista lança mão de outra estratégia discursiva recorrente: dirige-se ao leitor como se este já estivesse de acordo com o que será publicado não sendo, portanto, preciso convencê-lo. As afirmações taxativas interditam questionamentos:

Com a brutalidade das coisas inesperadas, as eleições chilenas destruíram um mito político de meio século e envolveram as capitais dos dois lados do mundo num estranho nevoeiro de perplexidade. (...) De fato, a vitória de Allende criou no Chile um sentimento nacional de perplexidade, de dúvida quanto ao futuro²⁵¹.

O mito a que a revista faz referência diria respeito à solidez das instituições políticas e democráticas do Chile agora ameaçadas pela vitória socialista. Se parece acertado dizer que a burguesia internacional e seus associados chilenos viram com grande apreensão o sucesso

²⁴⁹ GOLPE na Bolívia. *Veja*. ed. 56, 01/10/1969. p.40.

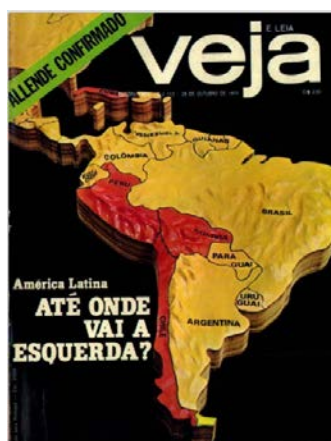
²⁵⁰ *Ibidem*, p.41.

²⁵¹ OS CAMINHOS do Chile. *Veja*. ed. 106, 16/09/1970. p.38.

eleitoral de Allende, a afirmação de que se instalara um sentimento de perplexidade e dúvida não é generalizável para todo o país: por certo, para o grande número de apoiadores do novo presidente no campo da esquerda, a ocasião foi vivida com sentimentos bem mais animadores. No entanto, a revista insiste em considerar que “Durante toda a semana passada, com efeito, tornou-se claro que uma grande parte da população considera o golpe de Estado como a única solução política aceitável para o Chile de hoje”²⁵². Colocar suas próprias previsões ou projetos políticos na voz de um sentimento nacional difuso, de inexpressivos “especialistas” ou de uma amorfa “grande parte da população” foi uma das estratégias mais utilizadas por *Veja* para associar legitimidade ao que estava sendo publicado, e para apontar rumos que julgava adequados sem se deslocar de sua tão reivindicada isenção.

Diante de uma vitória do campo da esquerda, mesmo as suas supostas convicções liberais e democráticas vacilam. São substituídas pelo prognóstico, que é também um “aviso de incêndio”, segundo o qual o Chile “ameaça agora transformar-se no foco da nova violência, confirmando talvez a expressão desencantada de Simón Bolívar: ‘Esta América é um caos’”²⁵³.

Como centro das atenções de *Veja* durante os números de setembro a novembro de 1970, Peru, Chile e Bolívia foram constantemente apresentados como perigoso “foco de contágio”²⁵⁴ para o restante do continente.



Capa. *Veja*. Ed.112, 28/10/1970

Numa edição em cuja capa aparecem os três países tingidos de vermelho diante do questionamento “até onde vai a esquerda”, a revista alertava

²⁵² OS CAMINHOS do Chile. *Veja*. ed. 106, 16/09/1970. p.38.

²⁵³ *Ibidem*, p. 44.

²⁵⁴ *Veja* repete essa expressão em todas as suas notícias a respeito do assunto.

Mais que isso, toda a América Latina passará a constatar se outros tempos, tempos incertos de esquerda, estarão de fato se iniciando no continente. (...) o Peru e a Bolívia, com maior ou menor seriedade, se aprofundam progressivamente na sua linha “nacionalista de esquerda” – de desfecho ainda nebuloso mas, certamente, sem nenhuma relação com os regimes anteriores, liberais ou dominados por caudilhos. E o esquerdismo latino-americano, que durante a década de 60 esteve confinado em Cuba, poderá, nos anos 70, tomam novos contornos junto à cordilheira andina²⁵⁵.

Em 11 de novembro daquele ano, a revista ainda alertava para o fato de que “A experiência chilena da Unidade Popular, que levou um governo marxista ao poder no palácio de La Moneda, ameaça tornar-se atualmente o vírus de mais rápido contágio entre os grupos de esquerda do continente latino-americano”²⁵⁶. Em um trabalho recente, Carla Luciana Silva demonstrou o sentido ocupado pela utilização de um vocabulário que naturaliza as contradições do capitalismo na construção dos discursos elaborados pelo jornalismo econômico. Em certo sentido, suas conclusões são também extensíveis ao tratamento dado aos processos de luta e ação política que retratados sempre como “ondas”, “tempestades”, “ventanias”, componentes naturais de uma ordem que, estabelecida, não deve ser contestada:

Parece ser mais fácil e mais aceitável falar em “contágio”, algo que se transmite como uma doença, como se a doença em si não pudesse ser controlada. É uma solução para evitar falar em processo e relações sociais. São formações discursivas presentes com muita frequência no noticiário econômico, sobretudo no texto de *Veja*, que não abre espaço para qualquer fala divergente²⁵⁷.

Assim, apesar de as décadas de 60 e 70 terem sido momentos em que a ordem capitalista internacional foi amplamente contestada por projetos das mais variadas estirpes e profundidades, e de as sociedades, sobretudo na América Latina, terem experimentado momentos de intensa transformação política, em *Veja*, tudo não passava de ocorrências ambientais:

os ventos da política ameaçam varrer todos os cálculos das mesas dos economistas²⁵⁸.

A semana passada parecia indicar que, para o governo do general Alejandro Agustín Lanusse a chegada da primavera na Argentina faria *florescer*, principalmente, *crises*²⁵⁹.

²⁵⁵ UM TOM vermelho nos Andes: Santiago, Lima, La Paz: até onde a chega a esquerda? *Veja*. ed. 112, 28/10/1970. p. 28.

²⁵⁶ URUGUAI: Contágio Político *Veja*. Ed. 114 – 11/11/1970, p.42.

²⁵⁷ SILVA, Carla Luciana. Jornalismo Econômico: História dos vencedores. In: CORREA, M.L., CHAVES, P.A. & BRANDÃO, R.V.M. (orgs.) *História econômica e imprensa*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016, p. 284.

²⁵⁸ ARGENTINA: os cálculos já não servem. *Veja*. Ed. 54 – 17/09/1969. p.55.

²⁵⁹ AMÉRICA LATINA. *Veja*. ed. 176, 19/01/1972. p. 28.

Nem mesmo o país mais setentrional da América Latina, o México, esteve ao abrigo da *tempestade de violência* que atingiu o continente na quinzena inaugural de 1972²⁶⁰.

Não mais, como antes, para ver se elas estariam guardadas por tanques, numa espécie de consulta a um infalível barômetro, indicador de *tempestades políticas*²⁶¹.

Wilson Palhares, especialista de América Latina da seção Internacional, é um veterano de coberturas em Buenos Aires, para onde regularmente se desloca sempre que o *termômetro* argentino registra *elevações de temperatura*²⁶².

A *febre*, em Buenos Aires, continua subindo²⁶³.

Após o golpe militar no Chile, o combate às esquerdas em vários países do continente entrou em *ebulição*²⁶⁴.

Novas organizações criminosas estavam *brotando* no vasto *canteiro de terror* argentino²⁶⁵.

Nestes três anos embebidos em dúvidas, equívocos e violências, VEJA foi registrando uma progressiva *elevação da temperatura chilena*²⁶⁶.

E, ante o *maremoto* de conflitos trabalhistas que *explodiu* depois de 1º de julho²⁶⁷.

Outra estratégia recorrentemente utilizada pela revista para ocultar a complexidade do processo histórico foi a desqualificação pessoal – muitas vezes leviana – de personalidades vinculadas a organizações populares e governos de esquerda. Pitorescos, atrapalhados e incapazes, sua existência é inserida num quadro mais amplo de estigmas relacionados à América Latina onde os sujeitos atuavam sempre por impulso, de forma irrefletida ou idiotizada. Torna-se difícil compreender, inclusive, que tipo de percurso teriam traçado para alcançar o poder. Exceções abertas, por certo, aos agentes do conservadorismo, sempre retratados como elegantes, ponderados, eruditos – Pinochet tem figura de touro e serenidade jovial²⁶⁸; e Rafael Videla ponderado e elegante, por exemplo. Assim, erguia-se um “sem sentido” ao redor dos projetos políticos que desafiavam a ordem e o cenário de trabalhadores assumindo o poder era substituído pela imagem de patetas imprevisíveis.

Mas já se observa no Chile uma reação contra uma possível tendência do governo de escolher funcionários mais pela pureza de seu espírito revolucionário do que por seus dotes intelectuais. Sobre os ministros de origem proletária correm em Santiago várias histórias pouco generosas. Um deles teria encomendado 1000 envelopes redondos “para enviar circulares”. Outro – o da Fazenda – teria revirado todo o

²⁶⁰ Ibidem, p. 29.

²⁶¹ ARGENTINA: vontade de mudar. *Veja*. ed. 236, 14/03/1973. p. 34.

²⁶² CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 248, 06/06/1973. p. 17.

²⁶³ CARTA ao Leitor. *Loc. cit.*

²⁶⁴ AMÉRICA LATINA: indícios. *Veja*. ed. 266, 10/10/1973. p. 36.

²⁶⁵ ARGENTINA: Peronismo sem paz nem união. *Veja*. 6/02/74, p.46

²⁶⁶ CARTA AO LEITOR. *Veja* dd.285 20/02/74, p.17.

²⁶⁷ ARGENTINA: O DEBATE NA RUA. *Veja*. ed.310 14/08/74, p.54.

²⁶⁸ QUADRO: Não podemos tolerar a subversão. 20/02/74, p.50.

Ministério em busca dos pesos da balança de pagamentos. O mais infeliz, no entanto, ainda é o caso do ministro do Trabalho que ficaria horas sentado em seu gabinete à espera de que a sirena indicasse o fim do expediente²⁶⁹.

A análise dos números publicados entre 1969 e 1973 esclarece a forma como a revista, durante o período pesquisado, se esforçou no sentido de influenciar a percepção dos leitores acerca do cenário político regional, ressaltando o caráter conflitivo e indesejado da mobilização popular, alimentando a “cultura do medo”²⁷⁰ e sustentando a sensação de perigo iminente²⁷¹. A elaboração da imagem de uma América Latina caótica, cujo cotidiano estaria recheado por personagens insólitos e caricatos, foi utilizada pela revista como um espelho distorcido da realidade brasileira, na medida em que a partir dela, tratava de apontar rumos a seguir e a evitar. O “incêndio” alardeado pelo semanário em diversas ocasiões, ocuparia, num primeiro plano, esse lugar sinônimo de desordem a ser contida, de ameaça que se dissemina.



Capa. *Veja*. Ed. 39, 04/06/1969.

Nos limites daquele contexto, isso podia significar o apoio à atuação de agentes “extintores” – palavra ambígua – informados pelas DSN. Por isso mesmo, era preciso sublinhar a existência de um inimigo interno sem, contudo, descartar suas ameaçadoras conexões exteriores. A esse respeito, Marina Franco afirma que

A construção desse “outro” diferente – nutrida pela DSN – definiu a “subversão” como uma conspiração de origem marxista, de caráter global e integral que não estava limitada por fronteiras geográficas e que, instalada dentro das fronteiras nacionais, ameaçava a própria Nação em sua continuidade. Assim, as Forças Armadas eram as legítimas defensoras dessa Nação e a “subversão” e o “caos” funcionavam como uma “autolegitimação patriótica” da missão militar²⁷².

²⁶⁹ CHILE: medidas populares. *Veja*. ed. 123, 13/01/1971. p. 39.

²⁷⁰ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil militar*. Porto Alegre, UFRGS, 2005 (História, Tese de doutorado), p.82.

²⁷¹ SILVA, Carla Luciana. *op.cit.*.

²⁷² FRANCO, Marina. La ‘campaña antiargentina’: la prensa, el discurso militar y la construcción de consenso. In: CASALI DE BABOT, Judith e GRILLO, María Victoria (orgs.). *Derecha, fascismo y antifascismo en Europa y Argentina*. Tucumán: Universidad de Tucumán: 2002. p.223. Tradução Livre.

Nesse cenário, a persistência da luta armada foi tratada sempre como um problema grave. Numa linguagem que em muitas ocasiões explicitava de forma consistente sua vinculação às premissas da DSN, o semanário tratou de difundir uma profunda contrariedade para com a existência desses adversários políticos alertando para a existência ameaçadora de exemplares semelhantes nos países vizinhos. Os envolvidos com a luta armada eram apresentados como lunáticos em sentido quase literal, à medida que eram também responsabilizados pelo fluxo das “marés montantes de violência” que teimavam em abater-se sobre o continente.

As Fôrças Armadas brasileiras são as maiores da América Latina (cêrca de 250 000 profissionais de carreira nas três armas – Exército, Marinha e Aeronáutica – além de um número aproximado de 200 000 recrutas que todos os anos passam pelos quartéis). Se todos os inimigos da Pátria pudessem ser colocados do outro lado da fronteira, essa força teria uma clara e única função: impedir que êles roubassem um pedaço do nosso mapa. O que acontece, porém, se o inimigo mais perigoso estiver dentro do País, como o subversivo, que quer destruir as Fôrças Armadas e o regime político por meio da guerrilha no campo e na cidade, do roubo de bancos e quartéis e da propaganda comunista? As coisas se complicam, claro. (...) Então, dos três adversários da Pátria – miséria, ameaça de fronteira e subversão – restam apenas os amigos de Guevara, Lênin e Mao contra a segurança nacional e as Fôrças Armadas²⁷³.

A atuação das organizações armadas foi, portanto, abordada em uma chave que não ultrapassou jamais sua definição enquanto uma prática terrorista e despropositada. Nesse sentido, para a revista, se podia falar “em violência gratuita, como se os bandos de moleques, que antigamente se compraziam em sair pelas ruas destruindo a pedradas as lâmpadas dos postes, agora começassem a correr o mundo sequestrando pessoas e queimando aviões”²⁷⁴.

A Guerra Fria, as revoluções e lutas de libertação no continente africano e, mais drasticamente, a Revolução Cubana, rondavam como um espectro o continente nesse período, e terminaram por interferir definitivamente nos seus rumos. A manutenção do regime capitalista viu-se radicalmente desafiada, o que cobrou das burguesias locais uma reconfiguração “que permitisse enfrentar com novas lógicas a arremetida dos distintos projetos políticos”²⁷⁵ que emergiam dessas transformações. Em muitos casos, com o apoio dos Estados Unidos, a saída encontrada foi o abandono sem ressalvas da “normalidade democrática”.

²⁷³ ONDE está o inimigo da pátria. *Veja*. ed. 53, 10/09/1969. p. 34.

²⁷⁴ A VIOLÊNCIA sem rumo: os sequestradores e sua estranha moral. *Veja*. ed. 107, 23/09/1970. p. 46.

²⁷⁵ A VIOLÊNCIA sem rumo: os sequestradores e sua estranha moral. *Loc. cit.*

No que tange aos partidos e organizações de esquerda, a vitoriosa experiência cubana definiria novos rumos à sua atuação na América Latina ao longo dos anos 60 e 70. A partir do sucesso dos guerrilheiros da Sierra Maestra, movimentos em todo o continente passaram a considerar a possibilidade de que as forças populares fossem capazes de, com a adequada direção, vencer uma guerra contra um exército nacional. Além disso, a perspectiva defendida pelos Partidos Comunistas alinhados a Moscou de que a Revolução se daria através da gradativa superação de etapas, pareceu desafiada: difundiu-se muito fortemente a ideia de que a criação de um foco insurrecional poderia criar as condições para a derrubada do capitalismo.

Apesar de que cada país o tenha vivido a seu modo, este foi um fenômeno mais ou menos generalizado no continente. A Revolução realizada por fora das arestas da ortodoxia soviética pareceu dialogar com o sentimento de muitos dos trabalhadores e estudantes já então decepcionados com a burocracia dos PCs. Grupos que viriam a ser chamados de “nova esquerda” conheceram então um crescimento significativo e marcaram de sobremaneira o desenvolvimento e a organização das lutas sociais ao longo de, pelo menos, três décadas do século XX. Guevaristas, trotskistas, maoístas, socialistas libertários e muitas outras vertentes, devedoras ou não do marxismo, passaram a protagonizar as mais notáveis experiências de reação e resistência àquela fase do capitalismo.

Nesse cenário, a guerrilha foi tratada por *Veja* como um problema generalizado, representativo da desordem instalada no continente. Não era apresentada em suas dinâmicas próprias, contradições e polarizações, mas como uma grande mácula ao momento político de vários países latino-americanos. Assim, a revista mescla propositalmente em seu relato as experiências guerrilheiras de distintos países, não hesitando em divulgar informações incorretas ou incoerentes a seu respeito.

Até 1971, os Tupamaros foram o principal alvo das críticas de *Veja*, no que diz respeito às ações armadas. O movimento, surgido em meados dos anos 60 fortemente vinculado aos trabalhadores açucareiros de *Bella Unión*, experimentou um rápido crescimento ao longo dos seus primeiros anos de existência, tendo se consolidado como uma das organizações político-militares de atuação mais efetiva no continente até os primeiros anos da década de 70. Sempre sublinhados por características patológicas, segundo a revista teria sido “no Uruguai, entretanto, que as possibilidades psicológicas do terror fantasiado de aventura filantrópica e do sequestro como arma política mostraram inicialmente sua existência”²⁷⁶. Apontados como semente do mal guerrilheiro, os Tupamaros foram recorrentemente

²⁷⁶ A NOVA lei do terror. *Veja*. ed. 83, 08/04/1970. p. 36.

recuperados pela revista associados à violência política em diversas outras nações, inclusive o Brasil. Nessa perspectiva, o que prevalece é a ideia de possível contágio de uma praga em disseminação.

O terrorismo nasceu nas cidades latino-americanas quando o estudante de direito Raul Sendic, em 1962, transformou a mobilização de um grupo de trabalhadores de cana no norte do Uruguai no grupo armado que se refugiou em Montevideu com o nome de Tupamaros. Foram eles que inauguraram a era de assaltos a bancos que entraria em vigor no Brasil no segundo semestre de 1967. Com eles também começou a técnica de sequestro político (Ulysses Reverbel, presidente da Companhia de Telefones, e Pellegrini Giampietro, banqueiro) que seria aperfeiçoada pelos terroristas brasileiros em setembro de 1969, quando o Embaixador Elbrick foi sequestrado²⁷⁷.

Sua atuação foi constantemente descontextualizada, e o conteúdo de seu programa político soterrado pelas reiteradas formas de condenação. Mesmo quando surgem explicações a respeito da filiação ideológica e da composição política das organizações, o que fica patente é a diluição das diferenças na construção generalizada de uma atuação despropositada, sem sentido. De acordo com a revista, “o estabelecimento desse clima de insegurança dentro do anonimato das cidades” teria sido “o principal objetivo dos terroristas quando adotaram a técnica da guerrilha urbana”²⁷⁸. Desse modo, para *Veja*, “O grande e agressivo T dos tupamaros, os guerrilheiros uruguaios, é o símbolo da paz perdida por um país que já foi definido como a Suíça da América do Sul”²⁷⁹.



Capa. *Veja*. ed. 101, 12/08/1970

Aparecem com clareza os vínculos do programa defendido pela revista para com a Doutrina de Segurança Nacional. Ao chamar a atenção para os perigos da subversão,

²⁷⁷ SEQUESTRO: o dilema da política contemporânea. *Veja*. ed. 80, 15/04/1970. p.34.

²⁷⁸ URUGUAI: causa e feito *Veja*. ed. 80, 18/03/1970. p.54.

²⁷⁹ CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 101, 12/08/1970. p. 15.

sublinhando a necessidade de contê-la, *Veja* demonstrava que a famosa publicação de críticas às práticas de tortura em suas páginas podia conviver com uma desconcertante argumentação em relação ao estabelecimento da pena de morte

O fato de que todos os homens são falíveis e imperfeitos não invalida, é claro, a condenação à morte. Na prática, sempre a sociedade procedeu como recomendava Santo Tomás de Aquino, na Idade Média: amputando seus membros infeccionados para salvar todo o organismo social. Quando a doença se alastra demais, a solução é cirúrgica, parecia dizer o autor da “*Summa Theologica*”. Os militares costumam comparar a subversão a um câncer que corrói o organismo social. Depois de todas as punições de 1964, acreditava-se que vastas doses de penicilina aplicadas no País doente teriam conseguido dar-lhe novamente a saúde. Agora, com o novo surto subversivo, e particularmente com o rapto do Embaixador, parece ter havido uma recaída. Teria chegado a vez da cirurgia²⁸⁰.

As conclusões são ainda mais impactantes se aproximadas aos questionamentos levantados pela revista alguns meses mais tarde, ao final dos quais volta a solicitar soluções “médicas”.

Como nos tempos dos corsários e nas épocas de guerra, a política se transforma numa aposta simples e direta em torno da pessoa humana. Mas até que ponto o Estado pode perder? A América Latina é talvez o pior lugar do mundo para se fazer esse tipo de pergunta. (...) O rapto político, que volta à moda nos dias de hoje, não vai derrubar nenhum governo e os sequestradores sabem disso. Mas, a cada dia que passa, os limites de sua ação parecem atingir mais fundo a tranquilidade do Estado moderno²⁸¹.

A escalada das duas últimas semanas mostra que, se não for encontrado um remédio a tempo, a América Latina pode entrar numa era de crises cada vez mais frequentes e cada vez maiores²⁸².

Ao longo do próximo item, ao analisar os discursos de *Veja* a respeito da política Argentina nesse período, será possível reforçar parte da argumentação que temos elaborado até aqui. Num cenário que é apresentado como de absoluta desordem, em que personagens ilógicos sobrepõem-se a acontecimentos acidentais numa argumentação que busca convencer o leitor da necessidade de implementação, em todo o continente, de projetos restritivos que permitam o avanço do capitalismo em tranquilo alinhamento com a política *yankee*.

²⁸⁰ A PENA de morte. *Veja*. ed. 54, 17/09/1969. p. 26.

²⁸¹ A NOVA lei do terror. *Veja*. ed. 83, 08/04/1970. p. 34.

²⁸² *Ibidem*, p.36.

3.3 O perigo mora ao lado: a Argentina nas páginas da revista *Veja* (1969-1973)

As longas considerações feitas até aqui a respeito da cobertura internacional de *Veja* serão úteis para localizar suas formulações a respeito da Argentina num quadro mais amplo de interpretação a respeito da América Latina. Embora tenha sido tratado com maior atenção e as referências aos acontecimentos no país vizinho tenham merecido maior grau de detalhamento por parte do semanário, em parte pelo interesse econômico e pela relevância na geopolítica regional, repetem-se, também nesse caso, as estratégias de difusão programática da DSN, com um alto grau de manipulação e falsificação do sucedido.

A escolha do ano de 1969 como baliza inicial para essa pesquisa obedece fundamentalmente à ocorrência de um evento da maior importância na História da Argentina: o *Cordobazo*. Na esteira de inúmeras manifestações operárias e estudantis que ocorreram em todo o território nacional naquele “ano raivoso”²⁸³, o mês de maio assistira a protestos nas cidades de Salta, Corrientes e Rosario, onde a repressão policial deixara um saldo de quatro mortos entre os manifestantes. A comoção generalizada levou à organização de um ato em solidariedade às vítimas na capital cordobesa, uma das mais industrializadas do país. Segundo Pablo Ponza:

A adesão na província foi massiva tanto por parte dos empregados públicos quanto dos de empresas privadas. Às dez da manhã, desde a periferia e dos quatro pontos cardeais, as colunas de trabalhadores começaram a descer a pé em direção ao centro da cidade onde estava previsto o ato principal. A presença dos operários das montadoras Fiat, Transax, ILASA, entre outras, foi intensamente apoiada pelas organizações estudantis²⁸⁴.

Sem dúvidas, aquele não foi um fato isolado, mas o ponto alto da insatisfação de uma população decidida a manifestar, sem mediações, seu descontentamento com o governo ditatorial²⁸⁵. Sobre isto, o historiador Luis Alberto Romero afirmaria: “em 29 de Maio de 1969, a sociedade argentina se pôs em movimento”²⁸⁶. De fato, o *Cordobazo* definiu um ponto de inflexão na política argentina daquele período, mobilizando vastos setores sociais e

²⁸³ PONZA, Pablo. *Intelectuales y violencia política (1955-1973)*: Historia intelectual, discursos políticos y concepciones de lucha armada en la Argentina de los sesenta-setenta. Córdoba: Babel, 2010.

²⁸⁴ Ibidem. p.205.

²⁸⁵ Ibidem. p.207.

²⁸⁶ ROMERO, Luiz Alberto. La primavera de los setenta. In: TCHACH, César (org). *La política em consignas*: memorias de los setenta. Rosario: Homo Sapiens, 2003.

dando início a um processo de organização popular que só seria interrompido pela barbárie do Terrorismo de Estado (TDE) implantado pelo “processo” de 1976. Em certa medida, este trabalho indaga as visões de um periódico brasileiro de circulação crescente a respeito deste “movimento” iniciado em Córdoba e interrompido pelo golpe. Segundo Romero:

É difícil encontrar algum espaço da sociedade que não haja sido tocado, em alguma medida, por este impulso renovador. Seus animadores se consagraram a buscar novas formas de desenvolver sua atividade, nas que se uniram o rechaço à ditadura e o imperialismo com o desenvolvimento de um projeto para uma nova sociedade. O impulso foi tão grande, que todo problema particular parecia ser parte de um único problema comum. De um modo ou outro, esses movimentos contestatórios confluíam regularmente em um espaço comum: a manifestação nas ruas, na que o particular se fundia ao coletivo²⁸⁷.

Na edição de 4 de junho de 1969, quando da irrupção dos protestos nas três cidades argentinas, *Veja* elaborou uma reportagem em que inseria tais acontecimentos numa série mais ampla de distúrbios, inclusive contrários à visita de Rockefeller àquele país (Rocky, para a revista) numa matéria intitulada “A violenta América Latina”²⁸⁸.

Azul, branca e azul, com seu grande sol dourado, a bandeira argentina atravessou as barricadas na noite fria, avançou contra os policiais e começou a bater. Madeira e pano foram lançados contra os capacetes de aço brilhante, derrubaram revólveres e cassetetes, dispersaram gases – quase venceram. Assustados, os policiais recuaram lentamente.²⁸⁹

Operando uma inversão pouco verossímil dos acontecimentos, a revista sugere que a bandeira dos manifestantes, em radical prosopopeia, teria assumido uma autonomia capaz de “derrubar”, “bater”, “avançar”, e o que é mais destacável, “assustar” os policiais responsáveis pela dispersão dos protestos. Assim, como sugerido desde o título da notícia, a responsabilidade pelo confronto e pelo saldo de centenas de feridos e dezena de mortos é sutilmente depositada na conta dos manifestantes. Traçando um histórico dos levantamentos populares argentinos no período, *Veja* levantava sobre eles um questionamento: “Por que tantas vitórias dos manifestantes? Porque eles só recuavam quando um dos seus caía morto?”²⁹⁰, questão para a qual supostamente encontrava resposta na opinião do então governador cordobês, Roberto Avellaneda: “os estudantes e operários foram comandados por hábeis agitadores profissionais”²⁹¹.

²⁸⁷ ROMERO, Luiz Alberto. *Op. cit.*

²⁸⁸ A VIOLENTA América Latina. *Veja*. ed. 39, 04/06/1969. p.26.

²⁸⁹ *Ibidem*, p.27.

²⁹⁰ *Ibidem*, p.29.

²⁹¹ *Ibidem*.

A reprodução da fala de um representante do poder público desafiado pelos levantamentos não é mera casualidade. O silenciamento ou menosprezo pelas vozes dissonantes, nesse caso a de sindicalistas ou jovens universitários envolvidos nas manifestações, foi uma estratégia recorrente na construção de um caráter aleatório, espasmódico, sem-sentido, atribuído à mobilização popular radicalizada e uma das formas encontradas pela revista para dar legitimidade a sua representação da realidade. Suas fontes seriam sempre oficiais, isentas, indispensáveis, apesar de não haver espaço para o contraditório.

João Batista de Abreu demonstrou que esse era também um procedimento utilizado no caso da luta armada brasileira. Segundo o autor:

O tipo mais frequente de silêncio é o da seleção das fontes, em que se privilegia um enfoque ou algumas versões do fato, principalmente a versão oficial, e se ignoram outras, sobretudo a de pessoas de baixo nível de instrução, de lugar socialmente inferior, ou – no caso do regime militar – de pessoas que adotavam posições (e práticas) ideológicas radicalmente contrárias ao sistema. Assim, no período estudado, as notícias referentes a ações da guerrilha, principalmente da guerrilha urbana, como sequestros, ataques a quartéis e assaltos a banco, ficavam restritas, na maior parte das vezes, à versão oficial²⁹².

O enfrentamento ao governo de Juan Carlos Onganía foi cada vez mais potente a partir do *Cordobazo*. No poder desde o golpe de estado de 1966, Onganía foi o primeiro militar alçado à presidência pela autoproclamada “Revolução Argentina” e seria substituído pouco tempo mais tarde por Roberto Levingston e Agustín Lanusse. Em linhas gerais, esse foi um processo político que encontra similaridades para com o que acontecia àquela altura no Brasil. Representando os interesses de setores da burguesia industrial e do capital internacional, aqueles governos apoiaram-se num forte discurso anticomunista, antiperonista e de defesa das instituições – presentes os conceitos da DSN – para impor graves restrições às liberdades individuais e coletivas e, principalmente, às margens para a participação popular.

O elemento comum dos setores que apoiavam a Revolução, as camadas mais elevadas dos setores oligopólios, tanto nacionais como transnacionais, assim como dos setores militares e da tecnocracia de bacharéis que majoritariamente faziam parte dos quadros do governo, em qualquer de suas diversas variantes políticas, era o anticomunismo mais ferrenho. Este elemento conjugava-se perfeitamente com a “austeridade bagunceira e o puritanismo agressivo” (ROUQUIÉ, 1987) de boa parte da sociedade argentina e com a obsessão hipócrita pela ordem moral dos militares e dos religiosos. A pretexto de barrar a penetração marxista, o governo empenhou-se em uma repressão mesquinha que punha sob as tesouras da censura a mídia, o cinema, o teatro, os costumes, os cabelos compridos, e o namoro em público. O

²⁹² ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p.192.

padrão moral era dado pelo catolicismo de direita e tudo que se afastasse disso era considerado subversivo ou perigoso para a segurança nacional²⁹³.

Durante os anos anteriores à década de 70, em contraposição aos níveis de coerção crescentes, com movimentos de maior ou menor impacto, os trabalhadores colocaram em marcha um processo de superação das direções sindicais pelegas que naquele então apoiavam o governo, no intuito de dar visibilidade às suas demandas. Seja com a participação em grandes manifestações como o *Cordobazo*, ou causando danos à produção fabril, todo o clima deixava claro que a experiência de luta da classe operária já consolidada ultrapassava os limites de uma direção que não se comunicasse com seus interesses. A radicalização deste processo levou a uma crise das antigas formas de organização e foi justamente o principal vetor de fortalecimento dos grupos da chamada nova esquerda com suas distintas plataformas. Sobretudo quando depois do *Cordobazo*, em 1969, colocou-se a necessidade de traçar táticas adequadas para dirigir aquele auge das massas e a experiência regional associada aos já mencionados exemplos internacionais, estimulou a criação de organizações político-militares de esquerdas decididas a derrubar o capitalismo através da luta armada.

Essas experiências foram acompanhadas pela revista *Veja* com apreensiva atenção e descritas com o mesmo tom entre desdenhoso e condenatório que marcou suas publicações sobre organizações dos trabalhadores e mobilizações populares. Assim, o surgimento da guerrilha urbana é enquadrado num cenário mais amplo e geral que procurou apresentar a Argentina como país caótico e desordenado: “com essa tradição de sindicalismo e violência, não é de se estranhar que a argentina tenha aderido à linha dos guerrilheiros urbanos que procuram intervir na política despertando simpatias à custa de um disfarce de aventura e cavalheirismo”²⁹⁴.

Além de tentar esvaziar o conteúdo político das lutas guerrilheiras em suas publicações, o semanário parece ter contribuído para difusão de uma enorme confusão a seu respeito. A divulgação de informações truncadas, contraditórias entre um número e outro, desconstruídas, parece ter sido uma forma de manter a luta armada oculta por detrás de uma nebulosa de lugares-comuns.

As estratégias de deslegitimação utilizadas por *Veja* ficam muito claras nas notícias em que retrata a atuação de *Montoneros* e do *Ejército Revolucionário del Pueblo (ERP)*. Primeiro porque editores e repórteres da revista demonstraram, em algumas ocasiões, um conhecimento bastante razoável a respeito das origens, das filiações ideológicas e das

²⁹³ DELLASOPPA, Emilio. Ao inimigo, nem justiça: violência política na Argentina 1943-1983; São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciencia Política, USP, 1998, p.275-276.

²⁹⁴ A NOVA lei do terror. *Veja*. ed. 83, 08/04/1970, p.35.

vinculações políticas entre as várias organizações que atuaram na Argentina ao longo dos anos 60 e 70, tendo sido veiculadas em alguns números tabelas com informações que chamam atenção pela precisão – apesar do tom que as conduz – na apresentação de certos dados.

Nos últimos doze meses, por outro lado, a Argentina assistiu à formação de cinco grupos de extrema direita e pelo menos seis de extrema esquerda. E tudo indica que este surto de violência não se esgotou. Em janeiro de 1970, as Forças Armadas Peronistas – FAP – ainda eram a única organização subversiva de proporções e ressonância nacionais. Costumavam misturar exigências pela volta de Perón, exortações socialistas (compondo uma filosofia política algo confusa) e algumas operações terroristas. (...) Mas não agiram isolados por muito tempo. No dia 24 de Março, na cidade de Luján, a 50 quilômetros de Buenos Aires, a polícia descobriu a central de operações de uma segunda organização clandestina: Forças Argentinas de Libertação – FAL. Com orientação política definida, apareceram na Argentina no ano passado apenas duas organizações de esquerda: os Montoneros e as Forças Armadas Revolucionárias – FAR. Os Montoneros (...) Teoricamente acreditam na existência de uma doutrina peronista que – segundo seus manifestos – vem sendo permanentemente atualizada desde suas origens, em 1945, em torno de três posições básicas: independência econômica, soberania política e justiça social. Os militantes das Forças Armadas Revolucionárias, por outro lado, são todos marxistas, remanescentes de um grupo que pretendia unir-se às guerrilhas bolivianas de Che Guevara (...) Ainda assim, é claro que nenhum desses grupos – sejam peronistas, marxistas, ou de qualquer outra orientação – conseguirá a realização de seus planos²⁹⁵.

As informações, embora apresentadas com um tom de desconfiança, são quase todas acertadas. Chama a atenção, portanto, que no ano seguinte esse conhecimento tenha sido substituído pela caracterização de *Montoneros* como grupo armado vinculado à direita peronista. “A direção da Philips informou que o sequestro não fora realizado pelo ERP, mas pela organização peronista de direita *Montoneros*”²⁹⁶, informação reiterada em edições futuras, afastando a possibilidade de equívoco técnico: “Na identificação dos autores do atentado, a polícia não progrediu além da descoberta do grupo a que pertencem: os *Montoneros*, organização peronista de direita, responsável pela morte do ex-presidente Pedro Eugenio Aramburu em 1970”²⁹⁷.

Ao longo do período estudado, *Veja* enviou muitos dos seus “repórteres especiais” para cobrir a situação na Argentina. Muitas vezes, eram destacados os diretores da sucursal de Porto Alegre para acompanhar os acontecimentos no país vizinho. Nos editoriais da revista era possível tomar conhecimento das aventuras em terras estrangeiras de nomes como Paulo Totti, Augusto Montesinos, Wilson Palhares, Fernando Semedo, José Antônio Severo, Armando Salem, Pedro Cavalcanti, Dorrit Harazim e outros. Assim se os descrevia:

²⁹⁵ ARGENTINA: ciclos do terror. *Veja*. ed. 129, 13/01/1971. p.40.

²⁹⁶ ARGENTINA: festa adiada. *Veja*. ed. 210, 13/09/1972. p. 38.

²⁹⁷ ARGENTINA: bombas da lealdade. *Veja*. ed. 216, 26/10/1972. p. 38.

Muitas vezes eles se revezam, se sucedem ou se cruzam apenas em capitais estrangeiras. Outras vezes, trabalham em conjunto dias a fio. A cada semana, pontualmente, o pequeno batalhão de enviados especiais de VEJA e correspondentes fixos no exterior – não raro auxiliados com entusiasmo por outros jornalistas da revista, em férias ou de passagem apressada – inunda a redação de São Paulo com material exclusivo, muitas vezes jornalisticamente profético. (Um exemplo recente: dois dias após o golpe em Lisboa, quando Mário Soares ainda se encontrava em seu apartamento parisiense, o correspondente de VEJA, Pedro Cavalcanti, anunciava que o líder seria o chanceler do governo do general Spínola²⁹⁸).

No entanto, era muito raro que o texto viesse a público assinado pelos correspondentes. Quase sempre, a versão final era produzida na redação a partir das informações recolhidas e enviadas por eles, o que tornava o discurso bastante mais uniforme. Diante disso, é ainda mais difícil enquadrar a publicação de informações enganosas a respeito de *Montoneros* em um suposto equívoco ou desconhecimento individual por parte do jornalista.

Outro fator precisa ser levado em conta: *Veja* raramente reconheceu informações equivocadas publicadas em seus textos. Assim, quando em março de 1973²⁹⁹ a organização é colocada novamente no campo da esquerda, nenhum tipo de menção autocrítica é feita à sua anterior caracterização enquanto parte da direita peronista.

A confusão, em relação ao *Ejército Revolucionário del Pueblo* não foi menor. Genericamente apresentado como uma organização trotskista em diversas ocasiões, em abril de 1973, durante o governo de Hector Cámpora, e como forma de exemplificar a desordem instalada entre os partidários de Juan Domingo Perón, apesar de sua chegada ao poder, o ERP torna-se, nas páginas de *Veja*, um agrupamento peronista:

O Exército Revolucionário do Povo responsabilizou-se pelo sequestro de Alemán, e o grupo Montoneros, pelo assassinio de Iribarren. São duas organizações peronistas – e as primeiras reações foram de absoluta perplexidade. Que interesse teriam os guerrilheiros em provocar a intranquilidade justamente no momento em que o candidato justicialista vem de uma esmagadora vitória eleitoral e prepara-se para assumir o governo?³⁰⁰

Poucos números depois, o ERP reaparece nas páginas da revista, dessa vez enquadrado como organização trotskista responsável por dificultar a pacificação prometida pelo governo peronista de Cámpora. Torna-se, além disso, símbolo de sua incapacidade.

Para começar, está em jogo a discutível capacidade do governo de controlar as truculentas massas peronistas, vivendo, depois de sete anos de governo militar, a

²⁹⁸ CARTA ao leitor. *Veja*. 299. 29/05/74, p. 19

²⁹⁹ ARGENTINA: vontade de mudar. *Veja*. ed. 236, 14/03/1973. p. 34.

³⁰⁰ INSEGURANÇA em Buenos Aires. *Veja*. ed. 240, 11/04/1973. p. 36.

euforia de um desregrado desabafo. Além disso, a semana passada foi marcada pela intransigente disposição dos trotsquistas (sic) do Exército Revolucionário do Povo de continuar a luta terrorista (...). Mas é possível que Cámpora espere tirar vantagem da recente rivalidade entre a Juventude Peronista e os trotsquistas do ERP, para melhorar a sua própria posição³⁰¹.

O peronismo aparece em *Veja* como o avatar de um passado que precisa ser superado, como a forma decrépita de um suposto clássico caudilhismo latino-americano. A crítica a Perón e seus seguidores ultrapassa os limites da política já que seus fundamentos nunca terminam de ser esclarecidos ao leitor.

Desde que Juan Domingo Perón foi expulso da Argentina por uma revolução em setembro de 1955, criou-se em torno dele o mito do retorno à Argentina. “No próximo ano em Buenos Aires!”, parece ser o objetivo sagrado dos peronistas, como fizeram os judeus durante 2000 anos em relação a Jerusalém. (...) Como das vezes anteriores, a reação do governo argentino foi o silêncio. Nenhum presidente argentino, civil ou militar, jamais fez comentários sobre os anunciados retornos – mas não é difícil prever as consequências, na Argentina, da volta de um personagem tão indesejável³⁰².

Prisioneiros de um mito, os peronistas seriam os injustificáveis seguidores de uma figura cuja existência, segundo a revista, seria “tão indesejável”. Acompanhando os impasses que envolveram as eleições de 1973 e o possível retorno do antigo líder, *Veja* sugeria um Perón desinteressado, acomodado em seu confortável exílio:

Concretamente o caudilho não se definiu, mas poucos argentinos acreditam que ele trocará seu confortável exílio em Madri pela infinidade de problemas com que se defronta o país. Ao afirmar, como fez no final da semana anterior, que não regressará “enquanto não se alcançarem as condições mínimas de pacificação”, Perón não só deixou poucas dúvidas sobre sua disposição como, de certa forma, justificou as acusações de Lanusse.

Dias antes, o presidente argentino o qualificara de “covarde” e “aproveitador de cadáveres”, por fugir a um envolvimento direto na política argentina e utilizar-se do corpo de sua segunda mulher, Eva Perón, para fins políticos³⁰³.

Assim, a revista se utiliza de palavras atribuídas ao presidente Agustín Lanusse para vincular à imagem de Perón ideias como a de um caudilho covarde e aproveitador de cadáveres. De acordo com *Veja*, o regresso de Perón à Argentina poderia ter somente um sentido positivo: “mesmo que não ajude a lançar um pouco de luz sobre os obscuros caminhos

³⁰¹ ENTRE PERÓN e o terrorismo. *Veja*. ed. 284, 06/06/1973. p. 30, 32.

³⁰² ARGENTINA: Perón começa a voltar? *Veja*. ed. 68, 24/12/1969. p. 47.

³⁰³ ARGENTINA: mortos e vivos. *Veja*. ed. 205, 09/08/1972. p. 40.

da política do país, a presença física do ex-presidente poderá servir ao menos para esclarecer algo sobre seu estado físico e mental”³⁰⁴.

A publicação não hesita diante das contradições. Ao mesmo tempo em que apresenta a “preocupação dos argentinos” diante do regresso do peronismo ao poder, assinala sua certa vitória eleitoral. As duas informações repetidas reiteradas vezes nunca são colocadas à prova, nunca são confrontadas uma com a outra. Provavelmente porque, diante do evidente apoio popular recebido por Perón e seus aliados, seria difícil justificar as afirmações abstratas sobre a insegurança generalizada diante do regresso do “velho caudilho”.

Deixando evidente sua vinculação para com os projetos de modernização conservadora encarnados pelas ditaduras de Segurança Nacional, a revista faz uma interessante caracterização comparativa a respeito da história do Brasil e da Argentina:

Hoje, Lanusse paga pelos erros de Roca, pela corrupção de Perón e pela tibieza de Illia e Frondizi. Da mesma forma que Médici sofre as consequências do pernosticismo da República Velha, do envilecimento político do Estado Novo, da corrupção administrativa do governo Kubitschek, bem como da demagogia de Janio Quadros e da irresponsabilidade de João Goulart. Em quase quinhentos anos de história comum, brasileiros e argentinos erraram e acertaram na construção de seus países e nem uns nem outros podem pretender lançar a culpa de seus erros para o outro lado da fronteira³⁰⁵.

Desse modo, ficam evidentes algumas das estratégias de *Veja* na difusão da ideologia de Segurança Nacional: o alinhamento, num contexto de Guerra Fria, à política norte americana; a percepção do estado e dos interesses nacionais como um todo monolítico e estruturado através da ordem capitalista; um anticomunismo mordaz desdobrado em uma desconfiança profunda diante da manifestação popular, das organizações de trabalhadores.

A revista, enquanto empresa, teve claros interesses na manutenção do *status quo* e no reenquadramento daquelas sociedades em profundo processo de contestação. Omitiu informações, misturou, fez com que aparecessem e desaparecessem de acordo com suas necessidades. Através da criação de diversos filtros, a imagem de uma América Latina caótica, problemática e fadada ao fracasso político e econômico se erigia de forma quase incontestável.

³⁰⁴ O ACORDO acima de tudo. *Veja*. ed. 184, 15/03/1972. p. 27.

³⁰⁵ *Ibidem*.

3.4 Democrática, *pero no mucho*: América Latina, golpes e democracias na *Veja* (1974-1976)

Diante da possibilidade de retorno da democracia, *Veja* manteve acesos seus avisos de incêndio. O tratamento dado ao governo do retorno peronista e aos primeiros projetos de democratização levados a cabo na região são sintomáticos da forma restrita do apoio dado ao fim da(s) ditadura(s) militar(es). A partir de 1974, sobretudo após o estabelecimento do general Ernesto Geisel como mandatário nacional, a revista, sempre atenta às premissas de Segurança Nacional, começou a apontar rumos para um processo de abertura que, lento e gradual, manteria as barreiras necessárias para impedir o efetivo exercício de poder popular. Nesse movimento, expressou diferenças importantes na interpretação de acontecimentos brasileiros ou exteriores no que diz respeito à necessidade de liberalização dos regimes. O esforço pedagógico, entretanto, se manteve o mesmo.

Em janeiro daquele ano, os clamores democratizantes da revista apareceram no editorial na forma de uma crítica bastante moderada a um dos pilares do autoproclamado milagre brasileiro: o consumo. Longe de discutir as bases daquele modelo de desenvolvimento, a publicação procurava apontar o que lhe parecia uma limitação. Ou seja, era preciso associar ao desenvolvimento econômico do país determinadas liberdades como, seguramente, a de imprensa. A respeito dos prognósticos para o ano que apenas começava, na Carta ao Leitor se dizia:

Ainda assim, talvez faltassem, para ouvidos mais esperançosos, em diferentes e significativas camadas da população, palavras mais definidoras de uma ideologia revolucionária que não se resume na busca do bem-estar material. Enfim, algo mais substancial para aqueles que se preocupam em medida igual com os brasileiros ainda situados à margem do desenvolvimento e com aqueles que, embora gozando dos benefícios do carro, do eletrodoméstico e da casa generosamente financiada, se ressentem da falta do livre debate das ideias, mesmo quando não percebem a gravidade desta ausência. Trata-se também de uma preocupação com as novas gerações, cuja saúde espiritual depende do maior ou menor entendimento que puderem ter do insubstituível conceito de liberdade³⁰⁶.

Nesse mesmo sentido, festejaria alguns números mais tarde a indicação de Armando Falcão para o Ministério da Justiça interpretando que:

Na verdade, é fácil detectar, na escolha de Armando Falcão para o Ministério da Justiça, substituindo Alfredo Buzaid, o primeiro e mais vistoso sinal de uma

³⁰⁶ CARTA AO LEITOR. 23/01/74, p.13.

alteração substancial. Em lugar de um jurista, capaz de oferecer fórmulas e instrumentos para o tranquilo exercício de um amplíssimo poder pelo Executivo, um político veterano e habilidoso para conciliar este poder com os anseios de tantos cidadãos capazes de desejar uma vida que não se esgote na satisfação de necessidades materiais, inclinados ao debate das ideias e justamente preocupados com a sorte de milhões de brasileiros ainda condenados a estacionar à margem do progresso, às vezes da própria civilização. VEJA entende que a indicação de Armando Falcão representa um notável gesto de compreensão de certos problemas empurrados para o segundo plano e por isso tornados mais graves³⁰⁷.

Note-se, uma vez mais, a estratégia discursiva de mobilizar sujeitos indefinidos, de transferir sua voz para a de outros agentes, de simular, ou supor ao menos, a coesão entre seus argumentos e o de “tantos cidadãos”.

Pouco antes, nas primeiras semanas de fevereiro daquele ano, a revista publicou um suposto diálogo entre Juan Domingo Perón e uma jornalista do diário *El Mundo*³⁰⁸. Nele, ao ser interpelado sobre a atuação de organizações parapoliciais no território argentino, o então presidente haveria reagido com aborrecimento, solicitando a seus auxiliares que anotassem “os dados necessários para processar esta senhorita³⁰⁹”. É difícil ter certeza sobre a existência desse tenso diálogo – transcrito aparentemente de forma literal pela revista – mas sua conclusão – ainda que fictícia - ajuda a entender o sentido de sua aparição em *Veja*: “De todas as atribuições porque tem passado a imprensa em várias partes do mundo, esta é talvez uma das mais originais. Além dos dissabores normais, o jornalista corre agora o risco de ser processado não pelo que publica, mas pelo que pergunta³¹⁰”. Se aconteceu de fato, e na Argentina, o caso muito possivelmente teria estado relacionado com as normas “antiterroristas” impostas pelo governo peronista naquela altura. Mas, nessa ocasião, o problema assume, no discurso de *Veja*, uma transcendência que lhe permite lamentar dissabores do trabalho jornalístico em muitas partes de um mundo do qual o Brasil provavelmente faz parte.

Essa relação fica mais evidente em um noticiário sobre a situação chilena após o golpe de setembro de 1973. Após breves considerações sobre o “desastrado” governo Allende e a “impecável” cobertura da revista a esse respeito, aparece na Carta ao Leitor:

Em janeiro passado Dorrit (Harazim) voltou a Santiago, para preparar a reportagem especial desta edição, sobre o Chile do general Pinochet, cinco meses depois do golpe. Nela VEJA registra a sensível melhora da situação econômica em um país que trabalhosamente emergiu do caos, mas desliza para uma conclusão inevitável: a supressão das liberdades públicas – fechamento do congresso, recesso dos partidos

³⁰⁷ CARTA AO LEITOR 27/02/74, p.13.

³⁰⁸ Vinculado ao PRT-ERP

³⁰⁹ ARGENTINA: Risco total. *Veja*. 13/02/1974, p.46.

³¹⁰ ARGENTINA: Risco total. *Loc. Cit.*

políticos, etc. – é o resultado lógico de um golpe militar, mas a supressão das liberdades individuais e dos direitos humanos jamais poderá ser justificada, à luz da própria vida, por qualquer razão de Estado. É esta aliás a mesma conclusão da reportagem de capa, sobre a perseguição movida pelo estado soviético a Alexander Soljenítsin, um notável pensador, um ser humano que reivindica o direito de dizer a verdade³¹¹.

Através de uma distinção pouco expressiva entre liberdades públicas e liberdades individuais, a revista acaba por contemporizar a interdição de canais participativos como o parlamento e os partidos políticos, enquanto resultado lógico de intervenções militares. Por outro lado, incorpora um importante personagem *dissidente* soviético a sua defesa do direito a “dizer a verdade”. Nesse fragmento, realidades tão diversas quanto o Chile de Pinochet e a União Soviética são mobilizadas em prol de uma perspectiva à qual a revista é favorável.

O desejo de liberdade de imprensa estava vinculado, evidentemente, à ampliação das margens de atuação da revista que, como vimos anteriormente, não era a maior das vítimas da atividade censória. A defesa intransigente do valor da atividade jornalística e da importância de sua “autonomia” vinculava-se a um projeto de protagonismo político – na escolha de direções e sugestão de caminhos – que muitas vezes se expressaram por extenso:

Sobre o papel da imprensa muito se escreveu e disse, especialmente por parte de jornalistas, mas também de homens públicos, prontos a lhe reconhecer importância e nobres propósitos. Sobre a conveniência de debates, os mais amplos possíveis, em busca de soluções corretas, muito se dissertou, especialmente por parte dos que temiam ser prejudicados, mas também dos que, embora chamados a dizer a última palavra, a pretendiam satisfatória pelo menos para a maioria. O decreto-lei que o presidente da República, general Ernesto Geisel, se prepara para assinar, introduzindo profundas alterações na política dos incentivos fiscais previstos pela legislação do imposto de renda, oferece uma prova convincente das qualidades do papel da imprensa e das consequências benéficas de uma discussão que, se retarda a ação dos governantes, abre o caminho de decisões mais afinadas com as necessidades dos governados. (...) Desta situação extraem-se lições de notável oportunidade. Pode-se até concluir que, em certos casos, os mais significativos para a vida da nação, se em lugar de decisões impostas de cima houvesse a possibilidade de um debate, ou de outras práticas semi-esquecidas, a vida talvez tendesse a melhorar³¹².

É interessante notar que a democracia imaginada por *Veja* era alguma em que pudesse intervir de modo cabal nas decisões mais significativas “para a vida da nação”. A vaga menção à participação cidadã nos debates não vem acompanhada de um reclamo ou de uma defesa de instrumentos que efetivassem essa mobilização, exceto a imprensa. Exceto a própria revista, talvez. Pelo contrário, o editorial se demonstra reticente diante de tentativas mesmo muito limitadas de geração de canais populares de atuação. Em 74, a revista elaborou um

³¹¹ CARTA AO LEITOR. *Veja*. 20/02/74, p 17.

³¹² Carta ao leitor, p.25, 24/07/74

relato bastante cético quando o recém-empossado governo de Isabel Perón criou espaços para a recepção cotidiana de demandas comunitárias, as chamadas “mesas”:

No entanto, essa mobilização, menos do que a explicável sensibilidade dos argentinos com sua própria desgraça, demonstrava a eficiência organizativa dos peronistas mais conservadores, executores da ideia(...). No centro nervoso de Buenos Aires, um homem de uns 45 anos perguntava ao jovem responsável pela mesa instalada na esquina da movimentada Calle Florida com a Avenida Corrientes: “Como se explica que todo esse aparato, com aparelhos de televisão, mesas e cadeiras pôde se organizar antes mesmo do discurso da presidente?” “É que o povo agora está organizado”, respondeu o rapaz. “Eu também sou povo e não sabia de nada de tudo isso”, retrucou o homem, iniciando uma discussão que culminou com a participação de mais de trinta pessoas gritando ao mesmo tempo – até que, uma hora depois, a chuva os forçasse a ir embora. Dessa forma, embora o objetivo teórico das mesas fosse registrar as reivindicações mais concretas da população, a maioria derivou para uma espécie de tertúlia política absolutamente estéril³¹³.

Para além da descrição inverossímil de um debate pedestre – a que *Veja* dificilmente teria acesso – e que se multiplicaria e expandiria em direção a se tornar uma “tertúlia política absolutamente estéril”, o fragmento ajuda a vislumbrar a pouca confiança alimentada pela revista nas “discussões de rua”. As pessoas gritam ao mesmo tempo até serem interrompidas pela chuva provavelmente sem haver chegado a conclusões valiosas. Não há clareza sobre quem é o povo ou o que quer. Aqui, as contradições – que alimentam o debate estéril – parecem pesar muito mais do que em outros momentos.

Por exemplo, a respeito da conflitualidade atravessada ao longo do governo de Isabel Perón quase não parece haver fissuras entre “os argentinos” que ora não entendem seu discurso, ora não hesitam sobre a necessidade de uma intervenção militar:

Dessa forma, os argentinos que acompanhavam sua presidente falando pela televisão, pálida em seu tailleur preto cingido por um cinto de veludo, dificilmente puderam entender o sentido de um discurso híbrido e pueril³¹⁴.

Nesse quadro sufocante, tanto quanto a certeza de que a relação mortos/hora certamente se estreitará ainda mais, os argentinos já começam a deixar de indagar “se”, para perguntar “como” e “quando” os militares, também eles transformados em alvos de baterias extremistas, vão interferir (...)No entanto, se se mantiver o ritmo de violência no país, já em níveis insuportáveis, parece inevitável um reforço na presença das Forças Armadas. O silêncio que os militares vinham mantendo até a semana passada poderia significar, simplesmente, a espera da hora certa para agir – uma hora que os terroristas parecem antecipar a cada rajada de metralhadora nas ruas das cidades argentinas³¹⁵.

³¹³ ARGENTINA: o debate na rua. *Veja*.. 14/08/74, p.54.

³¹⁴ FRUTA madura. *Veja*.. 9/07/75, p.34.

³¹⁵ CHEGANDO ao extremo do terror, *Veja*.. 2/10/74 p.31-3.

As organizações armadas, aqui alcunhadas de terroristas, são apresentadas como agentes da antecipação do golpe. Os militares apenas esperariam o momento adequado – a fruta madura – à derrubada do governo de Isabelita que “parece estar conseguindo obter a unanimidade dos argentinos – todos contra seu governo”³¹⁶. A suposta unânime contrariedade é trazida, nesse caso, como um fator a mais na deslegitimação do terceiro governo peronista e ganha maior sentido quando vinculada às posteriores análises dos acontecimentos. Abordando tomada do poder pelos militares em 1976, *Veja* afirmava que “O golpe militar, em si, não chegou propriamente a surpreender – mais surpreendente, até, era que Isabelita estivesse conseguindo prolongar por tanto tempo, de desastre em desastre, a agonia de seu governo”. Dessa maneira justificava-se a medida de força e também o seu conteúdo.

Sem dúvida, para solucionar os problemas acumulados desse país à deriva, imerso num aluvião de violência que fez 1400 mortos nos últimos três anos, desordem social, desagregação política e angústia generalizada de seus quase 25 milhões de habitantes, as Forças Armadas necessitarão impor a si mesmas e aos demais argentinos uma verdadeira disciplina de tempo de guerra³¹⁷.

Talvez valha a pena sublinhar uma vez mais a maneira como a revista elaborava afirmações genéricas, pressupondo, ao mesmo tempo que formula, acordos com os leitores: “Sem dúvida, para solucionar...”. É uma maneira bastante clara de apontar direções. A revista se apresenta e constrói o seu texto como se tivesse as respostas adequadas para “interferir no rumo dos acontecimentos”. Além disso, à ferocidade de um golpe militar cujas consequências já se podiam antever, *Veja* opõe uma imagem amena de seu principal líder, instituindo traços de moderação e responsabilidade que trouxessem respaldo à sua argumentação:

Ao longo de todos esses anos, no entanto, Videla não perderia aquela qualidade básica de ser “sério”, um homem de poucas palavras, menos risos e nenhuma brincadeira – quase exclusivamente voltado para a profissão e o sentido militar do dever (...)– Muitos companheiros consideram Videla como uma espécie de “eterno cadete” – principalmente pela dedicação franciscana com que, durante dezessete anos, foi instrutor do Colégio Militar. (...) Justificavam-se os seus escrúpulos, tanto pelo profissionalismo quanto pelo temor de uma repetição do fracasso dos governos militares anteriores. Mas também pesou na balança, sem dúvida, o temperamento prudente e metucioso do novo chefe de Estado argentino. “às vezes ele me punha nervoso”, diz um seu antigo ajudante-de-ordens. “Antes de tomar uma decisão, Videla pensa e analisa todos os aspectos do problema durante horas e horas”. É sabido que seus companheiros na Junta Militar, (...) desejavam ter dado o golpe antes. O compenetrado Videla, no entanto, esperou até o momento que julgava o último.³¹⁸

³¹⁶ ARGENTINA: Unanimidade. *Veja*. 25/06/1975, p.33

³¹⁷ UM ESFORÇO de guerra. *Veja*. 31/06/1976, p 29

³¹⁸ QUADRO: JORGE VIDELA, “El Flaco”, UM PROFISSIONAL. *Veja*. 31/06/1976, p.30

Duas semanas mais tarde, avaliando os primeiros passos do novo governo, a revista apresentaria posicionamentos mais claramente favoráveis às transformações impostas pelos militares:

Sem dúvida alguma, os militares que no último dia 24 depuseram o governo agonizante de Maria Estela Martínez de Perón haviam realizado, já na semana passada, o que muitos argentinos qualificam de milagre. (...) O fato é que desapareceram magicamente da superfície do país alguns dos fenômenos que o poder peronista parecia ter acoplado, de forma indelével, à paisagem nacional. E, pela primeira vez em três anos, a Argentina atravessou sete dias seguidos sem *paros*, greves e locautes. (...) Até os trens, incertos e sujos, andam mais limpos e tentam cumprir os horários.³¹⁹

Aqui, as mudanças na política parecem coincidir com uma súbita melhoria dos transportes públicos: andam mais limpos, tentam cumprir os horários. Se a vitória de Salvador Allende em 1970, segundo Veja, “criou no Chile um sentimento nacional de perplexidade, de dúvida quanto ao futuro”, ou a de Ovando, na Bolívia, parecia fazer o país caminhar “em direção ao fogo”, o golpe milita na Argentina era percebido por muitos – não se esclarece quais – como um milagre. A sublevação militar, aqui, parecia não oferecer perigo de contágio a outros países da região e nem muito menos se apresentava como fator de desordem, caos, frigideira, fogo: muito pelo contrário, é tratado exatamente como o “extintor” aparentemente esperado pela revista durante todos aqueles anos.

³¹⁹ O DESPERTAR da era Marcial. *Veja*. 07/04/1976, p.32

CONCLUSÃO

A função da história imediata deve ser, pelo contrário, ligar o presente aberto, com todas as suas virtualidades, ao passado mais recente. Porque o essencial não se encontra nos meios técnicos utilizados, nas entrevistas e nas sondagens, nas montanhas de recortes de imprensa, nos folhetos avidamente colecionados. O essencial é, uma vez mais, partir das exigências da prática social e da luta política³²⁰.

Nessa época de negação e revisionismo segundo a qual os cadáveres das fossas comuns dos campos de concentração, as montanhas de sapatos e óculos ainda visíveis hoje em Auschwitz não são mais que fumaça saída das chaminés da imaginação de historiadores sectários, falar de arames farpados parece sarcasticamente tautológico.

*Antonio Tabucchi*³²¹

A conclusão de um texto é a oportunidade que resta a seu autor para alinhar seus argumentos e perceber como agora, longe de seu domínio, eles deverão se sustentar sozinhos, caminhar sobre as próprias pernas. É, naturalmente, um momento em que ajustes e recapitulações se embaralham na tarefa de encontrar o ponto final. Tanto mais verdadeiro quando se trata de um trabalho sobre história. Submerso neste esforço, reparo até que ponto o contexto em que desenvolvi esta pesquisa estimulou seu rumo e influenciou seu resultado final.

Não será exagerado admitir que ao longo destas páginas procurei, principalmente, dar respostas a duas inquietações: o modo como se estabelecem consensos a respeito de regimes autoritários e, por outro lado, o papel dos historiadores e da historiografia neste processo. Os acontecimentos que exaltaram a situação política enquanto escrevia imprimiram nas questões originais sua tinta. Me permito sublinhar novamente: este texto foi escrito durante um golpe de Estado e se conclui num cenário marcado pela ascensão eleitoral de um candidato fascista. É possível rezear pelo futuro de trabalhos como este e de todos os envolvidos em sua elaboração: à beira do abismo, o pensamento crítico deve ser capaz de reconhecer seus

³²⁰ CHESNEAUX, Jean. *Hacemos tabla rasa del pasado?*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, p.202-203.

³²¹ TABUCCHI, Antonio. *Se está haciendo cada vez más tarde*. Barcelona: Anagrama, 2002, p.61.

algozes. Nas trincheiras do presente, a história é assaltada pelo surgimento de versões ultradireitistas sobre temas como a escravidão, a ditadura militar, a tortura. Em meios de comunicação e editoriais coniventes, espalha-se a reivindicação aberta de uma história “politicamente incorreta” incapaz de reunir algo além de distorções e leviandade.

Em um país devastado pela crise política, econômica e que chafurda na lama de onde não cessam de ascender os elementos de um conservadorismo cada vez mais estouvado, o noticiário nacional trouxe à tona, com alguma ironia, a notícia adiante:

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, classificou o golpe militar de 1964 como “movimento de 64”, se apoiando na obra do historiador carioca Daniel Aarão Reis, ele também disse que esquerda e direita tiveram responsabilidade no momento da tomada de poder pelos militares naquela ocasião, mas que depois acharam “conveniente” culpar os militares pelo período de 21 anos no governo. É bom registrar aquilo que diz Daniel Aarão Reis... que os dois lados (esquerda e direita) tiveram a conveniência de se retirar e de não assumir os erros dos dois lados e dizer que tudo isso era problema de militar.”³²²

A tendência *negacionista*, tão difundida num debate político intensamente frequentado pela ultra-direita contemporânea, procura em certas correntes da historiografia o seu combustível essencial. O rio e o mar se encontram: por detrás da presunção academicista, do discurso pretensamente científico com que tantos e tantas ascenderam ao cume da burocracia universitária, exacerbando uma rejeição ao componente político do estudo da história, ocultava-se o gérmen de um revisionismo que agora ameaça tornar-se em negação. Mais do que nunca, a falta de um horizonte emancipador mostra seus dolorosos limites:

O valor cognitivo da obra de um historiador depende, por conseguinte da natureza de seu ideal. Sua compreensão do passado cobra força e profundidade a partir de um objetivo social que se acha em harmonia com as realidades de sua própria época e com o impulso de sua própria geração. Um objetivo reacionário tende a obnubilar a mente do historiador tanto sobre o passado quanto sobre o presente. Suspirando por tempos passados, nem sequer pode compreendê-los. Não pode lograr um diálogo frutífero entre passado e futuro porque carece de contato com este.³²³

Uma história sem partido, descolocada no tempo e no espaço, pretensamente dedicada ao escrutínio indiferente do passado não pode mais que abrir caminho às reivindicações conservadoras recheadas de enganos e manipulações. Abolidos os critérios de

³²² BELO, Pedro. *Toffoli diz que prefere chamar golpe militar de “movimento de 64”*. Exame, Abril, 01 de outubro de 2018, disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/toffoli-cita-historiador-e-diz-que-brasil-teve-movimento-de-64/>

³²³ DEUTSCHER, Isaac. *Ironías de la historia*. Ediciones Península: Barcelona, 1975, p.229.

verificabilidade, nos encontramos, afinal, despojados das armas da crítica. Assim, talvez valha a pena retomar a consideração de Chesneaux que, ainda em 1977, sublinhava:

Se o passado conta é pelo que significa para nós. É o produto de nossa memória coletiva, seu tecido fundamental. Já se trate do que se sofreu passivamente, Verdun, a crise de 1929-1930, a ocupação nazi, Hiroshima, ou do que se viveu ativamente, a Frente Popular, a Resistência, maio de 68. Mas este passado, próximo ou distante igualmente, tem sempre um sentido para nós. Nos ajuda a compreender melhor a sociedade em que vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, a saber também o que derrubar e destruir.³²⁴

O título desta dissertação se inspira em um ditado de origem imprecisa e mensagem certa: "quando você vir as barbas de seu vizinho pegarem fogo, coloque as suas de molho". Diante de uma suposta ameaça ou perigo, a sabedoria popular sugere cautela e precaução. Façamos uma pequena digressão: há cerca de dois mil anos, refletindo em sua *Moralia* sobre as potencialidades dos elementos da natureza, Plutarco registrava justamente que "o fogo, quando se expande, é sumamente devastador". Naquela mesma Grécia Antiga de Plutarco, o fogo fora descrito no mito de Prometeu como um presente dado por um titã aos seres humanos, garantindo-lhes características extraordinárias enquanto mortais. O fogo roubado dos deuses. O fogo responsável pela atividade criativa, símbolo de conhecimento e liberação.

Ao longo deste trabalho procuramos analisar os discursos elaborados por *Veja* a respeito de acontecimentos políticos, transformações econômicas e sociais que tiveram lugar na América Latina entre finais da década de 60 e meados dos anos 70. Ali, sob roupagens variadas, com conteúdos diversos, expressou-se em inúmeras ocasiões um profundo temor a essa espécie de fogo libertador que se expandia pelo continente. Mobilizações populares, greves, revoluções, guerrilhas: tudo isso foi aprendido e interpretado pelo semanário a partir de sentenças alarmantes e reprobatórias.

No primeiro capítulo, intentamos estabelecer de forma introdutória um debate epistemológico a respeito das transformações no estudo da História ao longo das últimas décadas. A partir de autores como Enzo Traverso, Arno Meyer e Carlo Ginzburg, quisemos identificar a trajetória global que deu sentido a muitas dessas mudanças, sublinhando seu componente conservador de "despolitização". Nesse cenário, a problematização das premissas que informam uma certa historiografia baseada no assim chamado "apoio social aos regimes autoritários" pareceu-nos fundamental. Realizamos, então, um levantamento preliminar das historiografias brasileira e argentina a respeito dos golpes militares, procurando localizar nosso trabalho num amplo histórico de discussões sobre os anos 60 e 70 no Cone Sul.

³²⁴ CHESNEAUX, Jean. *Hacemos tabla rasa del pasado?*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, p.22-23.

Demarcando as limitações teóricas de leituras que se tem chamado de revisionistas, sublinhamos a importância de determinados parâmetros de verificabilidade para a consecução da pesquisa histórica. Embora nossas aproximações ao passado sejam sempre limitadas e, por princípio, incompletas, elas podem estar dotadas de um maior ou menor grau de complexidade e verossimilhança. Assim, talvez tenhamos conseguido esclarecer a fragilidade de argumentos que sugerem, resvalando em anacronismos, que a sociedade civil apoiou o golpe já que estava atravessada por um suposto “déficit” democrático.

Em seguida, no segundo capítulo, tratamos de reconstituir alguns elementos fundamentais do contexto onde esteve inserido o nosso objeto de pesquisa. Ali abordamos mais precisamente a história argentina na segunda metade do século XX e seus vínculos com um quadro mais geral para a região, no qual também se viu inserido o Brasil. A partir disso, procuramos destacar a peculiaridade do momento histórico experimentado, então, pelo Cone Sul no que diz respeito à difusão das premissas das Doutrinas de Segurança Nacional. Atendendo à necessidade de reenquadramento de sociedades fortemente mobilizadas, as DSN surgiram naquele contexto como peça fundamental no estabelecimento dos regimes ditatoriais na região. Forneceram o arcabouço ideológico-prático sobre o qual se sustentaram tais governos e informaram a compreensão de mundo (na acepção gramsciana do termo) difundida nas instituições escolares, religiosas e também na mídia. Na abordagem desse tema, foram extremamente úteis os aportes de autores como Enrique Padrós e Inés Izaguirre tanto no que diz respeito à abordagem conceitual da questão, quanto no que se refere a uma leitura conectada dos processos históricos sul americanos.

O terceiro é o capítulo onde se exprimiu de forma mais direta a nossa argumentação: nessa parte, recorreremos à análise sistemática dos números de *Veja* abordados pela pesquisa, buscando questionar seu conteúdo. Retomando algumas conclusões presentes no trabalho de Carla Luciana Silva, procuramos demonstrar como a história do semanário, desde seu surgimento, possuiu vínculos empresariais e ideológicos com a ditadura militar, atentando para a complexidade das ferramentas utilizadas na construção de seu discurso. Em seguida, demarcamos a peculiaridade resultante da adoção de um recorte que envolve a cobertura internacional da revista, em particular a dedicada a tratar de temas relacionados à Argentina no quadro geral latino-americano. Desse modo esperamos ter sido possível demonstrar que a revista construiu um discurso dedicado a destacar a desordem política do país vizinho, o componente ameaçador e indesejado da mobilização popular ali crescente e a ameaça internacional da subversão para, a partir disso, apontar rumos para a política brasileira.

Com o recorte alcançando o ano de 1976, foi possível perceber nas publicações de *Veja* o aparecimento, com mais recorrências, de mais numerosos reclamos a respeito da democracia. Dito de outro modo, a preocupação perceptível desde os primórdios da revista com o formato da redemocratização desejada pareceu ganhar relevo, sobretudo, a partir de 1974. Nesse sentido, há um deslocamento das análises e suas formulações num esforço de intervir mais abertamente sobre as contradições de um processo que apenas começava a se anunciar e dentro do qual *Veja* ocupou um papel importante. Esse “arroubo democrático”, no entanto, não interditou a simpatia do semanário para com golpes militares como o perpetrado na Argentina em 1976. Tudo mudando, muitas coisas permanecendo como ainda estão.

Introduzi este trabalho refletindo sobre minha experiência junto aos estudantes do CEF01 do Paranoá, no Distrito Federal, e gostaria de encerrá-lo do mesmo modo. Ao longo dos anos 80 e 90 a importância da revista *Veja* aumentou vertiginosamente e fez dela um dos grandes atores do cenário político brasileiro. Interferindo na escolha de presidentes e na desestabilização de governos, a revista encontrou na redemocratização o cenário perfeito para se constituir enquanto “indispensável partido neoliberal”. Muitos dos estudantes com que trabalhei atingiram e desenvolveram a primeira parte de sua vida adulta nesse contexto. Com maior ou menor consciência do fato, boa parte reproduz em seu vocabulário muitos aspectos da retórica antipopular divulgada por meios de comunicação como *Veja* ao longo de todos esses anos.

Mais assustador é deparar-se com essa tendência em ambientes onde supostamente o pensamento crítico deveria estabelecer a distância necessária com relação ao sentido comum conservador. Sob o disfarce do rigor acadêmico, cintila a imobilidade de uma historiografia que, incapaz de compreender a política do passado, é devastada agora pelos tratores do presente. Já é hora de perguntar que diferença há, no limite, entre as hordas bárbaras que atacam a embaixada da Alemanha por sua crítica ao nazismo³²⁵ e os historiadores que, sobre os muros da fortaleza universitária, permitem-se não distinguir seu conteúdo reacionário: “o nazismo nasce no meio de uma crise de referências muito grande após a Primeira Guerra. Muitos passaram de um lado para outro. Os valores muitas vezes vão se embaralhar, e esses conceitos de direita e esquerda atuais não resolvem bem o problema”³²⁶

³²⁵ ROSSI, Marina. *Fremdschämen, a constrangedora ‘aula’ sobre nazismo dos brasileiros aos alemães*. El país, 17 de setembro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/13/politica/1536853605_958656.html

³²⁶ ROLLEMBERG, Denise. Entrevista a COSTA, Camila. *O nazismo era um movimento de esquerda ou de direita?*. BBC, 7 de maio de 2017, disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-39809236>

Refletir sobre isso pode ajudar a compreender que o êxito aterrador das *fake news* reside tanto em sua capacidade de dialogar com antigos fantasmas alimentados pelos meios de comunicação massivos através de métodos que ainda tinham nomes em português - notícias falsas – quanto no desinteresse de parte da intelectualidade em penetrar criticamente o debate público. Por outro lado, permite-nos questionar o papel dos últimos governos ditos progressistas na manutenção dos monopólios de comunicação e seu financiamento mediante propaganda. Não é prudente ignorar os milhões de reais depositados na conta de empresas como a Rede Globo e a própria revista *Veja* nos últimos anos, por governos que retoricamente se apresentavam como oponentes a seus interesses empresariais.

Em um cenário devastado pelo ajuste fiscal, pelo desemprego e com até as mais básicas instituições democrático-burguesas debilitadas pelo último golpe de Estado e pela ascensão fascista, todas essas perguntas ganham um sentido ainda mais potente. Certos setores da academia veem, através de suas janelas também ameaçadas, também decadentes, os riscos de uma onda conservadora que ajudaram a alimentar. Que esta seja, pelo menos, uma ocasião de radical questionamento, de surgimento de reflexões rebeldes, de exercício de projetos revolucionários. De aprender, enfim, sobre os perigos de colocar, por tanto tempo, as barbas de molho.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *Poder, Ideologia e Coerção: revisitando conceitos*. In: Simpósio Nacional de História, 18, 2015, Florianópolis. Anais do XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433634615_ARQUIVO_Poderideologiacercaogelsom.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2017.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. *América Latina, la construcción del orden: de las sociedades de masas a las sociedades en proceso de reestructuración*. Buenos Aires: Ariel, 2012.

ANZORENA, Oscar. *Tiempo de violencia y utopía (1966-1976)*. Buenos Aires: Del pensamiento Nacional, 1998.

BASUALDO, Victoria. *Complicidad patronal-militar en la última dictadura argentina: Los casos de Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma y Mercedes Benz*. *Revista Engranajes*, Suplemento Especial. Lugar: Buenos Aires; Año: 2006.

BASUALDO, Victoria. *Nuevas aproximaciones al estudio de la última dictadura militar: sus aportes y limitaciones para la historia de la clase trabajadora*. Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti. 2011.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, Dec. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752016000300807&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jan. 2018.

BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008.

BOLIS, Josefina; SAINTOUT, Florencia. Malditos Medios: periodismo y dictadura. *Oficios Terrestres*. FPyCS Universidad Nacional de La Plata. n.º 34 Enero-Junio 2016.

BORGES, Beatriz. Mais de 80 empresas colaboraram com a ditadura militar no Brasil. El País. Brasil. São Paulo 08/09/2014 Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/08/politica/1410204895_124898.html>. Acesso em 08 mai. 2018.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUFANO, Sergio & TEIXIDÓ, Lucrecia. *Perón y la Triple A. Las veinte advertencias a Montoneros* Buenos Aires, Sudamericana, Segunda Edición, 2015, 444 páginas.; ROSTICA, Julieta. Apuntes sobre la “Triple A”. Argentina, 1973-1976. *Desafíos* 23-II, 2011.

CALIL, Gilberto Grassi e SENA JUNIOR, Carlos Zacarias (orgs). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro, CONSEQUÊNCIA, 2017.

CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a ditadura: uma interpretação revisionista. In: VIII Colóquio Internacional Marx e Engels, 2015, Campinas. *Anais do VIII Colóquio Internacional Marx e Engels*. Campinas: Cemarx, 2015. v. 1. p. 1-8. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Gilberto%20Calil.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CAMARERO, Hernán. Reflexiones históricas sobre el peronismo, 1945-1955. *Herramienta, revista de debate y crítica marxista*, ano V, nº 14, primavera/verão 2000-2001, Buenos Aires, pp. 153-170. Disponível em:<<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-14/reflexiones-historicas-sobre-el-peronismo-1945-1955>>. Acesso em: 23/04/2018.

CAMPOS, Esteban Javier; *¿Una lectura revisionista de la lucha armada?* Las políticas de la memoria en los ensayos sobre la violencia política en Argentina; Universidad de Zulia. 2013.

CAMPOS, Esteban; ROT, Gabriel. Neonegacionismo: sobre guerrilla, desaparecidos y devaluación del pasado. *La izquierda diario*, 10/3/2017. Disponível em: <<https://www.laizquierdadiario.com/Neonegacionismo-sobre-guerrilla-desaparecidos-y-devaluacion-del-pasado>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CANTO, Marival Chaves Dias do. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 10/05/2013, p.9, disponível em:<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Marival_Chaves_Dias_do_Canto_-_10.05.2013_-_rp.pdf>. Acesso em 08 mai. 2018.

CAPUSOTTO, Peter. El rol de los médios. Episódio 1, temporada 11, TNT, emitido en 11/7/16. Peter Capusotto y sus Videos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GfgLIbEwPTQ>>. Acesso em: 11 jul. 17.

CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. *Los guardianes de la libertad: propaganda, desinformación y consenso en los medios de comunicación de masas*. Barcelona: Biblioteca de Bolsillo, 2000.

CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward.S. *A manipulação do público*. São Paulo: Futura, 2003.

COELHO, Eurelino. Dois golpes, duas ditaduras. *História Revista*, V. 20, n. 1, 2015.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo/ Feira de Santana: UEFS/Xamã, 2012.

CORTÁZAR, Julio. *Nicaragua: tan violentamente dulce*. 4 ed. Buenos Aires: Muchnik Editores, 1984.

CORTÁZAR, Julio. *O livro de Manuel*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

DEL BARCO, Oscar, No Matarás. Carta de Oscar Del Barco. *Revista La Intemperie*, nº 17, Córdoba, 2005.

DEL CAMPO, Hugo. *Sindicalismo y peronismo: los comienzos de un vínculo perdurable*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 1983.

DEL FRADE, Carlos. El asesinato que no fue. *Página 12*, 23/08/2009, s/p. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-130454-2009-08-23.html>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

DELLASOPPA, Emilio. Ao inimigo, nem justiça: violência política na Argentina 1943-1983; São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciencia Política, USP, 1998.

DEUTSCHER, Isaac. Resenha de “The God that Failed”. *The Reporter*. Nova Iorque, abril de 1950. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/deutscher/1950/conciencia_ex-comunistas.htm>. Acesso em 13 mai. 2018.

DISCURSO de Juan Carlos Onganía sobre el Cordobazo 1969. Argentina: Archivo DiFilm. 5/6/1969. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-l9t86DtaRs>>. Acesso em 07 jan. 2018.

D'ORSI, Angelo. La lunga marcia revisionista dei vinti. il Manifesto, Itália, 25.4.2015. Disponível em: <<https://ilmanifesto.it/la-lunga-marcia-revisionista-dei-vinti/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DURANT, Will. Como o socialismo imperial arrasou o Império Romano e levou ao feudalismo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 jun. 2018. Opinião. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/como-o-socialismo-imperial-arrasou-o-imperio-romano-e-levou-ao-feudalismo-dtymy7fui0x9f4zbtotij70hb>>. Acesso em: 24 jun.2018.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo; UNESP, 1997.

EL COMBATE de Villa María. Parte de Guerra. *Estrella Roja*, n. 38, 19/08/1974.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-856 Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 1º out. 2016.

FERRARI, Germán. *Símbolos y Fantasmas: las víctimas de la guerrilha: de la amnistía a la “justicia para todos”*.. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

FONSECA, Francisco. Grande Imprensa como Aparelho Privado de Hegemonia: Ambigüidades e Contradições do Discurso Ideológico. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa de Jornalismo, no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2007.

FONTANA, Josep. Qué historia para el siglo XXI. *Analecta*. Revista de humanidades, Universidad Viña del Mar, Chile, n.º 1, 2006.

FRANCO, Marina e LEVIN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. In: FRANCO, Marina e LEVIN, Florencia (org.): *Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*, Buenos Aires: Paidós. 2007.

FRANCO, Marina. La `campana antiargentina´: la prensa, el discurso militar y la construcción de consenso. In: CASALI DE BABOT, Judith e GRILLO, María Victoria (orgs.). *Derecha, fascismo y antifascismo en Europa y Argentina*. Tucumán: Universidad de Tucumán: 2002.

FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y “subversión”, 1973-1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: 2012.

GASPARI, Elio. Entrevista a Daniel Aarão Reis Filho em 23 de Setembro de 2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2309200113.htm>>. Acesso em: 12 mar 2018.

GINZBURG, Carlo. *El juez y el historiador*. Madrid: ANAYA & Mario Mucnik, 1993.

GORDILLO, Mónica B. Protesta, rebelión y movilización: de la resistencia a la lucha armada (1955-1973). In: JAMES, Daniel (org) *Nueva Historia Argentina*. Violencia, proscripción y autoritarismo(1955-1976). Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

GORDILLO, Monica; BRENNAN, James. *Protesta obrera, rebelión popular e insurrección urbana en la Argentina: el Cordobazo*. Estudios, Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba, p.53. 1994

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 4 v. V. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, o Estado e a Política*, 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GROPPO, Bruno. “Revisionismo” histórico y cambio de paradigmas en Italia y Alemania. Políticas de la Memoria, Buenos Aires, n. 4, p.47-60, verão de 2003/2004

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HENSEL, Jana. *Zonenkinder: i figli della germania scomparsa*. Milano/Udine: Mimesis Edizioni, 2009.

HILB, Claudia. La responsabilidad como legado. In: TCACH, César (comp.). *La política en consignas*. Memoria de los setenta. Rosario: Homo Sapiens, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. *Ecoss da Marselhesa: dois séculos reveem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IZAGUIRRE, Inés *et al.* *Lucha de clases, guerra civil y genocidio en Argentina (1973-1976): antecedentes, desarrollo, complicidades*. Buenos Aires, Eudeba, 2009.

JAMES, Daniel. *Resistencia e Integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina (1946-1976)*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

KOPPER, Christopher. *A VW do Brasil durante a ditadura militar brasileira 1964-1985*. Corporate History Department of Volkswagen Aktiengesellschaft Dieter Landenberger, 2017.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censoras do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Martins Fontes: Rio de Janeiro, 2000.

LANZA, Luciano. Romanzo di una strage. *FQ Millennium*. Il Fatto Quotidiano. Itália, Cultura | 28/03/2012. Cultura. Disponível em: <<https://www.ilfattoquotidiano.it/2012/03/28/romanzo-strage/200682/>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

LORENZ, Federico. Por qué vuelven los 70? *Le Monde Diplomatique*, edición Cono Sur. Ed mar. 2017. n° 213. 03 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.eldiplo.org/213-derechos-humanos-cuestion-de-estado/por-que-vuelven-los-70/>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6ed.ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, Demian. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*. v.1, n.1, jul/dez 2013.

MEYER, Arno. *Las Furias*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. *Política e Mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília: Plano Editora, 2002.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete*. São Paulo: Annablume, 2002.

NOVARO, Marcos. *História de la Argentina (1955-2010)*. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2010.

ORGANIZAÇÃO Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP). *Programa Socialista para o Brasil*. Setembro de 1967.

PACHECO, Diego Grossi. *Revolução, Socialismo e Democracia: os aportes do marxismo-leninismo para a questão democrática na resistência armada à ditadura militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil militar*. Tese (História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

PANDOLFI, Rodolfo Mario. 17 de octubre: trampa y salida. *Revista Contorno*, n. 7 e 8, julho de 1956.

PEREZ, Cláudio; POZZI, Pablo. *Por el camino del Che: Las guerrillas latinoamericanas: 1959-1990*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011.

PONZA, Pablo. Cordobazo: estudiantes universitarios y obreros unidos contra la dictadura. 1966-1969. *Naveg@mérica*. Revista eletrônica de la Asociación Española de Americanistas. 2010, n. 4. Disponível em: <<http://revistas.um.es/navegamerica>>. Acesso em 17 set. 2017.

PONZA, Pablo. *Intelectuales y violencia política (1955-1973): Historia intelectual, discursos políticos y concepciones de lucha armada en la Argentina de los sesenta-setenta*. Córdoba: Babel, 2010.

POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

POZZI, Pablo; SCHNEIDER, Alejandro. *Los "setentistas". Izquierda y clase obrera (1969-1976)*. Buenos Aires: EUDEBA, 2000.

RAUTENBERG, Edina. *A Revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)*. Dissertação (Mestrado). Unioeste, Marechal Candido Rondon, 2011.

RAUTENBERG, Edina. *Veja como a abril se consolidou durante a ditadura civil-militar brasileira....* In: CORREA, M.L., CHAVES, M. P.A. & BRANDÃO, R.V.M. (orgs.) *História econômica e imprensa*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

RAUTENBERG, Edina. *Veja e a ditadura militar*. *Em Debate: Rev. Dig.*, Florianópolis, n. 5, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Palestra realizada do dia 18/10/2006 na VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras militares e experiências socialistas. Disponível em <<https://docplayer.com.br/29425108-Ditadura-militar-e-revolucao-socialista-no-brasil-daniel-aarao-reis-filho-56.html>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. Os dois guerreiros. A Opinião de Daniel Aarão Reis. Blog *A Viagem dos Argonautas*. Disponível em: <<https://aviagemdosargonautas.net/2014/12/05/opinio-de-daniel-aarao-reis-os-dois-guerreiros/>>. Acesso em: 05 mai. 2018.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993.
- RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- ROBLES, Andrea. La Triple A y la política represiva del gobierno peronista (1973-1976). In: WERNER, Ruth e AGUIRRE, Facundo. *Insurgencia obrera en la Argentina 1969-1976*. Clasismo, coordinadoras fabriles y estrategias de izquierda. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2009.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006, pp. 81-91. Disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/ESQUECIMENTO_DAS_MEMORIAS.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2017.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. V. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p.47.
- ROMERO, Luiz Alberto. La primavera de los setenta. In: TCHACH, César (org). *La política em consignas: memorias de los setenta*. Rosario: Homo Sapiens, 2003.
- SANTORO, Roberto Jorge. *Obra poética completa: 1959-1977*; 2 ed; Buenos Aires: RyR ediciones, 2013.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo; Belo Horizonte: Companhia das Letras; UFMG, 2007.
- SCHNEIDER, Alejandro. *La política laboral de la "Revolución Argentina" y la conflictividad obrera en el área metropolitana de Buenos Aires, 1966-1969*. Ciclos, ano XI, v. XI, n° 22, semestre de 2001.
- SIDICARO, Ricardo, Los tres peronismos. Estado y poder económico, 1947-1955/1973-76/1983-1999, Siglo XXI, Buenos Aires, 2003
- SILVA, Carla Luciana. Jornalismo Econômico: História dos vencedores. In: CORREA, M.L., CHAVES, M. P.A. & BRANDÃO, R.V.M. (orgs.) *História econômica e imprensa*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.
- SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo José. *Estado e poder: abordagens e perspectivas*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco: introdução à cultura de massa brasileira*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SVAMPA, Maristella. El populismo imposible y sus actores: 1973-1976. In: JAMES, Daniel (org) *Nueva Historia argentina. Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da historiografia ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRAVERSO, Enzo, *Malinconia di sinistra: una tradizione nascosta*. Milão: Feltrinelli, 2016.

TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla. Interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. 2. ed. Lisboa, UNIPOP, 2005.

VAN DIJK, Teun. *Discurso y poder. Contribuciones a los estudios críticos del discurso*. Barcelona: Editorial GEDISA, 2009.

VERBITSKY, Horacio. *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2013.

VERÓN, Eliseon. *Ideología y comunicación de masas: La semantización de la violencia política. Lenguaje y comunicación social*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1971.

VEYNE, Paul. *O inventario das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense; 1983.

VILLALTA, Daniela. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: *25º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM*, São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2_VILLALTA.pdf, acesso em: 06 de maio de 2017.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2. ed São Paulo: EDUSP; 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. *¿Una política sin clases? El postmarxismo y su legado*. Buenos Aires: RyR, 2013.

ZAVALETA, René. *La autodeterminación de las masas* / René Zavaleta; compilador Luis Tapia. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

Fontes:

Revista Veja:

CARTAS, Carta de Jarbas Passarinho, *Veja*, ed. 157, 08/09/1971 p. 8.

CARTAS, Carta de Carlos Drummond de Andrade, *Veja*, ed. 157, 08/09/1971, p. 14.

CARTA do editor. *Veja*, ed. 1, 11/09/1968. p. 20-21.

CARTA do Editor. *Veja*. ed. 1, 11/09/1968. p. 20-21.

ELE ASSALTA em nome do terror. *Veja*, ed. 37 – 21/05/1969. p. 18.

A VIOLENTA América Latina. *Veja*, ed. 39, 04/06/1969. p.26.

FOLCLÓRICA utopia *Veja*, ed. 44, 09/07/1969. p.26.

ONDE está o inimigo da pátria. *Veja*, ed. 53, 10/09/1969. p. 34.

A PENA de morte. *Veja*, ed. 54, 17/09/1969. p. 26.

ARGENTINA: os cálculos já não servem. *Veja*, ed. 54, 17/09/1969. p.55.

SAÍDA? Qual é a saída? *Veja*, ed. 56, 1/10/1969. p.52

ÀS CUSTAS do povo. *Veja*, ed. 56, 1/10/1969. p.43.

GOLPE na Bolívia. *Veja*, ed. 56, 01/10/1969. p.40.

CARTA ao Leitor. *Veja*, ed. 62, 12/11/1969. p. 21.

ARGENTINA: Perón começa a voltar? *Veja*, ed. 68, 24/12/1969. p. 47.

CARTA ao Leitor. *Veja*, ed. 72, 21/01/1970. p.17.

BOLÍVIA: um vizinho comunista? (capa) *Veja*, ed. 72, 21/01/1970.

URUGUAI: causa e feito *Veja*, ed. 80, 18/03/1970. p.54.

A NOVA lei do terror. *Veja*, ed. 83, 08/04/1970, p.35.

A NOVA lei do terror. *Veja*, ed. 83, 08/04/1970. p. 36.

A NOVA lei do terror. *Veja*, ed. 83, 08/04/1970. p. 34.

- SEQUESTRO: o dilema da política contemporânea. *Veja*, ed. 80, 15/04/1970. p.34.
- VOLTA a Córdoba. *Veja*, ed. 89, 20/05/1970. p.76
- CARTA ao Leitor. *Veja*, ed. 101, 12/08/1970. p. 15.
- OS CAMINHOS do Chile. *Veja*, ed. 106, 16/09/1970. p.38.
- A VIOLÊNCIA sem rumo: os sequestradores e sua estranha moral. *Veja*, ed. 107, 23/09/1970. p.46.
- ATÉ ONDE vai a esquerda (capa). *Veja*, ed. 112, 28/10/1970.
- UM TOM vermelho nos Andes: Santiago, Lima, La Paz: até onde a chega a esquerda? *Veja*, ed. 112, 28/10/1970. p. 28.
- CARTAS. Carta de Juan Alberto Camacho, Rio de Janeiro, GB. *Veja*, ed. 112, 28/10/1970. p.8.
- DAN Mitriane (Nota). *Veja*, ed. 114, 11/11/1970. p. 21
- URUGUAI: Contágio Político *Veja*, ed. 114 – 11/11/1970, p.42.
- ARGENTINA: ciclos do terror. *Veja*, ed. 129, 13/01/1971. p.40.
- CHILE: medidas populares. *Veja*, ed. 123, 13/01/1971. p. 39.
- DESAPARECIDOS. *Veja*, ed. 143, 02/06/1971. p.34
- CARTA ao Leitor. *Veja*, ed. 157, 08/09/1971. p. 18.
- CARTAS. Carta de Laudo Natel, Governador de São Paulo. *Veja*, ed. 157, 08/09/1971. p.8.
- AMÉRICA LATINA. *Veja*, ed. 176, 19/01/1972. p. 28.
- O ACORDO acima de tudo. *Veja*, ed. 184, 15/03/1972. p. 27.
- ACORDO acima de tudo. *Veja*, ed. 184, 15/03/1972. p. 26.
- BRASIL-ARGENTINA: discutem-se divergências (capa). *Veja*, ed. 184, 15/03/1972.
- CARTA ao leitor. *Veja*, ed. 189, 19/04/1972. p. 15
- ARGENTINA: mortos e vivos. *Veja*, ed. 205, 09/08/1972. p. 40.
- CARTA ao leitor. *Veja*, ed. 209, 06/09/1972. p.3.
- ARGENTINA: festa adiada. *Veja*, ed. 210, 13/09/1972. p. 38.
- ARGENTINA: bombas da lealdade. *Veja*, ed. 216, 26/10/1972. p. 38.

- RESGATE e morte. *Veja*, ed. 226, 03/01/1973. p.26.
- ARGENTINA: vontade de mudar. *Veja*, ed. 236, 14/03/1973. p. 34.
- INSEGURANÇA em Buenos Aires. *Veja*, ed. 240, 11/04/1973. p. 36.
- 2000 atentados. *Veja*, ed. 244, 09/05/1973. p. 48
- ENTRE PERÓN e o terrorismo. *Veja*. ed. 284, 06/06/1973. p. 30, 32.
- CARTA ao Leitor. *Veja*, ed. 248, 06/06/1973. p. 17.
- QUEM é quem. *Veja*, ed. 250 20/06/1973. p. 41
- VIOLENCIA E GOLPE EM SANTIAGO, *Veja*, 19/07/1973, p.44
- INDÍCIOS. *Veja*, Ed. 266 10/10/1973, p.36
- CARTA ao Leitor. *Veja*, ed. 266, 10/10/1973. p. 19.
- AMÉRICA LATINA: indícios. *Veja*, ed. 266, 10/10/1973. p. 36.
- CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 276, 19/12/1973. p.18.
- CARTA AO LEITOR. 23/01/74, p.13.
- ARGENTINA – Agora sob o antiterrorismo. *Veja*, ed. 262, 30/01/1974. p. 29.
- ARGENTINA: Peronismo sem paz nem união. *Veja*, 06/02/74, p.46
- ARGENTINA: Risco total. *Veja*, 13/02/1974, p.46.
- CARTA AO LEITOR. *Veja*, 20/02/74, p 17.
- CARTA AO LEITOR. *Veja*, ed. 285 20/02/74, p.17.
- QUADRO: Não podemos tolerar a subversão. *Veja*, Ed 285,20/02/74, p.50.
- CARTA AO LEITOR. *Veja*. 27/02/74, p.13.
- NO VOLVERÁN?. *Veja*, ed. 298, 22/05/1974. p. 41
- CARTA ao leitor. *Veja*. ed.299, 29/05/74, p. 19.
- CARTA ao leitor. *Veja*, ed. 307, 24/07/74, p.25
- ARGENTINA: O DEBATE NA RUA. *Veja*. ed.310 14/08/74, p.54.
- CHEGANDO ao extremo do terror. *Veja*, 2/10/74 p.31-3.

CARTA ao leitor. *Veja*, ed. 346. 23/04/1975, p. 13.

ARGENTINA: Unanimidade. *Veja*, 25/06/1975, p.33

FRUTA madura. *Veja*, 9/07/75, p.34.

CARTA ao Leitor. *Veja*, ed. 387. 24/12/1975. p. 19.

O DESPERTAR da era Marcial. *Veja*, 07/04/1976, p.32

UM ESFORÇO de guerra. *Veja*, 31/06/1976. p 29

QUADRO: JORGE VIDELA, “El Flaco”, UM PROFISSIONAL. *Veja*, 31/06/1976. p.30

OS MILITARES em busca de saídas. *Veja*, ed. 468, 24/08/1977. p. 28.